

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

**COMO LIDAR COM OS NEOLOGISMOS  
NO TEXTO JORNALÍSTICO**

**Dissertação de Mestrado**

**Marinella Stefani Peruzzo**

**Porto Alegre, 2007**

**MARINELLA STEFANI PERUZZO**

**COMO LIDAR COM OS NEOLOGISMOS  
NO TEXTO JORNALÍSTICO**

**Dissertação de Mestrado para a obtenção  
do título de Mestre em Estudos da Linguagem  
Programa de Pós-Graduação em Letras da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul**

**Orientador: Prof. Dr. Félix Bugueño Miranda**

**Porto Alegre**

**2007**

## **AGRADECIMENTOS**

Aos meus pais, cujas normas reais se aproximam  
bastante daquilo que tenho por norma ideal

Ao meu orientador, Prof. Dr. Félix Bugueño Miranda, que se mostrou  
extremamente competente, generoso e dedicado na busca pela  
elucidação de problemas próprios da atividade jornalística

À amiga Cristina que, com o seu exemplo, estimulou-me  
a ingressar no Mestrado

## RESUMO

Este trabalho parte da idéia de que os neologismos recebem, nos dicionários e manuais de redação jornalística, um tratamento assistemático, desprovido de rigor e critérios para que os jornalistas (e pessoas em geral) os reconheçam como tais e saibam lidar convenientemente com eles. A partir da elaboração de uma taxonomia própria, identificamos diferentes tipos de neologismos e constatamos que eles são um fenômeno natural na língua, que permite a sua subsistência e continuidade. Porém, ainda que naturais e necessários, os neologismos costumam ser “incômodos”: nos manuais de redação, são logo considerados “incorretos” ou “inexistentes”, embora a própria menção que se faz a eles ateste sua existência. Após o exame dos conceitos de correção e incorreção na língua, propomos, com o apoio de Rabanales (1984), a substituição dos termos “correto/incorreto” e “existente/inexistente”, que, geralmente, caracterizam-nos, por “necessário/desnecessário”, “culto/inculto”, “formal/informal”, “exato/inexato” e “genuíno/falso”, de acordo com os tipos de neologismos que identificamos.

Palavras-chave: neologismo, lexicografia, dicionário, redação jornalística, manuais de redação jornalística

## **ABSTRACT**

Our starting point in this paper is the belief that neologisms receive a non systematic treatment in dictionaries and newspaper stylebooks. There is no rigour nor criteria for journalists to be able to recognize them for what they are and to deal conveniently with them. Through the design of our own taxonomy for them, we were able to identify different types of neologisms and consider them as a natural phenomenon of language which permits its subsistency and continuity. However, even if they are something natural and necessary, they are also seen as troubling: in the stylebooks they are usually considered “incorrect” or “inexistent”, but the mere fact of having been mentioned in these kind of books proves their existence. After examining the concepts of correction and incorrection in language, we propose, following Rabanales (1984), the substitution of the terms “correct/incorrect” and “existent/non existent” for “necessary/unecessary”, “cult/incult”, “formal/informal”, “exact/inexact” and “genuine/false” according to the types of neologisms.

Key-words: neologism, lexicografy, dictionary, news writing, stylebook

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	10
1.1 OBJETIVOS .....	12
1.2 HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO .....	13
1.3 ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO .....	13
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA E PROPOSTA DE TAXONOMIA</b> .....	16
2.1 DEFINIÇÃO DE NEOLOGISMO .....	16
2.2 CAUSAS PARA A FORMAÇÃO DE NOVAS PALAVRAS .....	18
2.3 TAXONOMIAS .....	19
2.3.1 Uma proposta de taxonomia .....	25
2.3.1.1 Processos formais (novo significante) .....	26
2.3.1.2 Processos sêmicos (novo significado) .....	29
2.3.1.3 Processos de incorporação de signo .....	32
2.3.1.4 Transposição funcional .....	34
<b>3 NORMA LINGÜÍSTICA</b> .....	37
3.1 DISTINÇÕES COSERIANAS .....	37
3.1.1 Língua histórica.....	38
3.1.2 Língua funcional .....	39
3.1.3 Norma .....	39
3.2 OUTROS AUTORES .....	41
3.2.1 Norma culta, norma padrão norma exemplar .....	41
3.2.2 Norma prescritiva, norma estatística .....	45
3.2.3 Norma objetiva, norma subjetiva .....	45
3.2.4 Norma correta ou correção lingüística .....	47
3.2.5 Modalidades, níveis, estilos e registros .....	50
3.3 QUEM DETERMINA A NORMA IDEAL, O “BEM-DIZER”?	51
3.3.1 Escritores .....	52
3.3.2 Gramáticos e lexicógrafos .....	53
3.3.3 Academias de língua .....	54
3.3.4 Estado .....	56
3.3.5 Sistema de ensino .....	56

3.3.6 Meios de comunicação social .....	57
3.4 A QUEM CABE “ESTABELEECER” A NORMA IDEAL? .....	58
3.5 CRITÉRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DA NORMA IDEAL .....	59
3.5.1 Grego e latim .....	60
3.5.2 Língua escrita .....	61
3.5.3 Lógica .....	62
3.5.4 Autoridade de escritores, academias de língua, da Corte e do Estado.....	62
3.5.5 Pureza da língua .....	63
3.5.6 Freqüência .....	65
3.6 OUTRAS DIFICULDADES PARA O ESTABELECIMENTO DA NORMA.....	66
3.7 DESCRITIVISTAS X NORMATIVISTAS .....	69
3.8 RESUMO DE COMO SE CONSTITUI A NORMA .....	71
<b>4 O DICIONÁRIO E A NORMA .....</b>	<b>73</b>
4.1 DICIONÁRIOS NORMATIVOS .....	73
4.2 DICIONÁRIOS DESCRITIVOS .....	75
4.3 ONDE SE INSEREM OS MANUAIS .....	78
<b>5 LINGUAGEM JORNALÍSTICA E NEOLOGISMO .....</b>	<b>79</b>
5.1 LINGUAGEM JORNALÍSTICA .....	79
5.2 GÊNEROS JORNALÍSTICOS .....	82
5.2.1 Os gêneros e editoriais nos jornais .....	85
5.3 MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO .....	87
5.3.1 Os precursores .....	87
5.3.2 A preocupação com a norma .....	89
5.3.3 As autoridades empregadas .....	90
5.3.4 A quebra da norma: o neologismo .....	91
5.3.5 O neologismo nos manuais de redação.....	94
5.3.6 Análise do mérito da prescrição .....	96
5.4 O NEOLOGISMO NOS DICIONÁRIOS .....	98
<b>6 PROPOSTAS .....</b>	<b>104</b>
6.1 PROPOSTAS DE ACORDO COM A PROCEDÊNCIA .....	106
6.1.1 Estrangeiros .....	107

6.1.2 Vernáculos .....	113
6.2 PROPOSTAS DE ACORDO COM OS ALGORITMOS .....	114
6.2.1 Mudança de significante .....	114
6.2.2 Mudança de significado .....	116
6.2.3 Incorporação de signo .....	119
6.2.4 Mudança de função .....	121
6.3 RESUMO DAS PROPOSTAS .....	125
<b>CONCLUSÃO</b> .....	126
RETOMADA DOS QUESTIONAMENTOS INICIAIS .....	127
AVALIAÇÃO DAS HIPÓTESES .....	129
LIMITES DO ESTUDO E PERSPECTIVAS .....	130
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	132

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

### **GERAIS**

cf. – conferir, conforme

p. – página

s.v. – sub voc

v. ver

### **DICIONÁRIOS**

Au (1999) – Dicionário Aurélio

AuE (2004) – Dicionário Aurélio em versão eletrônica

HouE (2001) – Dicionário Houaiss em versão eletrônica

### **MANUAIS DE REDAÇÃO JORNALÍSTICA**

MaAbr (1990) – Manual de Estilo Editora Abril

MaESP (1997) – Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo

MaFSP (2006) – Manual de Redação da Folha de S. Paulo

MaOGL – Manual de redação e estilo de O Globo

### **VEÍCULOS DE COMUNICAÇÃO**

FSP – jornal Folha de S. Paulo

OESP – jornal O Estado de S. Paulo

OS – jornal O Sul

Vj – revista Veja

ZH – jornal Zero Hora

## LISTAS DE ESQUEMAS E QUADROS

### ESQUEMAS

Esquema 1: Proposta taxonômica .....	36
Esquema 2: Registros de linguagem .....	81

### QUADROS

Quadro 1: Neologismos em Alves (1994) .....	21
Quadro 2: <i>Skatista, skater, esquiteitista</i> .....	77
Quadro 3: Categorias e gêneros jornalísticos .....	83
Quadro 4: Palavras padronizadas no MaFSP.....	95
Quadro 5: Propostas em HouE (2001) e Rabanales (1984) .....	101
Quadro 6: Categorias e gêneros .....	105
Quadro 7: Editorias .....	105
Quadro 8: Procedência .....	105
Quadro 9: Algoritmos.....	106
Quadro 10: Ocorrência de empréstimos e estrangeirismos em obras de referência .....	110
Quadro 11: Estrangeirismos e empréstimos necessários e desnecessários conforme a identificação de equivalentes na língua receptora e o uso .....	112
Quadro 12: Neologismos por mudança de função .....	122
Quadro 13: Opções de redação .....	123
Quadro 14: <i>Seminovos</i> .....	123
Quadro 15: Propostas .....	125

## 1 INTRODUÇÃO

Observamos em nossa relação com a língua duas tendências opostas: uma mais conservadora, que tende a defender a língua padrão acima de tudo, como se houvesse um “falar correto” absoluto, e outra mais liberal, que aceita toda inovação e não vê sentido em tantas regras e restrições ao nosso modo de expressão. Existem boas razões para ambas as posturas e, às vezes, é difícil conciliá-las.

Uma razão para se defender a língua padrão tal qual a temos é que precisamos, de fato, de uma língua nacional, compreendida por todos, pela qual possamos nos comunicar em situações mais formais - uma língua que reúna o conhecimento acumulado ao longo dos anos por um povo.

Porém, nenhuma língua é estática. Ela muda a todo momento, palavras novas se integram a ela, de modo que, se observada em dois períodos distintos da história e distantes um do outro, pode-se pensar tratar-se de duas línguas diferentes.

Às vezes, pretendemos dizer uma coisa e dizemos outra. Queremos dizer, por exemplo, *sobrancelha*, mas, em vez disso, dizemos *\*sobrancelha*. Alguém que nos ouça poderá dizer que *\*sobrancelha* “não existe”, que o “certo” é *sobrancelha*. Porém, minutos depois, essa mesma pessoa poderá inventar uma palavra, digamos, *\*neologicamente*, e achá-la muito necessária no contexto em que a utilizou, esquecendo-se de que também esta forma não existe – ou não existia até então.

Esta situação – de se alertar para um “erro” e pouco depois cometê-lo – é bastante comum nos manuais de redação jornalística. O MaFSP (2006) condena o uso de *preview*, *customizar* e *must*<sup>1</sup>, mas aprova *mi*, *bi* e *teenager*<sup>2</sup>, por exemplo. O MaESP (1997) recomenda que não se utilizem as palavras *sediar*, *embasar*, *tratativa* e tantas outras<sup>3</sup> porque “não existem”, mas não explica o porquê de encontrarmos nos jornais tantas unidades “inexistentes”, como *mensalão*<sup>4</sup>, *impeachment*<sup>5</sup> e *albergueiro*<sup>6</sup>.

O que significa não existir? Geralmente, significa não constar nos dicionários. Mas como são feitos os dicionários? Em que se baseiam? Para o não-linguista, que não costuma

---

<sup>1</sup> MaFSP (2006, s.v. *estrangeirismos*).

<sup>2</sup> MaFSP (2006, s.v. *mi*, *bi*, *teenager*).

<sup>3</sup> MaESP (1997, s.v. *palavras e locuções vetadas*).

<sup>4</sup> Vj 22/02/06, p.41.

<sup>5</sup> Já dicionarizada. HouE (2001, s.v.)

<sup>6</sup> ZH, 06/12/06, p.1

refletir mais profundamente sobre a língua, pode parecer que eles sejam feitos *a priori* e que só possamos utilizar as palavras que neles constem. O que ocorre, porém, é o contrário. Os dicionários são feitos a partir do uso que as pessoas fazem das palavras, geralmente aquelas mais instruídas, os grandes escritores, considerados modelos de perfeição lingüística – mas não só eles.

A língua falada costuma ser mais dinâmica, mais rápida, pois atende a necessidades de expressão que surgem todos os dias. Os dicionários não podem acompanhá-la no mesmo ritmo. Não há como mudar essa realidade.

O que se pode mudar, no entanto, é a forma como os próprios lingüistas – ou dicionaristas – apresentam a língua que acompanham e descrevem. O que se constata nessas obras de referência, como veremos neste trabalho, é que elas mesmas não têm uma visão clara a respeito dos neologismos, uma visão clara de como integrá-los à norma ideal. Eles quase não são reconhecidos. Entram nas obras sem critérios muito definidos, sem marcação própria, sem uma indicação ao usuário de que ele está consultando uma palavra nova, instável, que poderá até ser excluída em edições posteriores. O neologismo, a palavra recém criada, é tratada do mesmo modo com que se tratam palavras consagradas, que estão há séculos no falar das pessoas.

Este trabalho procura aprofundar essas posturas contraditórias, respondendo a uma série de perguntas que se podem fazer em relação aos neologismos e à forma como eles aparecem em textos jornalísticos e obras de referência consultadas pelos jornalistas, isto é, dicionários e manuais de redação. Algumas dessas indagações:

- a) Como os jornalistas lidam com os neologismos em seus textos ou como os neologismos se apresentam nos textos jornalísticos?
- b) Os neologismos devem ser aceitos ou vetados nesses textos?
- c) Como os manuais de redação jornalística os apresentam? E os dicionários?
- d) Observa-se um tratamento coerente em relação a eles nessas obras?
- e) O que fazer com palavras que ainda não constam nem nos dicionários nem nos manuais de redação?
- f) O que dizem os dicionários e manuais de redação a esse respeito?

- g) Como acolhem as novas palavras?
- h) Como lidar com o paradoxo de que os dicionários recorrem aos jornais como fonte de atualização e os jornais recorrem aos dicionários como fonte de autoridade?

Esses questionamentos preliminares se configuram em objetivos que dão forma a este trabalho.

## 1.1 OBJETIVOS

A partir dos questionamentos apontados no item anterior, estabelecemos como principais objetivos de nosso trabalho os seguintes:

- a) Analisar a pertinência (ou o mérito) do dicionário e dos manuais de redação (na medida em que estes possam ser concebidos como dicionários ou obras lexicográficas) para elucidar dúvidas em relação aos neologismos.
- b) Propor critérios para inclusão e marcação de neologismos no dicionário e nos manuais de redação.
- c) Determinar formas de o jornalista lidar com o fato léxico do neologismo: como enxergá-lo e compreendê-lo.

Para tal, o fenômeno do neologismo será encarado de uma tripla perspectiva:

- a) Como fato léxico, isto é, como um fenômeno ontogênico da linguagem, que permite a sua subsistência e continuidade, exigindo uma reflexão sobre conservadorismo versus câmbio nas línguas naturais.
- b) Como fato lexicográfico, o que levanta pelo menos duas questões: a primeira ligada a uma concepção macroestrutural do dicionário (e dos manuais de redação), como lidar com “jovens” palavras (devemos marcá-las ou não?; se o devemos, como fazê-lo?); a segunda, em relação ao fato de o dicionário mostrar “a língua de ontem” para “o consulente de hoje” (isto

é, como orientar o usuário de forma geral para que ele saiba como se portar diante de uma palavra nova, que não esteja ainda descrita no dicionário, já que este é feito sempre a posteriori?).

c) Como fato normativo, uma vez que o neologismo está intimamente atrelado a uma disposição natural de se tentar estabelecer a diferença entre o “certo” e o “errado”.

## 1.2 HIPÓTESES DE INVESTIGAÇÃO

Retomando-se novamente as indagações feitas acima, estabelecemos as seguintes hipóteses de investigação para este trabalho:

- a) Os neologismos não pertencem todos a uma mesma categoria, eles devem ser discriminados e tratados distintamente, conforme o caso;
- b) Os neologismos recebem tratamento assistemático nos dicionários e nos manuais de redação, desprovido de rigor e critérios para que os jornalistas (e pessoas em geral) os reconheçam como tais e saibam lidar convenientemente com eles.

A falta de rigor e critérios, por sua vez, é capaz de anular o próprio mérito desse tipo de obra, que tem como uma de suas finalidades orientar o usuário quanto ao uso de novas palavras.

## 1.3 ESTRUTURA GERAL DO TRABALHO

Após a introdução aqui apresentada, partimos para o segundo capítulo deste trabalho definindo o nosso objeto – o neologismo – e distinguindo-o conforme a sua procedência e os modos pelos quais se configura. Seja qual for o tipo de neologismo identificado – por novo significante, significado, signo ou função – ele é algo natural na língua, inerente a ela; não há como ser contido, nem deve sê-lo. Surge a partir de uma necessidade expressiva ou de economia discursiva, por meio de processos comuns, naturais e recorrentes, em que palavras

antigas se combinam, palavras novas passam a designar objetos e situações novos, significados e funções se modificam.

No capítulo seguinte, constatamos que a língua não é uma, homogênea, e sim composta de várias “línguas funcionais”, cada qual com seus próprios critérios de correção. O que é correto numa língua funcional pode não sê-lo em outra. O “certo” e o “errado” estão relacionados a uma maior ou menor adequação da língua funcional à situação em que é empregada.

Existe uma língua padrão, ideal, formal – mais estável do que a língua do dia-a-dia – que está representada nos dicionários e gramáticas. O neologismo está fora dessa língua padrão, fora do dicionário e fora da gramática, é um elemento novo, estranho, porém está ou deveria estar previsto neles.

A configuração da língua padrão nos dias de hoje não se dá com base apenas nas obras de grandes escritores, mas também, e principalmente, na linguagem jornalística, que, por sua vez, busca, muitas vezes, na linguagem coloquial o seu modelo. O jornalista deve conhecer muito bem a língua padrão para poder contrariá-la conscientemente – e não involuntariamente – quando for necessário.

No quarto capítulo, destacamos que há dicionários normativos (velada ou abertamente) e dicionários descritivos. O manual de redação é um tipo de dicionário abertamente normativo: apresenta palavras estranhas à norma ideal (como os neologismos) e determina como se deve agir em relação a eles.

O jornalista tem à sua disposição, portanto, um instrumento para orientá-lo quanto àquilo que está fora da norma, porém esse instrumento é falho por conter informações contraditórias, isto é, condena de antemão os neologismos em geral por estarem fora da norma (i.e. fora do dicionário), mas, ao mesmo tempo, aceita-os em alguns casos, sem mencionar que são neologismos, o que levanta questionamentos quanto ao mérito das orientações contidas nos manuais.

No quinto capítulo, abordamos a linguagem jornalística, que possui como principais características a simplicidade e clareza. A correção ou a adequação do neologismo à linguagem jornalística estará condicionada ao entendimento da notícia e também ao gênero do texto e ao público que se pretende atingir.

Oferecemos, no sexto capítulo, propostas de integração das observações contidas nos capítulos precedentes, criando critérios para se enxergar os neologismos no texto jornalístico e

utilizá-los de forma adequada, levando-se em conta as diferenças existentes entre os tipos identificados.

Finalmente, no último capítulo, apresentamos nossas considerações finais, após retomarmos os questionamentos e hipóteses mencionados neste primeiro capítulo introdutório.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA E PROPOSTA DE TAXONOMIA

A língua está em constante movimento: novas palavras surgem a todo instante e velhas palavras ganham novas acepções, ao passo que outras tantas saem de circulação até serem esquecidas. De maneira geral, essas novas palavras e velhas palavras com novas acepções são chamadas *neologismos*, enquanto, no outro extremo, palavras que saem de uso na língua corrente denominam-se *arcaísmos*. Trata-se de um processo natural da língua, que atende, conforme Bechara (2004, p.351), a necessidades de renovação cultural, científica e da comunicação de um modo geral. Uma situação, um processo ou objeto que não existia ou não era percebido pode passar a sê-lo, exigindo um signo que o represente. Algumas vezes esse signo é adotado por muitos e se propaga mais ou menos rapidamente, podendo ou não se firmar na língua, como os recentes *mensalão*<sup>7</sup>, *valerioduto*<sup>8</sup>, *verticalização*<sup>9</sup> e *metrossexual*<sup>10</sup>; outras vezes, restringe-se a uma situação específica que dificilmente se repete, como *psicopoliticodélico*<sup>11</sup>, utilizado em relação a uma peça teatral. Está sempre, portanto, num equilíbrio lábil, podendo sobreviver ou não na língua.

### 2.1 DEFINIÇÃO DE NEOLOGISMO

Segundo Dubois et al. (1997, s.v.), *neologismo* é “uma unidade lexical (novo significante ou nova relação significante-significado) que ocorre dentro de um modelo de comunicação determinado, não realizada anteriormente<sup>12</sup>”. O novo significante caracteriza a neologia de forma, que consiste na formação de novas unidades léxicas a partir de significantes inéditos, enquanto a nova relação significante-significado se refere à neologia de conteúdo, que consiste no emprego de um significante já existente na língua associado a um conteúdo que não tinha até então. Segundo os autores, a neologia de forma poderia admitir ainda os empréstimos de língua estrangeira.

---

<sup>7</sup> Vj 22/02/06, p.41.

<sup>8</sup> Vj 08/03/06, p.44.

<sup>9</sup> Vj 08/03/06, p.54.

<sup>10</sup> Vj 24/08/05.

<sup>11</sup> Espetáculo teatral *Fala, Zé*, de José de Abreu, em cartaz em Porto Alegre, em abril de 2006.

<sup>12</sup> [une unité lexicale (nouveau signifiant ou nouveau rapport signifiant-signifié) fonctionnant dans un modèle de communication déterminé, et qui n'était pas réalisée antérieurement]

A não-realização anterior de uma unidade ou o seu caráter de “novidade”, porém, nem sempre é algo fácil de se determinar. Boulanger (apud FERRAZ, 2006, 223-224) procura fazê-lo a partir de três critérios:

- a) o critério diacrônico;
- b) o critério psicológico;
- c) o critério lexicográfico.

O critério diacrônico se ampara na data de surgimento de uma unidade léxica, conforme registrado em obras lexicográficas ou *corpora*: tem-se um neologismo quando seu primeiro registro na língua tiver ocorrido num período determinado.

O critério psicológico se baseia no sentimento de “novidade” que uma unidade léxica desperta numa comunidade: uma palavra é nova se as pessoas assim o sentirem.

O critério lexicográfico, por ser menos subjetivo do que os anteriores, costuma ser o mais utilizado nos estudos neológicos: considera-se neologismo toda palavra que não consta no dicionário (com exceções identificadas *a posteriori*, como muitas palavras terminadas pelos sufixos *-mente* e *-inho*<sup>13</sup>). Como lembra Ferraz (2006, 223), para muitos estudiosos “a noção de neologismo começa no dicionário (com o critério de identificação lexicográfico) e termina no dicionário (uma unidade lexical entra em processo de desneologização quando passa a ser registrada em uma obra lexicográfica)”.

Uma palavra, surgida numa determinada língua funcional a partir de processos que serão mais tarde explicitados, pode ser usada por muito tempo numa comunidade específica, como a dos informatas, por exemplo, e não ser conhecida pelas pessoas em geral. Num dado momento, porém, essa palavra, digamos *debugar* (do inglês *to debug*), seja por ocasião do “Bug do Milênio”, seja pelo aumento no número de usuários de computadores, pode vir a ampliar seu raio de ação. O “sentimento de novidade” em relação a ela começa então a diminuir, até a sua inclusão nos dicionários. Ela pode ser “sentida” como “neológica”, por um critério psicológico, mas não ser neológica por um critério diacrônico, já que figurava na língua (dos informatas) há bastante tempo.

Os critérios podem ser combinados, assim quando uma palavra é sentida como nova (critério psicológico), ocorre-se ao dicionário para se verificar se ela de fato o é (critério lexicográfico), conferindo-se a data de seu surgimento (critério diacrônico).

---

<sup>13</sup> Por exemplo, *pneuzinho* e *magistralmente* não constam nos dicionários, mas nem por isso poderiam ser consideradas neologismos.

## 2.2 CAUSAS PARA A FORMAÇÃO DE NOVAS PALAVRAS

Para Rocha (2003, 79), são três as causas da formação de novas palavras:

- a) as exigências do sistema lingüístico;
- b) a influência do sujeito-falante;
- c) o papel das funções semânticas.

A essas causas, segundo ele, associam-se três funções:

a) Função de mudança categorial (por exigência do sistema lingüístico): quando é necessário empregar um item lexical de uma classe em outra, pois seria muito anti-econômico para a língua criar um novo item. Faz-se então uma adaptação morfológica com o auxílio de um sufixo, por exemplo, com a conseqüente mudança da classe lexical. Ex: A Petrobras precisa atingir a produção de 1.200.000 barris de petróleo [...]. Mas esse *atingimento* [...].

b) Função expressiva de avaliação (por influência do sujeito-falante): quando o papel do sujeito-falante é preponderante na formação do novo item lexical. É o que se dá com os sufixos afetivos, enfáticos e intensificadores, como em: “*Filhinho, vai para a caminha*”.

c) Função de rotulação: quando há a necessidade de se dar nomes às coisas, às ações, aos lugares, como em: *malufar, tancredar, carreato, bondeata, sambódromo*.

Todos esses fatores ou funções podem ser resumidos, a nosso ver, em dois, que atuam combinados:

- a) necessidade expressiva;
- b) economia discursiva.

Desse modo, quando o autor afirma que, às vezes, “é necessário empregar um item lexical de uma classe em outra, pois seria muito anti-econômico para a língua criar um novo item”, isso se dá para atender a uma necessidade expressiva da forma mais condensada possível. É mais fácil criar uma palavra como *petista* do que dizer “filiado ou simpatizante do PT” toda vez que se for referir a este. O mesmo se pode dizer quanto a *malufar, tancredar,*

*carreata*, *bondeata* e *sambódromo*. Palavras como *papamóvel* ou (senador) *biônico*, possuem conotação jocosa ou irônica por associação de idéias, atendendo à necessidade expressiva de se transmitir esse “algo a mais”; bem como palavras estrangeiras importadas procuram atender a necessidades expressivas não contempladas na língua receptora.

### 2.3 TAXONOMIAS

Para Bechara (2004, p.351), o neologismo entra na língua por diversos caminhos: o primeiro, mediante a “utilização da prata da casa”, isto é, “dos elementos (palavras, prefixos, sufixos) já existentes no idioma, quer no significado usual, quer por mudança do significado”, resultando em unidades como *selinho*<sup>14</sup>, *beijação*<sup>15</sup>, *secretariáveis*<sup>16</sup> e *microssaia*<sup>17</sup>; o segundo, mediante empréstimos e calcos lingüísticos, isto é:

[...] palavras e elementos gramaticais (prefixos, preposições, ordem de palavras) tomados (empréstimos) ou traduzidos (calcos lingüísticos) ou de uma outra comunidade lingüística dentro da mesma língua histórica (regionalismos, nomenclaturas técnicas e gírias) ou de outras línguas estrangeiras – inclusive grego ou latim -, que são incorporados ao léxico da língua comum e exemplar (BECHARA, 2004, p.351).

Como exemplos de empréstimos, nessa visão, podemos citar: *blog*<sup>18</sup>, *wireless*<sup>19</sup>, *palm-top*<sup>20</sup> e *overbooking*<sup>21</sup>, tomados tais como em seu idioma original; *escâner*, *iene*, *ofurô* e *haraquiri*, adaptados gráfica e fonologicamente à língua receptora; e *estresse*, *colesterol* e *antioxidante*, “importados” das áreas biomédicas para a linguagem do dia-a-dia.

Como exemplos de calcos lingüísticos, temos: *assassino serial* ou *em série* (ingl. *serial killer*), *buraco negro* (ingl. *black hole*) e *disco rígido* (ingl. *hard disk*), traduzidos literalmente do inglês para o português.

Um terceiro e quarto caminho de criação lexical, segundo Bechara (2004, p.351), ocorre pela “criação de certos produtos ou novidades que recebem o nome de seus inventores

---

<sup>14</sup> Vj 01/03/06, p.63.

<sup>15</sup> Vj 08/03/06, p.26.

<sup>16</sup> ZH 21/03/06, p.10.

<sup>17</sup> Vj 08/03/06, p.38.

<sup>18</sup> ZH 20/03/06.

<sup>19</sup> ZH 20/03/06, p.41.

<sup>20</sup> ZH 20/03/06, p.41.

<sup>21</sup> ZH 21/03/06, p.17.

ou fabricantes”, como *macadame* e *gilete*<sup>22</sup>, e pelas “onomatopéias e palavras expressivas”, que levam em conta “os sons naturais (fonossimbolismo) produzidos por seres e objetos”.

Os caminhos mencionados colocam “processos de formação neológica” e “procedência de novas unidades na língua” em um mesmo nível, sem distinção clara.

Alves (1994, p.5), que faz um amplo mapeamento dos neologismos encontrados em textos jornalísticos, é mais precisa ao afirmar logo de saída que essas unidades podem ser formadas por: a) mecanismos oriundos da própria língua, os processos autóctones ou; b) por itens léxicos provenientes de outros sistemas lingüísticos. Porém, após essa distinção inicial, referente à procedência neológica, enumera exemplos dos vários processos de formação lexical como próprios de um ou outro grupo, o que nem sempre ocorre, como se procurará mostrar mais adiante. A descrição em Alves (1994, p.5-82), realizada a partir de textos recolhidos na imprensa brasileira, pode ser resumida da seguinte maneira<sup>23</sup>:

---

<sup>22</sup> Nesses exemplos o que se vê é um processo de metonímia, que ocorre dentro da língua ao lado de outros processos sêmicos envolvendo figuras de linguagem. (v. item 2.3.1.2).

<sup>23</sup> Mantivemos a terminologia e os exemplos da autora.

Quadro 1: Neologismos em Alves (1994)

PROCESSOS AUTÓCTONES	
Neologismos fonológicos	→ Onomatopéias → Recursos fonológicos: <i>tchurma</i> , <i>xou</i> , <i>bebemorar</i> .
Neologismos sintáticos	→ Derivados: <i>não-violentos</i> , <i>anticonjugal</i> , <i>sem-teto</i> , <i>pró-familiar</i> , <i>brizolismo</i> , <i>achistas</i> , <i>apalhaçar</i> . → Compostos: <i>enredo-denúncia</i> , <i>operação-desmonte</i> , <i>cinco-em-um</i> , <i>capa-e-espada</i> , <i>papamóvel</i> . → Compostos sintagmáticos: <i>produção independente</i> , <i>cesta básica</i> , <i>crimes de colarinho branco</i> . → Compostos formados por siglas ou acronímicos: <i>PCB</i> , <i>Anfavea</i> , <i>UDR</i> , <i>ZPEs</i> .
Conversão	→ Mudança de função: (os) <i>consorciados</i> , (o) <i>digladiar</i> .
Neologismos semânticos	→ Por figuras de linguagem: <i>baixinho</i> (criança). → De vocabulário específico: <i>corpo-a-corpo</i> (discussão difícil), <i>garimpagem</i> (busca de elementos interessantes e preciosos), <i>papagaio</i> (tagarela).
Outros	→ Truncação: <i>euro</i> (de <i>européu</i> ), <i>niver</i> (de <i>aniversário</i> ). → Palavra-valise: <i>brasiguaio</i> , <i>showmício</i> . → Reduplicação: <i>trança-trança</i> . → Derivação regressiva: <i>amasso</i> (de <i>amassar</i> ).
EMPRÉSTIMOS	
Estrangeirismo (sem adaptação): <i>himologhi</i> , <i>jamonaria</i> , <i>leasing</i> , <i>know-how</i> .	
Estrangeirismo + tradução: <i>gray power</i> (o poder grisalho), <i>fiber glass</i> (fibra de vidro).	
Empréstimo (integrado à língua): <i>new-jecas</i> , <i>niu-jeca</i> , <i>ranking</i> .	
Decalque (versão literal do item léxico estrangeiro para a língua receptora): <i>alta tecnologia</i> (high tech).	

A **neologia fonológica**, segundo Alves (1994, p.11), é extremamente rara, pois “supõe a criação de um item léxico cujo significante seja totalmente inédito, isto é, tenha sido criado sem base em nenhuma palavra já existente”. Como exemplo, ela cita a unidade *gás*, que teria se originado do grego *khaos*, e as criações onomatopaicas, “calcada[s] em significantes inéditos”, mas não “totalmente arbitraria[s]”. Alguns recursos fonológicos, conforme a autora, podem provocar alterações no item lexical, como se vê em *tchurma*, *bebemorar* e *xou* (ALVES, 1994, p.12-13) – este, relativo à apresentadora de televisão *Xuxa*, cujo *x* no nome estimulou a criação de variantes para palavras grafadas com [s], [sh] ou [ch]<sup>24</sup>. Podemos dizer, no entanto, que *tchurma*, *xou* e *bebemorar*, bem como muitas criações de etimologia popular<sup>25</sup>, situam-se ao lado de unidades classificadas pela autora como “neologismos sintáticos” (formados por composição e derivação), isto é, passam pelas mesmas transformações por que passam estes ao nível do significante. A unidade *bombril*, por exemplo, formada pela junção de *bom* + *bril(ho)*, “compõe-se” do mesmo modo que *xou*, que combina o [x] de *Xuxa* a *show*; *bebemorar* reúne *beber* + *comemorar* (acrescentando-se aqui a alusão a *comer*) e *tchurma* associa a unidade *turma* a um elemento que, para nós, é ignorado, mas que, no momento de sua criação, há de ter tido uma razão funcional.

Nos **neologismos sintáticos**, Alves (1994, p.14-59) identifica a combinatória de elementos já existentes no sistema lingüístico, constituindo compostos e derivados. Como se viu, a “motivação” para a formação desses compostos e derivados pode ser “fonológica” – e também gráfica, semântica (metafórica, metonímica...), simultaneamente ou não. Alves (1994, p.14) os denomina “sintáticos” porque “a combinação de seus membros constituintes não está circunscrita exclusivamente ao âmbito lexical (junção de um afixo a uma base), mas concerne também ao nível frásico”, uma vez que: a) “o acréscimo de sufixos pode alterar a classe gramatical da palavra-base”; b) “a composição tem caráter coordenativo e subordinativo” e; c) “os integrantes da composição sintagmática e acronímica constituem componentes frásicos com o valor de uma unidade lexical”.

---

<sup>24</sup> Além de *xou*, no lugar de “show”, encontramos pela ferramenta de buscas do Google: 311 ocorrências de *xuccesso*, 9.360 de *xuper* e 935 de *axim + xuxa*.

<sup>25</sup> Conforme Dubois et al. (1997, s.v.) *étymologie populaire*, ou *étymologie croisée*, é “le phénomène par lequel le sujet parlant se fondant sur certaines ressemblances formelles, rattache consciemment ou inconsciemment une forme donnée à une autre forme avec laquelle elle n’avait aucune parenté génétique; les mots soumis à cette *attraction paronymique* finissent par se rapprocher sur le plan sémantique: le français voit souvent dans *choucroute* le mots *chou* et *crûte*, alors que le mot vient de l’allemand dialectal *surkrut* (*sauerkraut*) « aigre chou »; de même *forcené*, rattaché à *force* par les sujets parlants et qui vient de *fors* « hors » et *sen* « sens ». L’*étymologie populaire* est appelée aussi *fausse étymologie*, et on lui oppose l’*étymologie savante*, fondée sur la connaissance des formes anciennes et lois qui ont présidé à leur évolution. On réserve parfois *étymologie populaire* aux erreurs individuelles comme *Trois-cadéro* pour *Trocadéro*”.

Esse nível frásico, no entanto, é pouco evidente em muitos casos, como em *superelegante*, *microcurso*, *imexível* e outros derivados, o que nos faz preferir chamá-los “combinatórios”, no lugar de “sintáticos”.

Os **neologismos semânticos**, ainda conforme Alves (1994, p.62), revelam-se de diferentes maneiras: “a mais usual ocorre quando se verifica uma mudança no conjunto de semas de uma unidade léxica” por meio de figuras de linguagem, como no caso de *baixinhos*, que, no contexto do *Xou da Xuxa*, passa a significar “crianças” (ALVES, 1994, p.63); um outro tipo ocorre quando “um termo, característico de um vocabulário, extrapola os limites desse vocabulário e passa a integrar outra terminologia ou a fazer parte da língua geral”, como *garimpagem*, que passa de “atividade que consiste na exploração de metais e pedras preciosas”, numa linguagem específica, a “busca de elementos interessantes e preciosos” na língua geral (ALVES, 1994, p.65).

Observamos que nos dois exemplos (*baixinhos* e *garimpagem*), e não apenas no primeiro, o que ocorre é uma mudança de semas por meio de uma figura de linguagem (metáfora)<sup>26</sup>.

Alves (1994, p.68-71) classifica de “**outros processos**” a truncação (por exemplo, *euro*, a partir de *européu*); a palavra-valise (como *brasiguaió*), que, para nós, é um tipo de composição; a reduplicação (como *trança-trança*), também, para nós, um tipo de composição; e a derivação regressiva (por exemplo, *amasso*, a partir de *amassar*).

A conversão, conforme Alves (1994, p.60), consiste num tipo especial de formação lexical pelo qual “uma unidade léxica sofre alterações em sua distribuição sem que haja manifestação de mudanças formais”. O fenômeno é exemplificado com adjetivos que assumem a função de substantivo, como *consoiciados* na frase: “deveremos dar um salto para dez milhões de novos *consoiciados*” (ALVES, 1994, p.60).

Alves (1994, p.72) afirma que todos esses processos utilizam-se de bases da língua portuguesa, mas que uma outra forma de se ampliar o léxico é pelo **empréstimo de elementos estrangeiros**. A primeira parte da afirmação pode ser contestada com exemplos que a própria autora fornece: o substantivo *gate*, “emprestado” do inglês, adquire valor sufixal

---

<sup>26</sup> Essa questão será revista em 2.3.1.2.

no português, denotando “corrupção” ao se unir a outros elementos, como em *Mogigate*<sup>27</sup> (ALVES, 1994, p.40).

A autora destaca quatro formas de manifestação do empréstimo de elementos estrangeiros (ALVES, 1994, p.72-80):

a) numa primeira etapa é denominado “estrangeirismo”, quando ainda “é sentido como externo ao vernáculo” da língua receptora e adotado tal como em sua língua de origem;

b) ao mesmo tempo, muitas vezes, para que seja compreendido, esse estrangeirismo é acompanhado de sua tradução, como em: “o chamado *gray power* – o poder grisalho – assusta todos os candidatos”;

c) é denominado “empréstimo” quando já é sentido como integrado à língua receptora, seja por adaptação gráfica, morfológica ou semântica, seja pela frequência com que é empregado ou pela geração de derivados e;

d) é denominado “decalque” (“calco lingüístico”, para Bechara (2004, p.351)) quando o item léxico estrangeiro recebe uma versão literal na língua receptora, como *alta tecnologia*, decalcado no inglês “high technology”.

Embora apresente essas distinções, Alves (1994), ao mesmo tempo, insere estrangeirismos e decalques numa categoria maior de “neologismos por empréstimo”, diferentemente de Bechara (2004, p.351), que denomina “empréstimos” os elementos *tomados* de uma outra língua e “calcos lingüísticos” (decalques) os elementos *traduzidos*. Outra diferença entre os dois autores é que Alves (1994) não menciona entre os “empréstimos” (que, para ela, abrangem os decalques) as unidades provenientes de “uma outra comunidade lingüística dentro de uma mesma língua histórica (regionalismos, nomenclaturas técnicas e gírias)”, como o faz Bechara (2004, p.351). Por empréstimos, a autora entende apenas as unidades estrangeiras, ou, na terminologia usada por Bechara (2004, p.351), “provenientes de outras línguas históricas”<sup>28</sup>.

---

<sup>27</sup> Ainda que, no momento em que isso acontece, a unidade (*Watergate*) que deu origem à combinação citada já seja sentida como “integrada” ao português.

<sup>28</sup> Para os conceitos de “língua histórica” e “língua funcional”, recorremos a Coseriu (1979, p.23): “Uma língua histórica (isto é, uma língua delimitada historicamente e normalmente identificada por ‘adjectivum proprium’: por exemplo, ‘língua alemã’, ‘língua francesa’, ‘língua inglesa’) não é, mesmo abstraindo do discurso repetido, uma técnica homogênea do discurso, mas normalmente um complicado composto de tradições de falar em parte coincidentes e em parte divergentes; ela oferece diferenças geográficas, diferenças entre camadas socioculturais e entre tipos de expressão situacionalmente condicionadas (diferenças diatópicas, diastráticas e diafásicas); é pois um conjunto de dialetos, níveis e estilos de língua. Uma língua funcional é uma língua delimitada dentro duma língua histórica, e unitária sob estes três pontos de vista, por outras palavras, uma língua sintópica, sinstrática e sinfásica, isto é, um determinado dialeto num determinado nível e na forma de um determinado

Os processos descritos até aqui podem, assim, aplicar-se tanto a elementos vernáculos como importados, devendo-se distinguir, porém, esses “processos de formação lexical” da “procedência dos elementos que compõem o léxico”.

A fim de facilitar a compreensão do fenômeno do neologismo em sua complexidade, propomos uma nova taxonomia que distinga os diferentes níveis de análise mencionados.

### 2.3.1 Uma proposta de taxonomia

A nossa taxonomia distingue:

- a) a origem do elemento neológico;
- b) os “algoritmos”<sup>29</sup> que produzem o neologismo.

Palavras como *bombril* e *xerox*, por exemplo, surgiram como nomes próprios, marcas registradas de determinados produtos: respectivamente, “esfregão de lã de aço” (HouE (2001, s.v. *bombril*)) e “máquina usada na reprodução de texto ou imagem” (HouE (2001, s.v. *xerox*)). Em HouE (2001), encontramos no registro de uso dos dois verbetes: “marca registrada que passou a designar o seu gênero”.

No primeiro caso, temos uma unidade vernácula, formada, conforme HouE (2001, s.v. *bombril*), pela junção de *bom* (adjetivo) e *bril* (redução de *brilho*). Em *xerox*, temos uma unidade importada de outra língua, que, além de designar a máquina que reproduz textos e imagens, isto é, que faz fotocópias, passa a designar a própria fotocópia, por metonímia. Vêm-se aí processos intrínsecos à língua portuguesa que se aplicam a palavras de quaisquer procedências.

---

estilo. Designa-se por ‘funcional’, porque é precisamente a língua que funciona imediatamente no falar: não se fala nunca ‘alemão’ sem qualquer determinação, mas sempre uma determinada forma de alemão. Num texto podem encontrar-se línguas funcionais diferentes, porém em cada ponto do texto é apenas realizada uma determinada língua funcional, e isto porque só esta língua funciona realmente. Normalmente, se poderão estabelecer ulteriormente unidades e estruturas comuns a línguas funcionais diferentes dentro duma língua histórica ou até toda a língua histórica”.

<sup>29</sup> Empregamos o termo “algoritmo” por julgarmos fundamental o conjunto de opções de que dispõe a língua portuguesa para criar novas unidades. Segundo Blackburn (1997, s.v.), *algoritmo* é o “conjunto de regras ou instruções que resultarão na solução de um problema”. Todo neologismo obedece a um padrão, tanto no plano da forma como no do conteúdo, ou seja, é uma opção realizada dentro de um conjunto de regras. É, portanto, uma “solução algorítmica”.

A palavra *Mogigate*, já mencionada, é outro exemplo de processo de formação lexical no português brasileiro aberto à importação de elementos estrangeiros. Recentemente, acompanhamos o surgimento de outras unidades com o mesmo sufixo: *Paloccigate*, para designar o escândalo envolvendo o ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci (Vj 05/04/06, p.32); e *Aerusgate*, referente à intervenção do governo federal no fundo de pensão dos funcionários da Varig, o Aerus (ZH 13/04/06, p.33).

Os neologismos, sejam de procedência vernácula ou estrangeira, por sua vez, nascem por processos que ocorrem dentro da língua e que classificaremos em:

- a) processos formais (novo significante);
- b) processos sêmicos (novo significado);
- c) processos de incorporação de signo;
- d) transposição funcional.

A seguir, desenvolvemos cada um deles.

#### 2.3.1.1 Processos formais (novo significante)

Nos processos formais ou de mudança de significante, observamos uma alteração na forma de uma ou mais unidades léxicas já conhecidas originando uma nova. É um mecanismo muito fértil de criação lexical na língua portuguesa, especialmente por composição e derivação.

Constatamos nesse tipo de processo duas possibilidades:

- a) de combinação;
- b) de redução.

Os **processos combinatórios** utilizam-se de **conjuntos finitos** e **conjuntos infinitos**. Os primeiros abrangem formações criadas a partir de elementos limitados na língua<sup>30</sup>, os afixos, que geram palavras como *secretariável*, *besteirol*, *chavista*, *bolivariana* e *caroneiro*,

---

<sup>30</sup> A rigor, não poderíamos falar em conjuntos “limitados”, uma vez que se admite a possibilidade de unidades léxicas estrangeiras (infinitas) adquirirem “valor sufixal”, como vimos em *Mogigate* (v. p.24), mas mantemos aqui classificação já consagrada.

por acréscimo de sufixo; *microssaia*, *superlotação*, *megafábrica* e *desburocratizar*, por acréscimo de prefixo; e *enceguecer*, *endinheirado*, *abilolar* e *emparedar*, por parassíntese, isto é, acréscimo simultâneo de prefixo e sufixo.

Alguns afixos, como *-inho (-zinho)*, *-inha (-zinha)*, *-ex* e *-mente*, são tão sistemáticos e recorrentes na língua que se torna difícil delimitar quando as palavras formadas por eles constituem um neologismo. Os dicionários só as incluem em sua macroestrutura quando ocorre uma mudança de significação, como em *camisinha*<sup>31</sup>, que deixa de ser apenas uma “camisa pequena” para significar também “preservativo”, *bondinho*<sup>32</sup> (“carro de elevador de rua ou teleférico”) e *lindinha*<sup>33</sup> (“cachaça”). Em *jeitinho*<sup>34</sup> e *marquitezinho*<sup>35</sup>, também não se está falando de um “jeito ou de um marketing pequenos”, mas, respectivamente, de uma “maneira hábil, esperta, astuciosa de conseguir algo” e de um “marketing de baixa categoria”. É o sufixo *-inho (-zinho)* que confere a essas palavras um caráter informal ou pejorativo.

Os conjuntos infinitos referem-se às unidades léxicas que se combinam na formação de compostos. A composição, conforme Bechara (2004, p.355), “consiste na criação de uma palavra nova de significação única e constante, sempre e somente por meio de dois radicais relacionados entre si”, o que não impede “que um dos elementos do composto seja ele mesmo já um composto”.

Para Dubois et al. (1997, s.v. *composé*), “chama-se *palavra composta* uma palavra que contenha dois ou mais de dois morfemas lexicais e que corresponda a uma unidade significativa”<sup>36</sup>.

Ambas as definições se mostram insuficientes para o caso de orações inteiras como as destacadas por Bechara (2004, p.356): *Deus-nos-acuda*, (mais vale um) *toma* (que dois) *te darei* e (os) *disse-me-disse*. Porém, uma definição mais ampla poderia abrir a fronteira para os derivados – fronteira esta já tênue, como se percebe nas palavras de Cunha (2001, p.84):

---

<sup>31</sup> HouE, 2001, s.v.

<sup>32</sup> HouE, 2001, s.v.

<sup>33</sup> HouE, 2001, s.v.

<sup>34</sup> HouE, 2001, s.v.

<sup>35</sup> Vj 08/03/06, p.26.

<sup>36</sup> [on appelle *mot composé* un mot contenant deux, ou plus de deux, morphèmes lexicaux et correspondant à une unité significative]

Poderia-se discernir as formações em que entram prefixos que são meras partículas, sem existência própria no idioma (como *des-* em *desfazer* e *re-* em *repor*), daquelas de que participam elementos prefixais que costumam funcionar também como palavras independentes (assim: *contra-* em *contradizer*, *entre* em *entreatir*). No primeiro caso haveria derivação; no segundo, seria justo falar-se em composição.

E de Bechara (2004, p.357):

Vários autores fazem da prefixação um processo de composição de palavras. Os prefixos assumem valor semântico que empresta ao radical um novo significado, patenteando assim a sua natureza de elemento mórfico de significação externa subsidiária.

Além disso, cabe lembrar o caso dos “pseudoprefixos” ou “prefixóides”, revelados na “recomposição” (CUNHA, 2001, p.113). Nesse processo de criação lexical, um radical assume o sentido global da unidade da qual faz parte, recombina-se com esse novo significado a uma outra unidade. O autor dá como exemplo, o prefixo *-auto* (do grego *autós* = “próprio”, “de si mesmo”), que se emprega com seu significado original em *autodidata* e *autógrafo*, mas também como forma abreviada de *automóvel* (“veículo movido por si mesmo”) em *auto-estrada* e *autódromo*. O processo envolve uma etapa combinatória de prefixo + radical (*automóvel*), uma redução (*auto*) e uma recombinação, que desemboca, poderíamos dizer, num “composto por integração parcial” (*auto-estrada*).

De qualquer modo, mantemos a divisão tradicional de “derivados” e “compostos”, apresentando para estes a seguinte classificação geral:

a) **compostos por integração**, quando se constituírem da junção de palavras inteiras (*passatempo*, *amor-perfeito*) ou com pequenas alterações (*aguardente*, *fidalgo*), que serão: **homolexêmicos**, se essas palavras forem iguais, como *troca-troca* e *pega-pega*; ou **heterolexêmicos**, se forem diferentes, como *e-maildependência*, *entrevista-churrasco*, *blogosfera* e *Deus-nos-acuda*.

b) **compostos por integração parcial**, quando se referirem a criações formadas por partes de palavras (**morfêmicos**)<sup>37</sup>, como *portunhol*, *brasiguaio* e *showmício*, ou suas iniciais, compondo as siglas (**não-morfêmicos**).

Os **processos de redução** abrangem o que alguns autores chamam de “abreviação”; outros, “truncação”; e outros ainda, “derivação regressiva”. Alves (1994, p.68-69) considera a “truncação” um “tipo de abreviação em que uma parte da seqüência lexical, geralmente a final, é eliminada”. Como exemplos, cita as palavras *níver* (de *aniversário*), *euro* (de *européu*) e *coq* (de *coquetel*). Bechara (2004, p.371) menciona como exemplos de “abreviação” as unidades *extra* (de *extraordinário* ou *extrafino*) e *foto* (de *fotografia*), e inclui, como “caso especial de abreviação”, as siglas: *ONU* (Organização das Nações Unidas), *PUC* (Pontifícia Universidade Católica) etc.

Bechara (2004, p.372) exemplifica o que chama de “conversão” (e que chamaremos, mais tarde, de “transposição”) com alguns casos em que se dá “a passagem [...] de um grupo de vocábulos (geralmente a final) a palavra isolada: *Ele tem certas fobias*”, em vez de *fotofobias*, *xenofobias* ou outras. Ocorre, nesse caso, uma mudança na função da partícula -*fobia*, porém, em relação ao significante, o que se observa é simplesmente uma “redução” – ou, poderíamos dizer, conforme a terminologia do autor, uma “abreviação”.

Nicola e Infante (1989, p.75) consideram como exemplos de “derivação regressiva” as formações *china* (de *chinês*), *comuna* (de *comunista*) e *estranja* (de *estrangeiro*). Um exemplo mais recente poderia ser *\*ceva* (originado, talvez, de *cerveja* ou *cevada*).

### 2.3.1.2 Processos sêmicos (novo significado)

Uma unidade léxica já conhecida pode adquirir novas significações por meio de:

- a) figuras de linguagem;
- b) etimologia popular;
- c) empréstimo semântico (decalque).

---

<sup>37</sup> Optamos por chamá-los “compostos por integração parcial” em oposição a “compostos por integração” e “morfêmicos”, em oposição a “não-morfêmicos”, mas também encontramos para eles as seguintes denominações: “palavras-valise”, “cruzamentos vocabulares”, “portmanteau”, “contaminações” e “combinações” (cf. ALVES, 1994, p.69; BECHARA, 2004, p.372).

Nas três situações, ocorre uma mudança na estrutura sememática dos signos em questão (cf. Schifko (1992)).

No primeiro caso, temos, por metáfora, as palavras *blindagem*<sup>38</sup>, que no noticiário político passou a designar “proteção”; *mala*<sup>39</sup>, que se entende por “indivíduo inconveniente, maçante”; e *abobrinha*<sup>40</sup>, por “conversa superficial”. Também temos aqui, pelo processo de metonímia, palavras que se originaram dos “nomes-fantasia” ou marcas dos produtos que eles designam, como *gilete*, *modess*, *bombрил*, *xerox* e *aspirina*.

Bechara (2004, 397) enumera como “causas que motivam a mudança de significação das palavras”, além da metáfora e da metonímia: a catacrese, a braquilogia ou abreviação, o eufemismo, as alterações semânticas por influência de um fato de civilização e a etimologia popular.

Por “catacrese”, entende a “translação do significado por esquecimento do significado original”, como se vê em *panacéia universal* (originalmente, panacéia: “remédio para todos os males”) e *bela caligrafia* (caligrafia: “boa letra”); por “braquilogia” ou “abreviação”, “as diversas acepções de uma palavra devidas à elipse do determinante ou vice-versa, como em “dou-lhe a minha *palavra*” (isto é, “palavra de honra”) e “vamos à *cidade*” (isto é, ao “centro da cidade”); por “eufemismo”, a translação de sentido pela suavização da idéia, como *finar-se*, *falecer* e *dar o último suspiro* (“morrer”) e *abrideira*, *água-que-gato-não-bebe* (“cachaça”); por “influência de um fato da civilização”, entende, por exemplo, *tonto* (“louco”), que nos remete ao tempo em que se rapava a cabeça aos loucos, e (de) *cor* (“saber guardar”), de “coração”, quando este era tido como a sede dos sentimentos, da inteligência e da memória (BECHARA, 2004, p.397-400).

Vemos que, em todos os casos, trata-se de figuras de linguagem<sup>41</sup>: o que autor chama de “braquilogia” ou “abreviação”, podemos considerar exemplos de metonímia; o que cita como “eufemismo” não deixa de ser também metáfora, bem como os casos “influenciados por fatos de civilização”.

Os exemplos de mudança por etimologia popular referem-se àquelas unidades que, por semelhanças formais a outras unidades, passam a ser empregadas com a significação destas. Segundo Melo (2001, p.227), trata-se de um “processo de modificação e de formação de

---

<sup>38</sup> ZH 13/04/06, 74.

<sup>39</sup> Hou (2001, s.v.)

<sup>40</sup> Hou (2001, s.v.)

<sup>41</sup> As figuras de linguagem consistem nos “aspectos que assume a linguagem para fim expressivo, afastando-se do valor lingüístico normalmente aceito” (CÂMARA JR., 1997, p.116).

palavras, e, às vezes, até de frases, muito caro ao povo e comum a todas as línguas”. Ele o explica da seguinte maneira:

Ouve a gente do povo uma palavra ou expressão estranha à sua linguagem e a relaciona imediatamente com outra palavra ou combinação de palavras que lhe são familiares e que apresentam com a nova expressão certas analogias obscuras, o mais das vezes paridade de som. Influi o termo conhecido no desconhecido e o ajeita à sua imagem e semelhança. Desta sorte se produzem alterações não raro violentas na estrutura de certos vocábulos que entram no uso popular, alterações essas que aberram das leis da fonética histórica e que acaso poderiam constituir problemas insolúveis para o filólogo ou lingüista que não atentasse à “etimologia popular”<sup>42</sup>.

Bechara (2004, p.400) cita, como exemplo, de etimologia popular a palavra *famigerado*, que significa “célebre”, “notável”, mas que, por sua semelhança morfológica a *faminto*, passa, muitas vezes, a este último entendimento. O mesmo ocorre com *intemerato* (“sem mancha”, “puro”), que se confunde com “intimorato”; *inconteste* (“sem testemunho”), que passa por “incontestável”; e *falaz* (“falso”, “enganador”), por “falador”. Silva (2001), relata que as expressões *mal e porcamente*, *a trancos e barrancos* e *de cabo a rabo* teriam se originado a partir do entendimento desviante das expressões “mal e parcamente”, “a trancos e barrancos” e “de Cabo a Rabat” - esta, referente a pontos demarcadores de distâncias.

Como lembra Schifko (1991, 144), não apenas as denotações sofrem modificações, mas também as conotações. Assim, observamos um “melhoramento” na conotação de algumas palavras, como nos mostra Bechara (2004, p.401) em *emérito*, que aplicava-se ao “funcionário que se aposentava” e hoje significa “distinguido, ilustre”; ou um “pioramento”, como em *libertino*, que de “escravo liberto”, passou a “indivíduo devasso, sem pudor”.

Nas situações de “empréstimos semânticos” (decalques), temos palavras vernáculas que ganham novas acepções “importadas” de unidades estrangeiras: por exemplo, o “dispositivo [...] que, ao ser movimentado, provoca deslocamento análogo de um cursor na tela” recebe, em inglês, o nome de *mouse* (HouE (2001, s.v.)), por um processo sêmico de metáfora, devido à sua semelhança a um “rato” (em inglês, *mouse*), mas assume a forma *ratón*

---

<sup>42</sup> Melo (2001, p.228) distingue “etimologia popular” de “atração homonímica”. Na primeira, há “trabalho psicológico de interpretação do sentido da palavra nova pela discriminação dos elementos que, supostamente, lhe entram na estrutura”, como em *vagamundo* (no lugar de *vagabundo*), no qual “se vê, mais do que a simples influência fonética de *mundo*, uma análise semântica da palavra: *vaga-mundo*, ‘o que vaga pelo mundo’”. Na segunda, é essa “simples influência fonética” que a determina.

em espanhol como decalque, isto é, como um rótulo buscado na língua receptora que imita a metáfora da língua originária.

Kiesler (1993) distingue no decalque a “tradução literal emprestada”, ou conforme Haensch (apud KIESLER, 1993), o “decalque por tradução integral”, da “tradução livre emprestada”. A primeira tem como exemplos: *arranha-céus* (do inglês *skyscraper*), *cachorro-quente* (do inglês *hot dog*), *supermercado* (do inglês *supermarket*), *guerra fria* (do inglês *cold war*) e, no espanhol, *ratón* (do inglês *mouse*). A segunda se forma sobre o modelo de uma palavra estrangeira de forma livre e parcial, como em *fuga de cérebros* (do inglês *brain drain*), em vez de \**drenagem de cérebros*. Essas diferenças, porém, tornam-se menos nítidas quando pensamos numa unidade como *disco rígido*, do inglês *hard disk*, que poderia ter sido traduzida por “disco rijo” ou “disco duro”.

Os exemplos citados – *ratón*, *disco rígido*, *arranha-céus* – são importados por não haver, no momento em que isso ocorre, correspondentes vernáculos para as realidades que designam. Algumas vezes, porém, as acepções importadas decorrem de traduções mal-feitas, como se dá com *realizar*, *assumir* e *papel*, utilizadas no lugar de *perceber*, *supor* e *documento*, por influência das inglesas (falsos cognatos) *to realize*, *to assume* e *paper*.

Podemos citar também como decalque no nível fraseológico o fenômeno chamado na imprensa de “gerundismo”<sup>43</sup>, que consiste no emprego excessivo e/ou desnecessário de formas no gerúndio, especialmente por parte de operadores de *telemarketing*, que contatam o cliente dizendo que “estarão transferindo”, “estarão confirmando” ou “estarão enviando”, em vez de “vou transferir”, “vou confirmar” ou “vou enviar”. A origem do gerundismo teria sido a tradução literal de manuais de *call center* escritos em inglês, com frases prontas que aparecem na tela do computador enquanto o operador de *telemarketing* fala com o cliente.

### 2.3.1.3 Processos de incorporação de signo

Além do surgimento de palavras novas por mudanças nos significantes ou significados, encontramos ainda palavras que entram “inteiras” na língua, com significante e significado próprios, ainda que, uma vez na língua receptora, venham a passar pelos processos de criação lexical próprios dessa língua. Elas podem:

---

<sup>43</sup> OS 06/06/2005, p.13.

a) manter a grafia original do idioma do qual provêm, como *spam*, *e-mail*, *chat*, *roller* e *shopping center* (estrangeirismos);

b) adaptar-se fonológica e graficamente ao idioma que as recebe, como *uísque*, *iene* e *escâner* (empréstimos), que convivem ainda com as formas *whiskey*, *yen* e *scanner*);

c) numa adaptação ainda maior, receber uma versão traduzida, constituindo um empréstimo semântico (decalque), examinado no item precedente.

Em geral, será o uso a determinar se a palavra estará em a) ou b). O fato, talvez, de uma palavra ser inicialmente mais grafada em sua forma original (estrangeira) do que ouvida ou pronunciada poderá fixá-la nessa forma. Se, porém, ela for mais ouvida do que visualizada, poderá, no momento em que se quiser reproduzi-la por escrito, dar origem a forma(s) “aportuguesada(s)”. Mais tarde, então, instrumentos normativos como o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)* e dicionários se encarregam de determinar a forma padrão.

Escritores e jornalistas têm grande influência no modo como essas palavras serão incorporadas à língua e, freqüentemente, exercem sua autoridade sobre ela. O colunista do jornal *Zero Hora* Davi Coimbra costuma aportuguesar expressões estrangeiras como recurso estilístico. Assim, para ele, *e-mail* é *imeil*, *oh yeah* vira *ouié* e o grupo musical *Bee Gees*, *Bi Dis*. Naturalmente, seus leitores o compreendem, podendo imitá-lo ou não.

Os decalques parecem estar na divisa entre um processo de incorporação de significado e de incorporação de signo, especialmente no caso das unidades sintagmáticas – *cachorro-quente*, *arranha-céus*, *disco rígido* –, que já existem na língua receptora, mas não combinadas dessa forma. Essa “nova combinação” ou “nova forma”, associada a um novo significado, poderia incluí-las num processo de incorporação de signo.

Podemos considerar também como unidades formadas por incorporação de signo as onomatopéias, já que nelas se associa um conteúdo a uma nova forma gráfica. Gírias e termos técnicos poderiam ser sentidos como “alheios” à língua e, portanto, também enquadrados nos processos de incorporação de signo, porém são alheios somente à língua padrão; pertencem a uma língua histórica desde o momento de seu surgimento em grupos restritos.

Nem todos os estrangeirismos, como já foi dito, entram na língua por incorporação de signo. O substantivo inglês *gate* se insere no português com valor sufixal para se combinar a outras unidades num processo mórfico. Outras vezes, importa-se o conteúdo semântico de

uma unidade estrangeira, num processo sêmico, como o da palavra *marcar*, que adquire uma nova acepção em *marcar (um gol)*, originária de seu similar francês, *marquer (un but)*, conforme Kiesler (1993, p.517), e da já citada *ratón*.

#### 2.3.1.4 Transposição funcional

Existe ainda um processo neológico pelo qual as palavras adquirem, não uma nova forma ou significação, mas uma nova função, identificada pelo contexto. É o que Alves (1994, p.60) chama de “conversão” ou “derivação imprópria” e que chamaremos de “transposição”.

Câmara Jr. (1997, s.v. *transposição*) a define como o “processo gramatical que consiste em dar a um termo uma aplicação diversa da que lhe é própria”. Segundo ele, “a retórica greco-latina considerava-a na figura de linguagem”, porém trata-se de “um mecanismo lingüístico muito mais amplo e fundamental [...] condicionado pelo fenômeno da polissemia”: “a função e significação mais comum, dita congruente [...], é desviada para uma função incongruente, que coloca em primeiro plano certas possibilidades funcionais e significativas já contidas na forma lingüística, como um halo marginal”.

Cunha (2001, p.104) explica que “basta, por exemplo, antepor-se o artigo a qualquer vocábulo da língua para que ele se torne um substantivo”, como em: “esperava um *sim* e recebeu um *não*”.

Segundo ele, explica-se por esse processo (que ele chama de “derivação imprópria”) a passagem de: a) substantivos próprios a comuns, como *damasco* e *quixote*; b) substantivos comuns a próprios, como *Coelho* e *Leão*; c) substantivos a adjetivos, como *burro* e (colégio)-*modelo*; e) substantivos, adjetivos e verbos a interjeições, como *silêncio!*, *bravo!* e *viva!*; f) verbos a substantivos, como *afazer* e *jantar*; g) verbos e advérbios a conjunções, como *já... já*; h) participios a preposições, como *mediante* e *salvo*; i) participios a substantivos e adjetivos, como *conteúdo* e *resoluto*.

Nos dois primeiros casos, porém, temos exemplos de metonímia, que consiste, conforme Câmara Jr. (1997, s.v.) “na ampliação do âmbito de significação de uma palavra ou expressão [...]”, e não em uma mudança de função. No terceiro, temos uma metáfora em

*burro*, e uma composição com o substantivo *modelo*, que, ligado a um outro substantivo, adquire valor sufixal.

Alves (1994, p.60) oferece como exemplos de “conversão” [transposição] os adjetivos e verbos empregados substantivamente, como *semi-elaborados*, no lugar de *produtos semi-elaborados*, e (o) *digladiar*; certos prefixos, como *vice-*, *pós-*, e *super-*, que ganham valor de substantivo, passando a significar, respectivamente, *vice-presidente*, *pós-graduação* e *supermercado*; e prefixos combinados a substantivos, formando adjetivos, como (coleira) *anti-pulgas* e (solução) *pós-carnaval*.

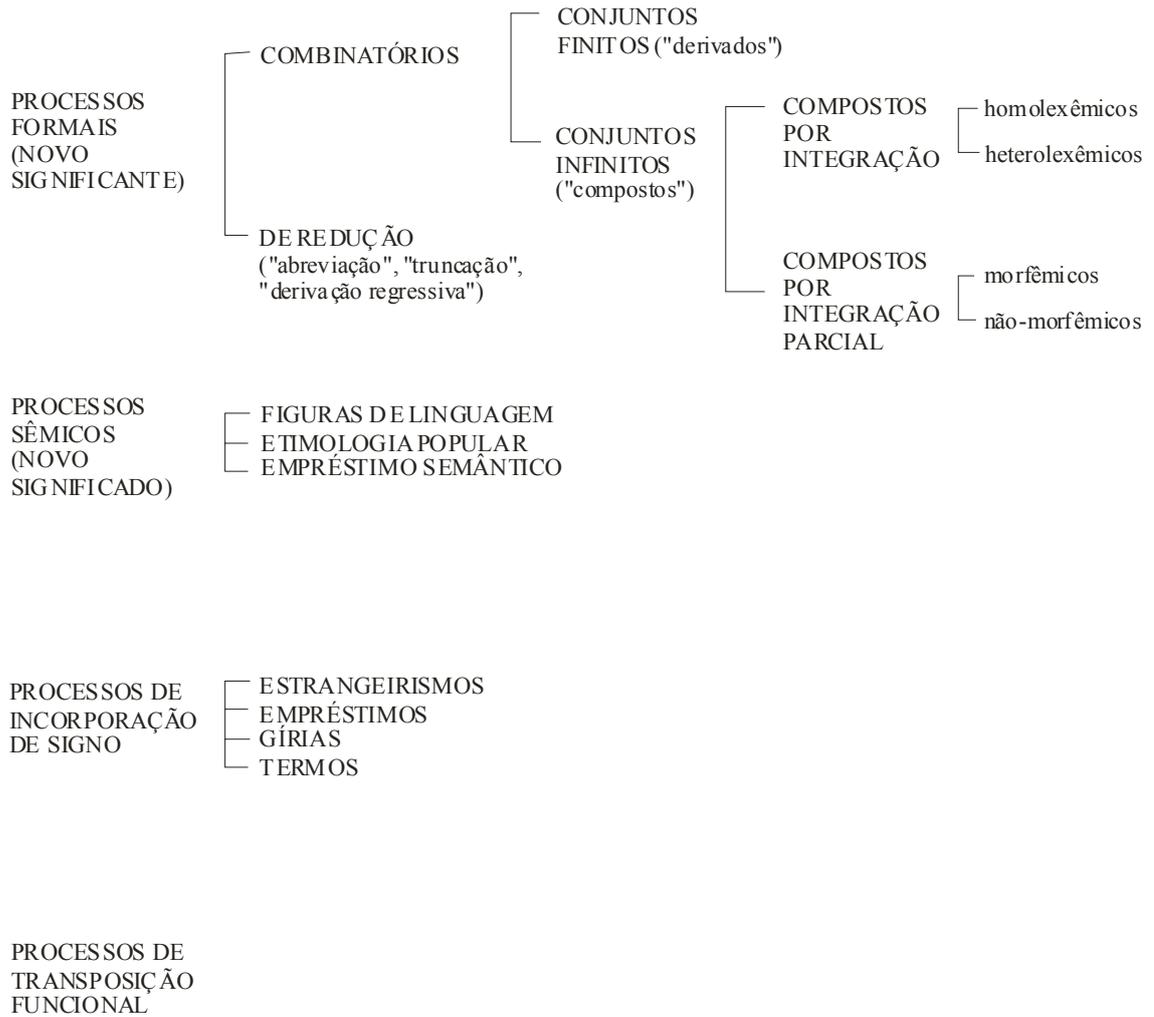
Para Bechara (2001, 372), “como a conversão [transposição] não repercute na estrutura do significante de base, muitos estudiosos, com razão, não a incluem como processo especial de formação de palavras”. Porém, considerando a palavra, com Rocha (2003, 70), como uma unidade constituída de significante, significado e *função*, julgamos necessário incluir esse processo em nossa taxonomia.

Como se viu, esses quatro processos de criação neológica muitas vezes se sobrepõem, devendo ser entendidos como uma classificação meramente didática que nos permitirá abordar o neologismo, nosso objeto de análise, com mais clareza, sob diferentes aspectos.

A seguir, oferecemos um esquema do modelo taxonômico até aqui exposto:

# Esquema 1: Proposta taxonômica

## ALGORITMOS PARA A FORMAÇÃO DE NEOLOGISMOS



### 3 A NORMA LINGÜÍSTICA

No capítulo anterior, apresentamos uma taxonomia com base em algoritmos capazes de gerar novas palavras. A identificação desses algoritmos mostra o quanto a formação de palavras é um fato natural, espontâneo, inerente à língua. No entanto, ainda que assim o seja, o neologismo costuma ser “incômodo”, pois atua em uma estrutura que se tem como relativamente estável.

Na realidade, essa parte relativamente estável da língua, que parece ameaçada pelo fato novo que é o neologismo, constitui a “norma” (real), da qual falaremos a seguir. Além dela, existe uma outra, ideal, que corresponde aos anseios normativos das pessoas em geral, a um “bem-dizer” que se estabelece a partir de uma série de critérios (que também serão discutidos neste capítulo).

Em meio à tradição e às expectativas que envolvem a língua, o neologismo se insere ora como variação necessária, ora como transgressão a ser combatida. Ele é logo julgado como “bom” ou “mau”, “certo” ou “errado”. Palavras novas que definem objetos, situações ou fenômenos novos, mesmo estrangeiras, como *impeachment* e *mensalão*, e palavras com novos significados adquiridos por meio de figuras de linguagem, como *mala* (“maçante”), parecem ser mais bem aceitas entre os falantes; enquanto palavras novas que já tenham equivalentes, como *nominar* (“indicar”), e novos significados adquiridos por etimologia popular, como *falaz* (que passa por “falador”), tendem a ser rejeitadas, quando identificados seus concorrentes ou significados originais.

Nas próximas linhas, introduzimos alguns conceitos importantes para que se possa buscar o lugar do neologismo na língua e as formas de se lidar com ele.

É com Coseriu (1973) (1979) que iniciamos essa busca.

#### 3.1 DISTINÇÕES COSERIANAS

Em resposta à idéia de uma língua una, homogênea, relevante apenas como sistema de oposições funcionais - conforme se passou a entendê-la a partir de Saussure (1998) -, Coseriu (1973) (1979) introduz algumas distinções importantes para o estudo dos câmbios lingüísticos: os conceitos de “língua histórica”, “língua funcional” e “norma lingüística”.

Por meio deles, é possível enxergar uma língua heterogênea, composta de várias outras línguas (ou “subsistemas”), mas, ainda assim, unitária, representada por uma língua padrão ou exemplar.

### 3.1.1 Língua histórica

Uma língua histórica, para Coseriu (1979, p.23), significa uma língua delimitada historicamente, como, por exemplo, a língua alemã, a língua francesa ou a língua inglesa. Segundo ele, quando nos perguntamos apenas “como é” uma determinada língua, não a estamos considerando como um “objeto histórico”, mas simplesmente como um objeto entre outros da mesma espécie, como um sistema oposto a outros sistemas, o que corresponde a uma visão estrutural desse objeto. Se nos perguntarmos, porém, “por quê uma língua é desse modo e não de outro” ou “que língua é essa”, as respostas deverão resultar, de algum modo, numa narrativa, isto é, numa “história”.

A língua que não muda, segundo Coseriu (1958, p.10), é a língua abstrata, que consiste, na verdade, numa determinada “idéia de língua”, limitada às gramáticas e aos dicionários, além da língua considerada sincronicamente. A língua real, segundo ele, “em seu existir concreto” (ou, poderíamos dizer, em seus vários “falares concretos”) é uma língua que muda, uma “língua histórica”.

Essa língua histórica, ainda conforme Coseriu (1980, p.113), “não pode ser descrita estrutural e funcionalmente como *um* sistema lingüístico, como uma estrutura unitária e homogênea”; ela é, ao contrário, um *conjunto* de sistemas, um “diassistema”, constituído de “dialetos”, “níveis” e “estilos de língua” diversos<sup>44</sup>.

Os dialetos ou “unidades sintópicas” compreendem as variedades regionais de uma língua histórica; os níveis ou “unidades sinstráticas” abrangem os estratos socioculturais; e os estilos ou “unidades sinfásicas”, as modalidades expressivas (como o estilo familiar, formal, informal etc.).

---

<sup>44</sup> Mais tarde, como relata Welker (2004, p.131), esse modelo de diassistema é ampliado para o uso na metalexigrafia, abrangendo as seguintes variedades: diacrônicas, diatópicas, diaintegrativas, diamediais, diafásicas, diatextuais, diatécnicas, diafreqüentes, diaevaluativas e dianormativas.

### 3.1.2 Língua funcional

Uma língua funcional, segundo Coseriu (1979, p.23), é uma língua delimitada dentro de uma língua histórica, e unitária sob os três pontos de vista mencionados (sintópico, sinstrático e sinfásico), isto é, “um determinado dialeto num determinado nível e na forma de um determinado estilo”. Ele explica que ela é “funcional”, porque:

[...] é precisamente a língua que funciona imediatamente no falar: não se fala nunca ‘alemão’, por exemplo, sem qualquer determinação, mas sempre uma determinada forma de alemão. (COSERIU, 1979, p.23)

E complementa:

Num texto, podem encontrar-se línguas funcionais diferentes, porém em cada ponto do texto é apenas realizada uma determinada língua funcional. Unidades funcionais podem ser identificadas na língua funcional, e isto porque só esta língua funciona realmente. Naturalmente, se poderão estabelecer ulteriormente unidades e estruturas comuns a línguas funcionais diferentes dentro duma língua histórica ou até toda língua histórica. (COSERIU, *ibid*)

### 3.1.3 Norma

A norma, para Coseriu (1980, p.122), é “tudo o que no falar correspondente a uma língua funcional, é fato tradicional, comum e constante, ainda que não necessariamente funcional”.

O sistema, por sua vez, ainda é, para Coseriu (1958, p.30-31), a face da língua referente às oposições funcionais, como o era para Saussure (1998), porém agora correspondente a uma língua funcional ou a uma língua histórica, constituídas também por realizações normais, isto é, por normas.

O sistema correspondente a uma língua histórica, segundo Coseriu (1958, p.31), poderia se chamar um “arquissistema”, e a norma que a ele se aplica, uma “norma histórica”

(ou uma “norma ideal”, se levarmos em conta a referência do autor quanto ao dialeto toscano adotado como norma ideal do italiano comum<sup>45</sup>).

O sistema, para Coseriu (1958, p.31), é um conjunto “de possibilidades, de coordenadas que indicam os caminhos abertos e os caminhos fechados de um falar compreensível em uma comunidade”<sup>46</sup>; representa, neste sentido, a “dinamicidade da língua”.

A norma é “um sistema de realizações obrigatórias”<sup>47</sup>, consagradas social e culturalmente, abarcando, portanto, somente o já realizado, “aquilo que já se disse”, correspondendo “à fixação da língua em moldes tradicionais” (COSERIU, 1958, p.31). Por “obrigatoriedade”, Coseriu (1958, p.24) entende não uma “imposição externa”, e sim um “compromisso contraído”, uma “obrigação consentida”<sup>48</sup>.

Esse tipo de norma a que ele se atém difere da concepção de norma que se tinha até então, como o próprio autor ressalta:

[...] não se trata da norma no sentido corrente, estabelecida ou imposta segundo critérios de correção e de valoração subjetiva do expressado, mas da norma objetivamente comprovável numa língua, a norma que seguimos necessariamente por sermos membros de uma comunidade lingüística, e não aquela segundo a qual se reconhece que “falamos bem” ou de maneira exemplar na mesma comunidade<sup>49</sup>. (COSERIU, 1973, p.90)

De maneira geral, Coseriu (1973, p.90) chama o primeiro tipo de “norma normal”, “norma de realização” ou, simplesmente, “norma”, e o segundo, de “norma exemplar”.

A norma exemplar pressupõe a existência de outras normas (não-exemplares), o que significa que ela se dá (como uma opção consentida) numa língua histórica e não numa língua funcional (que possui uma única norma de realização).

---

<sup>45</sup> Cf. Coseriu (1980, p.122).

<sup>46</sup> [possibilidades, de coordenadas que indicam los caminos abiertos y los caminos cerrados]

<sup>47</sup> [un sistema de realizaciones obligadas]

<sup>48</sup> [...] no es la “obligatoriedad”, en el sentido de imposición externa, sino lo que – para destacar el sentido etimológico del término – podría llamarse “ob-ligatoriedad”: tienen el carácter de empeño o compromiso contraído, de *obligación consentida* (que era el sentido del lat. *obligatio*)

<sup>49</sup> [No se trata de la *norma* en el sentido corriente, establecida o impuesta según criterios de corrección y de valoración subjetiva de lo expresado, sino de la norma objetivamente comprobable en una lengua, la norma que seguimos necesariamente por ser miembros de una comunidad lingüística, y no aquella según la cual se reconoce que ‘hablamos bien’ o de manera ejemplar, en la misma comunidad.]

Coseriu (2000, p.80) fala de uma língua exemplar como “forma idealmente unitária” da língua comum de uma comunidade idiomática, porém, cabe destacar aqui a possibilidade de mais de uma língua exemplar numa língua histórica. É o que se dá na língua portuguesa, na qual podemos identificar uma norma exemplar, padrão, no Brasil, e outra em Portugal (e outras, talvez, nos demais países lusófonos). Não são apenas “variedades diatópicas” de uma mesma língua histórica, mas sim o padrão, a norma ideal, em seus respectivos países.

Temos, desse modo, dois tipos principais de normas:

- a) uma norma real (ou de realização), numa língua funcional;
- b) uma ou mais normas ideais dentro de uma determinada língua histórica (selecionada(s) entre as várias normas reais das línguas funcionais que a(s) compõem), refletindo o ideal de correção, o “bem-dizer”, na língua (seja qual for o critério alegado para essa seleção, como se verá no item 3.5).

## 3.2 OUTROS AUTORES

Além das normas “real” e “ideal” de Coseriu (1958), existe uma série de outros qualificativos que costumam acompanhar o termo, dependendo do autor que o aborda ou do enfoque que se dá ao tema: culta, padrão, prescritiva, preceptiva, normativa, comum, literária, correta, estatística, gramatical, formal, informal, popular, vulgar, escrita, falada etc.

A seguir, apresentamos alguns desses tipos de normas.

### 3.2.1 Norma culta, norma padrão, norma exemplar

Os termos “norma culta”, “norma padrão” e “norma exemplar” são utilizados indistintamente por alguns autores e por outros não.

Entre os primeiros estão, por exemplo, Coseriu (1958), Bechara (2000), Rabanales (1984) e Trask (2004)<sup>50</sup>.

---

<sup>50</sup> Trask (2004) registra uma entrada apenas para *língua padrão* e não para *norma* ou *língua culta*, porém no apêndice o tradutor acrescenta um texto sobre a “definição de norma lingüística no Brasil” no qual destaca a

Rabanales (1984, p.54) fala de uma “norma culta formal” igual a uma “norma exemplar” ou “língua padrão”, que é:

[...] o meio pelo qual é possível expressar os conteúdos mais refinados de nossa cultura imaterial, por isso é a norma empregada predominantemente na literatura, na chamada imprensa séria – oral ou escrita – nas obras científicas, tecnológicas, filosóficas, religiosas e pedagógicas (textos de estudo); nos escritos e atos oficiais das instituições públicas e privadas, nas reuniões protocolares, na cátedra, nas conferências, no púlpito, no palanque. É a norma privilegiada pela comunidade, considerada como exemplar, como modelo do bem-dizer, como forma superior do falar, até o ponto de a sentirmos como língua padrão nacional<sup>51</sup>.

Coseriu (2000, p.80) chama de “língua exemplar” ou “língua padrão” aquela “que se estabelece como forma idealmente unitária” de uma língua comum para as tarefas e atividades culturais, políticas, sociais de toda uma comunidade idiomática.

Trask (2004, s.v. *língua padrão, dialeto*) define língua padrão como “a variedade de uma língua que é considerada pelos falantes como a mais apropriada nos contextos formais e educacionais” ou “um dialeto bastante especial de um idioma, um dialeto que foi codificado e elaborado para ser utilizado em uma ampla variedade de domínios”.

No Brasil, porém, alguns autores, como Bagno (2001) e Lobo et al. (1991), têm preferido distinguir norma(s) culta(s) ou variedade(s) culta(s) como aquela(s) usada(s) pelas pessoas “cultas”, isto é, que receberam um tipo de cultura formalizado pelo sistema de ensino, e norma padrão, como a norma apresentada nas gramáticas normativas.

Ainda que se possa, de fato, distinguir uma norma ideal, padrão, das várias normas reais utilizadas pelas pessoas cultas e que se mesclam a normas “incultas”, a distinção proposta costuma encerrar alguns mal-entendidos. Muitas vezes, essa norma culta que se pretende diferenciar da norma padrão é simplesmente confundida com uma modalidade falada da língua. É o que identifica Duarte<sup>52</sup> (2004, p.51): “Confrontados com o insucesso escolar,

---

diferença existente entre o “português culto” que emerge de trabalhos como o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC) e o “português descrito nas gramáticas tradicionais”.

<sup>51</sup> [...] el medio por el cual es posible expresar los contenidos más refinados de nuestra cultura inmaterial, por lo que es la norma empleada predominantemente en la literatura, en la llamada “prensa seria” – oral o escrita -, en las obras científicas, tecnológicas, filosóficas, religiosas y pedagógicas (textos de estudio), en los escritos y actos oficiales de las instituciones públicas y privadas, en las reuniones protocolares, en la cátedra, en las conferencias, en el púlpito, en el estrado. Es la norma privilegiada por la comunidad, considerada como ejemplar, como modelo del bien decir, como forma superior de hablar, hasta el punto de sentirse como lengua estándar nacional].

<sup>52</sup> Lingüista portuguesa, da Universidade de Lisboa.

muitos lingüistas brasileiros subscrevem a idéia de que a norma padrão deve ser construída exclusivamente sobre a língua falada (ainda que nem sempre o explicitem)”.

Lobo et al. (1991, p.148), por exemplo, realizam um estudo para mostrar as diferenças entre a “prescrição”, a norma padrão, representada em cinco gramáticas da língua portuguesa, com relação à colocação dos pronomes átonos, e o uso real que as pessoas cultas (*i.e.* com grau universitário) fazem desses pronomes. Esse “uso real” baseia-se em um *corpus* do Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta no Brasil (Projeto NURC), que, por sua vez, ocupa-se apenas da língua *falada*. O resultado do estudo revela que, na maioria dos casos, os falantes cultos não seguem a prescrição gramatical, porém sabe-se que, em qualquer país, as pessoas não falam do mesmo modo como escrevem.

Conforme Duarte (2004, p.52):

[...] desde o esforço modernista para acentuar a especificidade da “língua brasileira”, em parte como reação ao purismo exacerbado das elites das gerações anteriores, [...] manteve-se entre as elites brasileiras e, em particular, entre muitos lingüistas brasileiros, a ilusão de que os falantes da variante européia *falavam* a língua escrita das obras do cânone literário e das gramáticas que nelas se apoiavam. Só recentemente o estreitamento de laços e a cooperação na investigação de lingüistas portugueses e brasileiros tem permitido começar a desmistificar tal ilusão e a matizar algumas proclamações de diferenciação gramatical radical habituais na literatura lingüística produzida no Brasil a partir dos anos setenta.

Quando falamos aqui de língua falada x língua escrita, estamos nos referindo, em realidade, não a mera realização fônica x realização gráfica, mas a um “contínuo concepcional”, como explica Oesterreicher (2004), que situa a produção lingüística entre dois pólos: de “informalidade ou imediatez comunicativa” (oralidade) e de “formalidade ou distância comunicativa” (escrituralidade).

As pessoas ditas cultas utilizam em seu dia-a-dia uma grande variedade de línguas funcionais, e, evidentemente, não apenas aquela referente à norma exemplar ou padrão representada nas gramáticas e nos dicionários; por isso, quando se fala que a “norma utilizada pelas pessoas cultas” (ou, simplesmente, a “norma culta”) é muito diferente da “norma padrão” está-se dizendo que essa norma culta é, na verdade, um “conjunto de normas”, manifestadas em vários níveis e estilos - diferentemente da norma padrão, que é relativamente unitária e homogênea, mais reflexiva e elaborada.

Esse poliglotismo<sup>53</sup> dos falantes cultos, que utilizam várias “línguas” (funcionais), dentro de uma “língua maior” (histórica), num mesmo “texto”<sup>54</sup>, pode tornar mais árdua a tarefa dos lingüistas, mais especificamente gramáticos e lexicógrafos, de refletir e estimular uma língua padrão em seu nível mais “elevado”<sup>55</sup>, mas nem por isso esse ideal se torna desnecessário. Cabe a eles acompanhar e avaliar as mudanças necessárias para se garantir esse “padrão elevado” e descartar as que possam constituir “ruídos” (sem deixar de descrevê-las), por meio de critérios ainda a serem discutidos e aperfeiçoados.

Se é preciso que falantes cultos adaptem ou simplifiquem sua linguagem a fim de serem compreendidos eventualmente por falantes de outras línguas funcionais que não receberam determinada educação formal (e esses falantes cultos podem e devem fazê-lo) ou para atender a necessidades expressivas não atendidas pela norma padrão, isso não quer dizer que esse conhecimento lingüístico, mais reflexivo e elaborado, deva ser preterido em todas as situações ou pouco estimulado.

Retornando a Coseriu (1958), verificamos que a distinção observada entre uma “norma padrão” e uma “norma culta” é equivalente à que se dá entre uma “norma ideal” e uma “norma real”. A norma real sempre estará à frente da norma ideal, e o problema que os lingüistas brasileiros identificam é justamente essa distância, que eles julgam muito grande; não é, portanto, a norma ideal em si ou o estabelecimento dessa norma, mas a permanente e lenta atualização que deve se dar na norma ideal, a partir de critérios bem definidos.

Essa “interferência” na norma ideal é tarefa dos lingüistas que a descrevem e sistematizam a partir de uma norma real e/ou várias normas reais, atendendo a uma necessidade de normatividade dos próprios falantes da língua, que acorrem aos dicionários para saber como se escreve ou o que significa determinada palavra.

---

<sup>53</sup> Bechara (2005, p.148) costuma afirmar que “a verdadeira e sadia educação lingüística é fazer do falante escolarizado um poliglota em sua própria língua”.

<sup>54</sup> Cf. Coseriu (1979, p.23).

<sup>55</sup> Alguns autores rejeitam a idéia de hierarquização das línguas (e, conseqüentemente, expressões como “língua em seu nível mais elevado”), mas devemos distinguir essa idéia daquilo que Coseriu (2000, p.81) denomina “hierarquização ingênua” e “normatividade dogmática e vulgar”. Segundo ele, a hierarquização ingênua “interpreta erroneamente a falta de elaboração secundária como deficiência intrínseca e considera, portanto, certas línguas como estruturalmente inferiores a outras, e as modalidades primárias da língua histórica como corrupções da língua exemplar”. Já a normatividade vulgar “reconhece só a língua exemplar como ‘correta’” e “nas suas formas extremas, pretende que em qualquer circunstância se fale só a língua exemplar”. Porém, renunciar à hierarquização e à normatividade, segundo o autor, seria optar pelo igualitarismo e pelo [...] ‘liberalismo’ lingüístico”, ainda mais “danosos”.

### 3.2.2 Norma prescritiva, norma estatística

Ettinger (1982, p.360) reconhece as distinções de Coseriu (1958), mas se além a dois tipos de normas que chama de “norma estatística” ou “norma de uso” e “norma prescritiva” ou “preceptiva”.

A norma estatística, conforme Ettinger (1982, p.361), “abarca tudo aquilo que se aceita numa língua como uso lingüístico normal, quer dizer, tudo aquilo que corresponde ao bom uso”, e pode ser registrada “por estatísticas”<sup>56</sup>. Não equivale, portanto, à norma real de Coseriu (tampouco à norma ideal em toda a sua extensão); é aquela norma que, “por comprovação numérica, é a mais difundida e aceita, em geral, pelos falantes”<sup>57</sup>.

É estranho que o autor fale em “bom uso” quando trata de uma norma baseada apenas no critério da frequência, independente de um julgamento valorativo.

A norma prescritiva é, para Ettinger (1982, p.361, 370), o “registro lingüístico que, através dos mais variados atos normativos, declarou-se como obrigatório para todos os falantes de uma comunidade lingüística”<sup>58</sup>, podendo “prever uma série de restrições que não são absolutamente necessárias para a comunicação lingüística” (em oposição, temos as “restrições necessárias”, que correspondem ao sistema, e não à norma).

Podemos dizer que esses dois tipos de norma constituem, na realidade, tentativas de se estabelecer uma norma ideal: se seguirmos critérios estatísticos, teremos uma norma (ideal) estatística; se adotarmos, porém, critérios de outra natureza (lógica, estética, sonoridade e pureza da língua, por exemplo, como veremos mais adiante), teremos uma norma (ideal) prescritiva.

### 3.2.3 Norma objetiva, norma subjetiva

---

<sup>56</sup> [La norma abarca todo aquello que se acepta en una lengua como uso lingüístico normal, es decir, todo aquello que corresponde al buen uso. En este caso se habla de ‘norma de uso’, la cual puede registrarse por estadísticas.]

<sup>57</sup> [por comprobación numérica, es la más extendida y aceptada en general por los hablantes]

<sup>58</sup> [registro lingüístico que, a través de los más variados actos normativos, se ha declarado como obligatorio para todos los hablantes de una comunidad lingüística]

Rey (1972, p.5) fala de uma norma referente à “observação”, a “uma situação objetiva e estatística”; e outra relativa à “elaboração de um sistema de valores”, a um “conjunto de intenções subjetivas”<sup>59</sup>.

Castilho (2002, p.30), por outro lado, menciona três tipos de normas: uma norma objetiva, explícita, uma norma subjetiva, implícita, e uma norma prescritiva (todas ideais, ressalte-se).

A norma objetiva, explícita, ou “padrão real”, é, segundo ele, a “linguagem efetivamente praticada pela classe social de prestígio, que se podia identificar no Brasil de hoje com a classe culta escolarizada”. Ainda conforme o autor, “trata-se de um dialeto social que em si nada tem de ‘melhor’ em relação aos demais, decorrendo seu prestígio unicamente da importância da classe social a que corresponde”.

É a mesma e única norma que Câmara Jr. (1997, s.v. *norma*) define como o “conjunto de hábitos lingüísticos vigentes no lugar ou na classe social mais prestigiosa no país” e que “pode ser contrariada pela variedade lingüística que se verifica de um lugar para outro, de uma classe social para outra ou de um indivíduo para outro”, existindo, portanto, segundo ele, três tipos de “erros”: regionalismos, vulgarismos e erros individuais (idioletos).

A norma subjetiva, implícita ou “padrão ideal” é, conforme Castilho (2002, p.30), “a atitude que o falante assume perante a norma objetiva” e “corresponde ao que a comunidade lingüística ‘espera que as pessoas façam ou digam em determinadas situações’”; existe, portanto, um anseio por normas.

A norma prescritiva, para ele, “decorre da combinação da norma objetiva com a norma subjetiva”, ou seja, “merecem ser ensinados os usos de uma classe prestigiosa considerados mais adequados a cada situação e melhor identificados com o ideal de perfeição lingüística”. É a combinação dos nossos anseios por normas com o exemplo, o ideal sempre almejado.

Conforme Crystal (1988, s.v. *norma*) “a lingüística hoje enfatiza a descrição do uso real na comunidade em oposição à preocupação prescritiva de manter um conjunto de padrões lingüísticos”. Ressaltamos, porém, com Castilho (2002, p.30), que “é em nome do caráter unificador da norma prescritiva que se pode aceitar sua feição impositiva” e, citando Rey (1972, p.12), toda a autoridade dessa norma “decorre das próprias regras sociais”.

---

<sup>59</sup> [Avant toute tentative pour définir la “norme”, la moindre considération lexicologique d’ouvre derrière le terme deux concepts, l’un relevant de l’observation, l’autre de l’élaboration d’un système de valeurs, l’un correspondant à une situation objective et statisque, l’autre à un faisceau d’intentions subjectives.]

### 3.2.4 Norma correta ou correção lingüística

Coseriu (1993, p.36) distingue três tipos de saberes lingüísticos e associa a idéia de correção a apenas um deles: o saber idiomático. Como exemplo desse tipo de saber, ele cita o caso de um italiano ou de um catalão, que poderiam dizer em português “vou aí” e \**“venho aí”*, indistintamente, isto é, sem perceber o “erro” que estariam cometendo, já que em suas línguas não existe distinção nesse caso. No nível do saber idiomático, tem-se, conforme Coseriu (1993, p.35), “tudo aquilo que constitui uma regra, uma função própria de uma língua”, enquanto o desvio a essa regra “é uma incorreção nessa língua, podendo não sê-lo em outra”.

Os demais saberes lingüísticos, segundo o autor, são o saber elocucional, ao qual corresponde a idéia de “coerência” ou “congruência”, e o saber expressivo, que encerra as idéias de “apropriado” e “inapropriado”.

O saber elocucional se refere a “um conjunto de princípios gerais do pensar” e a “um conhecimento geral humano das coisas, isto é, da realidade extralingüística da qual se fala” (Coseriu (1993, p.32)). O exemplo que o autor fornece para esse tipo de saber consiste num desvio à sua realização normal: na frase “Os cinco continentes são quatro: Europa, Ásia e África” não é um “erro de português” que se verifica, mas um “‘erro’ no modo de se pensar”, que o autor prefere chamar de “incoerente” ou “incongruente” (reservando o termo “incorreto” para o desvio verificado no nível do saber idiomático).

O saber expressivo é “o saber estruturar textos, o saber falar em situações determinadas de acordo com os tipos de fatores da situação em que se fala, com a pessoa ou as pessoas a quem se fala, de acordo com as coisas de que se fala e com as circunstâncias em que se fala” (Coseriu (1993, p.35)). Quando alguém, por exemplo, utiliza uma expressão vulgar num ambiente solene, desvia-se da realização normal desse tipo de saber, constituindo não uma “incorreção idiomática”, mas um discurso “inapropriado” (que se desdobra, por sua vez, em “inadequado”, com respeito às coisas de que se fala, “inconveniente”, com respeito ao destinatário do discurso, e “inoportuno”, em relação às circunstâncias do falar (Coseriu (2000, p.79-80)).

Bechara (2005, p.148) afirma que cada variedade de uma língua tem sua própria norma de correção. Assim, segundo ele, existe, por exemplo, uma norma popular que diz \**sastisfeito* e \**framengo* e que está “correta” na comunidade a que pertence.

É o que diz também Carvalho (2003, p.157):

A correção consiste [...] na observância da norma lingüística própria do grupo a que o indivíduo pertence e ainda das circunstâncias momentâneas em que se exprime, isto é, a obediência à norma adequada a cada indivíduo, segundo o quadro social em que está integrado e a finalidade expressiva ou comunicativa específica de cada um dos seus atos lingüísticos.

Segundo ele, “o critério de correção gramatical ou expressiva não é o mesmo para todos os membros da comunidade”, ou seja:

Não comete erro, na medida em que realiza a norma lingüística própria do seu grupo social e cultural, o aldeão que diga *andemos* por *andamos*, *semos* ou *samos* por *somos*, formas que seriam inadmissíveis na boca de um cidadão medianamente culto (CARVALHO, 2003, p.157).

Seguindo-se a terminologia de Coseriu (1993, p.36), porém, as formas mencionadas não estariam nem “corretas” nem “incorretas”, e sim “apropriadas” em determinada comunidade e “inapropriadas” em outras.

Costuma-se associar, muito freqüentemente, a norma ideal refletida nos dicionários e gramáticas à norma correta, como se tudo o que não estivesse nessas obras fosse automaticamente “incorreto” ou “inexistente”. Os neologismos de fato “inexistem” na norma ideal (padrão, exemplar), pois esta é sempre posterior à norma real da língua funcional em que se baseia (v. 3.1.3). Isso não significa que sejam incorretos ou inexistentes em outras línguas funcionais. A partir do momento em que são incorporados à norma ideal, costumam deixar de ser considerados neologismos<sup>60</sup>.

Buscando tratar o problema de forma mais ampla e levando em conta a renovação do léxico, Rabanales (1984, p.53) propõe, no lugar das expressões “correto” e “incorreto”, as

---

<sup>60</sup>A inclusão de uma palavra no dicionário, mesmo com alguma marcação diassistêmica, pode representar o momento em que ela "deixa de ser" um neologismo. Porém, antes que isso ocorra (se é que venha, realmente, a ocorrer), temos um neologismo quando: a) a palavra é de fato nova em sua forma, conteúdo e/ou função, isto é, nunca havia sido registrada em qualquer língua funcional, como *mensalão*; b) a palavra já existia numa determinada língua funcional, mas não em outra (por isso, é um neologismo nesta, que pode vir a ser a “língua culta”, isto é, a norma real das pessoas ditas cultas), como *baratinados* (“preocupados”, “perturbados”, da gíria dos toxicômanos, vulgarizado pelo contato desse grupo com a sociedade contemporânea (cf. Preti (2002, p.196))); e c) a palavra já existe numa determinada língua histórica, mas é nova em outra (o que a torna neológica nesta), como *piercing*.

seguintes categorias: “culto” e “inculto”, “formal” e “informal”, “genuíno” e “falso”, “necessário” e “desnecessário” e “exato” e “inexato”.

Como exemplos de formas cultas e incultas, cita, respectivamente, em espanhol, *anduve, anduviera e andé, andara*. Como “informais”, as palavras *plata, lindo, tragar*, frente às “formais” *dinero, bello, deglutir*. Como “genuínas” *carné e boxeo*, frente às “falsas” *carnet e box*, cujas estruturas fonológicas não pertencem ao espanhol, pois não se admite *-t* e *-x* ao final de uma palavra que não seja sigla, onomatopéia ou interjeição. Como “desnecessárias”, os sinônimos *explosar e explosionar*, junto à “necessária” (por já existir antes daquelas) *explotar*, e *concretizar*, junto a *concretar*. Como “inexatas”, as palavras *antiproyecto, antidiluviano e restrospectivo*, em vez de *anteproyecto, antediluviano e retroactivo*, já que, ao se confundir uma palavra com outra de forma semelhante, mas significado diferente, estará se dizendo uma coisa por outra.

Aplicando-se as categorias do autor a exemplos extraídos do MaESP (1997) e do MaFSP (2006), temos, por exemplo:

a) *convalescença, corriola e coxão* (carne), como formas cultas, e *\*convalescência, \*curriola e \*colchão* como formas incultas;

b) *câmpus e chique*, como formas genuínas, e *campus e chic*, como falsas;

c) *embasar, \*nominado e performance* como desnecessárias, frente às sinônimas “necessárias” *fundamentar/basear, indicado e desempenho/atuação*;

d) *famigerado*, com o significado inexato de “bandido”, em vez do exato “famoso”, e *penalizar*, com os significados inexatos de “castigar”, “punir” e “prejudicar”, no lugar dos exatos “causar pena ou desgosto a”, “magoar”, “afligir”;

e) *\*muso e relax*, como informais, frente às formais “homem bonito” e “relaxamento”.

Com relação a esta última dicotomia, sentimos falta de uma categoria intermediária, que situaria “homem bonito” e “relaxamento” num registro “neutro”, mais do que num registro “formal”; com relação à primeira dicotomia, podemos admitir mais de uma forma culta, como nas variantes *laosiano/laociano e vietnamense/vietnamita*.

Quanto à categoria de sinônimos necessários e desnecessários, cabe lembrar, com o autor, que, algumas vezes, o emprego de palavras supostamente “desnecessárias” se torna “útil” ou “necessário” por evitar que o estilo se torne pesado pela repetição de uma mesma voz, por diferenças de “carga afetiva” ou porque, com o passar do tempo, alguns termos

acabam por se diferenciar semanticamente. É o que ocorreu, segundo o autor, com os pares *afiche-cartel*, *sofisticado-complicado*, *tour-excursión*.

Além dessas categorias, existem, naturalmente, outras marcas de uso que se poderiam aplicar às palavras examinadas.

Os termos *elemento* e *meliante*, por exemplo, extraídos do MaESP (1997), além de desnecessários, pertencem ao jargão policial. *Esculhambar*, mais do que informal, é considerada vulgar; *amarelo* (pessoa de origem oriental) e *polaco* são pejorativas.

O MaESP (1997) apresenta uma lista de “palavras vetadas”<sup>61</sup>, que classifica, de forma geral, como: “antijornalísticas”, “pernósticas”, “desnecessárias”, “redundantes”, “mal-formadas” e/ou “inadmissíveis”. No entanto, muitas dessas palavras são classificadas desse modo apenas por serem novas.

Ao identificar uma unidade como neológica, o jornalista deve se perguntar se ela é necessária, formal, culta, exata e genuína, buscando sua adequação ao texto, em vez de taxá-la apressadamente como “correta/incorreta” ou “existente/inexistente”.

### 3.2.5 Modalidades, níveis, estilos e registros

---

<sup>61</sup> São elas: *adentrar*, *aduzir*, *aeródromo*, *agilização*, *agilizar*, *agudização*, *agudizar*, *alavancagem*, *alavancar*, *alcaide*, *a nível (de)*, *antenido*, *ao apagar das luzes*, *apoio*, *apoiamento*, *assertiva*, *através de* (a não ser no sentido físico), *avacalhação*, *avacalhar*, *azar*, *bólide ou bólido*, *bricolagem*, *brioso (soldado)*, *burgomestre*, *calor escaldante* ou *senegalesco*, *campo-santo*, *carnavalizar*, *carreata*, *causídico*, *colocação* (como opinião, observação, ponto de vista), *congressual*, *contrafluxo*, *correr atrás do prejuízo*, *crista da onda*, *debutar*, *decúbito*, *departamento médico (em futebol)*, *desabalada carreira*, *detonar* (como provocar), *devido a* (como por causa de), *disparar* (como afirmar), *dispensa apresentações*, *edil*, *edilidade*, *elemento* (como pessoa ou marginal), *elencado*, *elenco* (de medidas), *elo de ligação*, *embasamento*, *embasar*, *emergencial*, *encarar de frente*, *encontrar a morte*, *enfrentar de frente*, *ente querido*, *entrementes*, *erário público*, *erva maldita*, *esculhambação*, *esculhambar*, *exitoso*, *extrapolar*, *facultativo* (como médico), *fechar as cortinas*, *ferros retorcidos*, *fisicultor*, *flexibilização*, *flexibilizar*, *folclórico* (como exótico, engraçado, ridículo), *galopante* (inflação), *ganhar grátis*, *genitor(a)*, *gentilmente cedido*, *gesto tresloucado*, *gestões* (como negociações), *goleirão*, *graciosamente* (como de graça), *guardado a sete chaves*, *há... atrás*, *hortifrutigranjeiro*, *implantação* (a não ser no sentido médico), *implantar* (a não ser no sentido médico), *implementação*, *implementar*, *inserido no contexto*, *isto posto*, *jaez*, *já... mais*, *lei de meios*, *leque de alternativas*, *literalmente lotado*, *matéria* (em vez de notícia, artigo, reportagem etc.), *matrimônio*, *manter o mesmo*, *manter o seu*, *meliante*, *mentalização*, *mentalizar*, *morfético*, *móvel* (como motivo), *necrópole*, *no bojo de*, *nosocômio*, *otimização*, *otimizar*, *outrossim*, *parabenizar*, *patamar* (como nível de), *pavoroso incêndio*, *pelo contrário*, *penalizar* (como punir), *praticar* (para preços ou taxas), *precioso líquido*, *precipitação pluviométrica*, *prefeitura municipal*, *prestigiamento*, *profissional do volante*, *próprio da municipalidade*, *sediar*, *sendo que*, *separar o joio do trigo*, *sinalizar* (como indicar), *sofrer melhora*, *soldado do fogo*, *telinha* (como tv), *tirar uma posição* (como definir-se), *todos são unânimes*, *trabalhar com bola*, *tratativa*, *tríduo de momo*, *via de regra*, *vias de fato*, *viatura*, *violento incêndio*, *vítima fatal*, *xingamento*, *xingar*, *zagueirão*.

Coseriu (1980, p.112), como já se disse, define uma língua histórica como “um conjunto mais ou menos complexo de ‘dialetos’, ‘níveis’ e ‘estilos de língua’”. Por “níveis” entende os dialetos sociais e, por “estilos”, as modalidades expressivas, como o estilo familiar, o estilo literário épico etc.

Bechara (2005, p.146) exemplifica essas variedades apresentando diferenças diafásicas (de estilo) entre o português falado, o português escrito, a língua de uso, a língua literária, o português familiar, o português solene, a língua da prosa e a língua da poesia e diferenças diastráticas (de níveis sociais) entre, por exemplo, o “português padrão” e o “português popular”. Os limites de níveis e estilos nem sempre se verificam de forma clara, como reconhece Coseriu (1980, p.113).

Bagno (2001, 172), citando Lopes (1993, p.29), fala de uma norma, que pode ser culta ou popular, e se manifesta na modalidade escrita ou falada e no registro formal ou informal.

Essas modalidades e registros, e também os dialetos ou variedades regionais, são mais um fator que contribui para a multiplicidade de qualificativos que acompanham os termos “norma culta” ou “norma padrão”, registrando-se assim uma “norma culta formal”, uma “norma culta informal”, uma “norma culta escrita”, uma “norma culta falada”, uma “norma culta do Rio de Janeiro”, uma “norma culta do Rio Grande do Sul”.

A norma culta informal tende a se aproximar da norma culta falada, enquanto a norma culta formal tende a se aproximar da variedade escrita. Isto é, a norma culta formal e escrita parece se aproximar da língua padrão que apresentam as gramáticas, isto é, da norma ideal, enquanto a norma culta informal e falada é observada em pesquisas como a do Projeto Norma Urbana Culta (NURC), que procurou identificar o português falado por pessoas com grau universitário, ainda que haja variedades escritas informais e variedades faladas formais.

### 3.3 QUEM DETERMINA A NORMA IDEAL, O “BEM-DIZER”?

O estabelecimento de uma norma ideal numa sociedade pode se dar de maneira oficial, por força do Estado (especialmente no caso da ortografia), ou de maneira tácita, pela confiança que se deposita em certas pessoas ou entidades e pelo próprio uso que os falantes fazem de sua língua.

Na criação das normas ideais da maioria das línguas européias tais como as conhecemos, isto é, na sistematização de cada uma dessas línguas históricas heterogêneas com vistas a uma língua funcional mais unitária, destaca-se o papel de escritores consagrados, gramáticos, lexicógrafos, academias de língua e até mesmo do Estado. Mais tarde, mecanismos como os meios de comunicação social e o sistema de ensino vêm a fixá-la.

Apresentamos cada um desses agentes a seguir:

### 3.3.1 Escritores

Já na Grécia antiga, por volta do ano 100 a.C., Dionísio, o Trácio, definia a gramática como “o saber prático dos usos [modos de escrever] de poetas e escritores”<sup>62</sup>, conforme relata Robins (1990, 36). Seu contemporâneo latino, Terêncio Varrão (116-27 a.C.), apresentava entendimento similar: “o saber sistemático dos usos da maioria dos poetas, historiadores e oradores”<sup>63</sup> (ROBINS, 1990, p.56). Na língua grega, a *Téchne grammatiké*, de Dionísio, buscou a regularidade, o padrão, especialmente na obra de Homero. Foi a partir desses modelos que se estabeleceu toda a disciplina gramatical tal como a temos hoje.

Escritores destacados, como Lutero, na língua alemã, Dante, Petrarca e Boccaccio, na língua italiana, tiveram, segundo Ettinger (1982, p.371), papel fundamental na criação da norma de seus respectivos países. O *Vocabulario degli Accademici della Crusca*, publicado em 1612, é um exemplo (o primeiro) de obra lexicográfica normativa que resultou da sistematização da língua literária encontrada nos autores florentinos mencionados.

Em relação à língua portuguesa, Elia (2002, p.96-97) relata que o padrão culto foi modelado segundo o português literário do período clássico de autores portugueses como Luís de Camões, Sá de Miranda, Antônio Ferreira, Fr. Heitor Pinto, Fr. Luís de Sousa, Francisco Rodrigues Lobo, Pe. Antônio Vieira, D. Francisco Manuel de Melo, Pe. Manuel Bernardes e Pe. Francisco Manuel do Nascimento, e de brasileiros como Santa Rita Durão, Basílio da Gama, Cláudio Manuel da Costa e Tomás Antônio Gonzaga.

Biderman (2000, p.35), ao descrever a constituição do dicionário *Aurélio*, destaca a influência dos escritores Eça de Queirós, Camilo Castelo Branco, Almeida Garrett, Alexandre Herculano, Aquilino Ribeiro e Luís de Camões.

---

<sup>62</sup> [the practical knowledge of the general usages of poets and prose writers]

<sup>63</sup> [the systematic knowledge of the usage of the majority of poets, historians, and orators]

A respeito desse padrão culto brasileiro, Faraco (2002, p.42) considera que ele foi construído “de forma excessivamente artificial”, uma vez que não se tomou como referência “a norma culta brasileira” (i.e. a norma real dos brasileiros cultos) de então, mas “um certo modelo lusitano de escrita, praticado por alguns escritores portugueses do romantismo”, como voltaremos a abordar mais adiante.

### 3.3.2 Gramáticos e lexicógrafos

As primeiras gramáticas (e dicionários normativos) procuravam reunir os usos dos melhores escritores, como se viu acima, apresentando-os como modelos de “correção lingüística”, que deveriam, portanto, ser imitados por aqueles que desejassem “falar bem” a língua.

Nos dias de hoje, essas obras procuram refletir os usos de uma camada mais ampla da população, recolhendo exemplos de jornais, revistas e outros<sup>64</sup>, sem preocupações normativas explícitas. Porém, por mais descritivos que se proponham a ser, adquirem, automaticamente, aos olhos de seus usuários, um caráter normativo.

Segundo Neves (2002, p.45):

[...] paradigmas podem ser interpretados em dois níveis: num nível imediato, superficial, eles são organizações descritivas – e, portanto, neutras – que simplesmente constroem um sistema de entidades, isto é, retratam o que a língua é; num nível mais velado, profundo, eles são organizações modelares – e, portanto, diretivas – que, ao abrigar formas em um sistema, excluem outras formas e, por aí, mesmo sem que se empregue nenhum discurso injuntivo, dizem o que a língua deve ser.

É o que se vê, por exemplo, no momento de se escolher entre duas ou mais variantes de uma mesma palavra. O consulente em dúvida deverá optar por aquela que o dicionário apontar como a mais freqüente (ou na qual conste definição completa, e não apenas a remissão à sua equivalente), reforçando-se, assim, a preferência por essa forma mais freqüente.

---

<sup>64</sup> Em Au (1999), lê-se no prefácio à primeira edição: “Pretendeu-se fazer um dicionário [...] atento não só à língua dos escritores [...], senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e da televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, giriescos...”.

Além disso, dicionários e gramáticas tendem a ser vistos como depositários das regras e das formas de um saber acabado, como se a língua não se renovasse. Certas palavras e expressões, para muitos, simplesmente “não existem” se não constarem no dicionário, como afirma, por exemplo, o MaESP (1997) a respeito dos verbetes *apoio*<sup>65</sup>, *campesinato*, *disponibilizar*, *\*massivo* e *\*muso*. Elas “passam a existir” ou “a fazer parte da norma” ao serem reconhecidas por gramáticos e lexicógrafos.

### 3.3.3 Academias de língua

As academias de língua, como a francesa e a espanhola, fundadas, respectivamente, em 1635 e 1714, tiveram como principal intento, de acordo com Ettinger (1982, p.371), estabelecer a norma prescritiva em seus países. A maioria dos membros desse tipo de instituição, porém, é eleita, segundo o autor, por méritos literários, e não por seus conhecimentos lingüísticos (melhor dizendo, “metalingüísticos”), isto é, eles não são lingüistas ou estudiosos da língua, e sim alguns de seus “melhores falantes” (geralmente escritores destacados).

No Brasil, cabe lembrar, nem sequer os méritos literários são o fator determinante para a escolha dos nossos “imortais”, que provêm das mais diversas áreas de atuação profissional, como a política, o direito, o jornalismo e a medicina.

No site da Academia Francesa (disponível em: [www.academie-francaise.fr](http://www.academie-francaise.fr); acesso em jun.2006), verificamos, ainda nos dias de hoje, uma forte preocupação com um ideal de língua a ser perseguido e exaltado. O texto de apresentação do site informa que a missão da instituição é “trabalhar com todo o cuidado e toda a diligência possíveis a fim de oferecer regras precisas à nossa língua e torná-la pura, eloqüente e apta a atender as artes e as ciências”<sup>66</sup>.

A Real Academia Espanhola (RAE) também mantém um site (disponível em: [www.rae.es](http://www.rae.es)), no qual responde às dúvidas mais freqüentes dos usuários em relação à língua espanhola.

---

<sup>65</sup> Conforme Melo (2000, p.59-60): “[...] *apoio* não está errado, é perfeitamente vernáculo [...] tanto *apoio* como *apoio* são derivados legítimos de *apoiar*. O primeiro chama-se ‘derivado regressivo’, o segundo ‘progressivo’ ou sufixal”.

<sup>66</sup> [travailler, avec tout le soin et toute la diligence possibles, à donner des règles certaines à notre langue et à la rendre pure, éloquente et capable de traiter les arts et les sciences]

Rabanales (1984, p.52) destaca o caráter “descritivo” das recomendações: “a RAE mostra como procede geralmente o falante e não como deve proceder; descreve o que se faz, para orientar aquele que não sabe, e não ordena como se deve fazer”<sup>67</sup>. Porém, nos últimos anos, podemos constatar uma certa busca pela “normatividade”, atendendo às necessidades e aos anseios dos falantes comuns da língua espanhola, com a publicação do DPD (2005), por meio do qual a academia espanhola apresenta seus “critérios de correção”<sup>68</sup>, de uma “perspectiva pan-hispânica”<sup>69</sup>, a “todos aqueles que falam e escrevem em espanhol e desejam fazê-lo corretamente”<sup>70</sup> (MATUS, 2006, p.16). A academia volta a assumir, assim, um papel regulador nos assuntos referentes à língua.

A Academia Brasileira de Letras (ABL) possui, nessas questões, um papel bem mais discreto do que o de suas similares francesa e espanhola, apenas publica o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (VOLP) (disponível em: [www.academia.org.br/vocabulario/apresentacao.htm](http://www.academia.org.br/vocabulario/apresentacao.htm)), informando a ortografia de palavras vernáculas e estrangeiras. No entanto, mesmo esse serviço não é de todo elucidativo, uma vez que se apresentam palavras com mais de uma possibilidade de grafia, sem que se informe qual a mais usada ou recomendada, como *escâner/scanner*, *kafaesco/kafkesco*, *marginália(s.f.)/marginalia(s.m.pl.)*, e omitem-se palavras já dicionarizadas, como *cachepô* e *paparazzo*<sup>71</sup>.

Bagno (2001, p.50) critica “o caráter eminentemente feudal, aristocrático e retrógrado” da ABL e a própria concepção das academias de língua em geral e sugere que os assuntos

---

<sup>67</sup> [la RAE muestra cómo procede generalmente el hablante, y no cómo debe proceder; describe lo que se hace, para guiar al que no lo sabe, y no ordena cómo se debe hacer]

<sup>68</sup> [criterios de corrección]

<sup>69</sup> [perspectiva panhispánica]

<sup>70</sup> [todos quienes hablan y escriben español, y que desean hacerlo correctamente]

<sup>71</sup> Sobre a edição de 1998 do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa*, lê-se em matéria da revista *Veja* (16 set.1998, p.113): “[...] grande parte de todos os estrangeirismos recém-incorporados à língua veio do hebraico, língua familiar e religiosa de aproximadamente 110.000 pessoas no Brasil. Seria compreensível que palavras hebraicas passassem a fazer parte de uma lista como a feita pela Academia [Brasileira de Letras] se tivessem sido colhidas por meio de um critério razoavelmente rigoroso. Não foi isso que aconteceu. 'Recebemos a colaboração espontânea de um rabino e não tivemos tempo de consultar especialistas de línguas como o japonês e o italiano', diz [um dos coordenadores do projeto, Antônio José] Chediak. Assim, palavras nipônicas de uso corrente no Brasil como *sushi* e *sashimi*, devido à popularidade dos restaurantes japoneses espalhados pelo país, não foram incluídas na lista. Em vez destas, o rol da Academia incorporou vocábulos como *inro*, que quer dizer, pasmem, ‘porta-remédio’ em japonês. Entre as palavras hebraicas introduzidas contam-se verbetes como *chanuká* (uma festa judaica), *chala* (um tipo de pão), *chazan* (o cantor da sinagoga), *gefílefish* (bolinho de peixe), *tzedaká* (uma boa ação) e *shofar* (chifre de cabra usado como berrante em cerimônias religiosas judaicas)”.

Na versão atual do vocabulário (disponível em <<http://www.academia.org.br>> Acesso em set.2006), porém, já encontramos *sushi* e *sashimi* - mas não *paparazzo* e *ofurô*.

referentes à língua sejam tratados por entidades com “competência científica”, como a Associação Brasileira de Lingüística.

É uma sugestão que se deveria levar em conta e cuja execução teria de partir dos próprios lingüistas, conhecedores das lacunas na área e dos métodos mais adequados para preenchê-las.

### 3.3.4 Estado

Além dos escritores, gramáticos, lexicógrafos e academias de língua, também o Estado interfere, eventualmente, na norma ideal, impondo o “certo” e o “errado” na língua por meio de leis e decretos.

Essa intervenção é mais freqüente no âmbito da ortografia e, no Brasil, já ocorreu algumas vezes, resultando no Acordo Ortográfico de 1943, que aproximou as variedades do português brasileiro e de Portugal, e na reforma de 1971, que eliminou acentos diferenciais<sup>72</sup>.

Em 1999, apresentou-se um projeto de lei para “defender” a língua portuguesa de uma suposta “invasão” de estrangeirismos<sup>73</sup>. A proposta, que previa sanções (inclusive pecuniárias) àqueles que desrespeitassem suas instruções, acabou sendo rejeitada.

Existem ainda maneiras mais sutis de o Estado atuar sobre a norma lingüística, como ocorre, por exemplo, quando determina quais dicionários e livros didáticos serão adotados nas escolas públicas do país. Recentemente, o Ministério da Educação e Cultura promoveu uma avaliação dessas obras, selecionando as mais indicadas ao ensino e autorizando a sua compra<sup>74</sup>. Como o conjunto dessas obras é bastante heterogêneo<sup>75</sup>, apresentando diferenças na seleção dos lemas e na grafia, a indicação de uma determinada obra, em detrimento de outras, como mais adequada ao ensino refletirá uma maior representatividade desta na norma ideal.

### 3.3.5 Sistema de ensino

---

<sup>72</sup> Cf. Trask (2004, 309-310) e Au (1999, XXV).

<sup>73</sup> Projeto de Lei nº 1676, de 1999, de autoria do então deputado Aldo Rebelo, “sobre a promoção, a proteção, a defesa e o uso da língua”, resultou no livro *Culta, Bela e Ultrajada - Um projeto em defesa da Língua Portuguesa* (REBELO, 2001).

<sup>74</sup> Cf. notícia “MEC compra 4,6 milhões de dicionários para o ensino fundamental”, disponível em: <[www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/noticias/releases/2005/09\\_30\\_2.html](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/noticias/releases/2005/09_30_2.html)>.

<sup>75</sup> Cf. a esse respeito, Damim (2005).

Em geral, é pelo sistema de ensino que as pessoas têm seu primeiro contato com a modalidade escrita da língua ideal (padrão). Costuma-se dizer, de maneira simplista, que se vai à escola para se aprender a ler e a escrever. Antes disso, uma criança conhece apenas aquela norma falada em sua família e nos círculos sociais de que faz parte. É a “norma transmitida” (MELO, 2000, p.89), que pode se aproximar da norma ideal em sua modalidade falada ou diferir bastante dela. Se for similar, tanto mais fácil deverá ser para a criança ampliá-la e desenvolver sua modalidade escrita pelas práticas escolares.

Na escola a pessoa aprende, “adquire”, uma nova variedade de língua, a “norma adquirida” (MELO, 2000, p.89), padrão, que, somada à norma de que ela já dispunha, deverá enriquecê-la. Nem sempre, porém, esse entendimento é pacífico, pois a norma padrão é em si identificada, às vezes, com um instrumento de “opressão” e “exclusão social”<sup>76</sup>. Escreve Bechara (2001, p.10):

[...] assistiu-se entre nós, na década de 60, a um insurgimento contra o ensino da gramática em sala de aula; em vez de dotá-la de recursos e medidas que a tornassem um instrumento operativo e de maior resistência às críticas que justamente lhe eram endereçadas desde há séculos, resolveram muitos professores e até sistemas estaduais de ensino aboli-la, sem que trouxessem, à sala de aula, nenhum outro sucedâneo que, apesar das falhas, pudesse sustentar-se pelo espaço curto de uma única geração.

De todo modo, apesar desses conflitos, o sistema de ensino mantém (ou, em alguns casos, retoma) seu papel de propagar a norma ideal refletida nos dicionários e gramáticas, mesmo com suas falhas e limitações.

### 3.3.6 Meios de comunicação social

Se a norma ideal das gramáticas e dicionários teve por base, em sua origem, os livros de grandes escritores, atualmente são os meios de comunicação social, como jornais, revistas, rádios e principalmente a televisão, que mais a fixam, modificam e difundem.

A fala de um político, de um cientista, de um artista, de um personagem de novela ou mesmo de um anônimo ganha, na televisão, um alcance nacional, influenciando o modo de

---

<sup>76</sup> Cf. Bagno (1999) e, em contrapartida, Bechara (2002).

falar de toda a população. Mais tarde, dicionaristas e estudiosos da língua “recolhem” esse modo de falar e o “autorizam” formalmente na língua ideal ou em outras línguas funcionais (com marcas de uso) no momento em que os inserem em suas obras.

Um exemplo notório desse processo é o que ocorreu com a palavra *imexível*, registrada pela primeira vez nos anos 90 a partir da fala de um ministro desprovido da chamada “educação formal”. Ainda que ela já fosse “possível” no sistema lingüístico ou, segundo Bechara (1996, p.45-46), estivesse “conforme com aquilo que os lingüistas chamam a virtualidade ou potencialidade do idioma”, criticou-se intensamente o seu emprego por parte do ministro. A palavra ganhou destaque na mídia por “não existir” (nos dicionários) e, mais tarde, devido à grande visibilidade alcançada, passou então “a existir”, isto é, a constar na maioria dos dicionários.

#### 3.4 A QUEM CABE “ESTABELEECER” A NORMA IDEAL?

A partir do que se viu, podemos afirmar que a norma real se constitui naturalmente, pelo falar espontâneo de uma comunidade, enquanto a norma ideal é estabelecida de forma elaborada e consciente.

Enquanto as pessoas em geral (não-lingüistas) utilizam um número limitado de línguas funcionais tais como elas se apresentam nos grupos sociais que freqüentam, os lingüistas podem observar, descrever e estudar as variedades da língua de maneira mais ampla, totalizante, o que lhes dá condições de realizar um certo mapeamento da realidade lingüística no país. A população em geral, que enxerga a língua de forma mais limitada, necessita dessas “descrições” (que, muitas vezes, convertem-se em norma prescritiva) para, eventualmente, esclarecer dúvidas quanto a determinados usos que desconhece.

Cabe aos lingüistas, portanto, preferencialmente de forma organizada e institucional, apresentar os resultados de seus estudos da língua, estabelecendo a norma ideal de uma sociedade, a partir dos usos que observam em seus “melhores falantes” e/ou falantes em geral.

Cabe também aos lingüistas estabelecer mecanismos de atualização permanente da norma para que a defasagem que, necessariamente, ocorre entre uma língua real culta e uma língua ideal não se torne excessiva.

Não devem os estudiosos da língua se manter omissos e permitir que o Estado ou pessoas/entidades não-especializadas tomem a dianteira nas questões lingüísticas, apresentando propostas como o PL 1676, de 1999 (v. nota de rodapé 73).

Para se transformar uma norma real em norma ideal, deve-se antes:

- a) admitir a necessidade de uma norma ideal, isto é, acreditar que as pessoas reconhecem um “falar exemplar” (ou um falar mais reflexivo e elaborado), e desejam assimilá-lo<sup>77</sup>;
- b) conhecer e descrever as (várias) normas reais presentes na sociedade;
- c) reconhecer a necessidade de permanente atualização/ajuste da norma ideal; e
- d) estabelecer mecanismos para a execução desse ajuste.

### 3.5 CRITÉRIOS PARA O ESTABELECIMENTO DA NORMA IDEAL

Ao se perguntar de onde vêm as regras da gramática tradicional, Crystal (1987, p.3) enumera as seguintes possibilidades: do grego e do latim, da língua escrita e da lógica.

Ettinger (1982, p.373), por sua vez, apresenta como critérios normalmente alegados para o estabelecimento de uma norma (ideal) prescritiva: a lógica, a tradição, a dignidade, a pureza da língua, a estética, a sonoridade e a autoridade de escritores, das academias e da Corte. Sem se deter a cada um deles, declara-os “pouco convincentes de um ponto de vista lingüístico” e “quase nunca aplicáveis” e considera a frequência o “único critério válido”.

Bechara (2000) menciona sete critérios de “correção da linguagem”, citados por Jespersen - o critério da autoridade, o critério geográfico, o critério literário, o critério aristocrático, o critério democrático, o critério lógico e o critério estético – que ora se sobrepõem aos critérios mencionados por Crystal (1987, *ibid*) e Ettinger (1982, *ibid*), ora os complementam.

Falaremos de cada um desses critérios a seguir.

---

<sup>77</sup> Esse anseio pode ser demonstrado pelo fenômeno da “ultracorreção”, definido em AuE (2004, s.v.) como: “preocupação de falar bem que redundava em erro”. Exemplo: o emprego de *houveram* no lugar de *houve*.

### 3.5.1 Grego e latim

A respeito do grego e do latim, Crystal (1987, p.3) explica que “a forma inalterável dessas línguas, o alto prestígio que têm na educação européia e o indiscutível brilhantismo da literatura clássica foram os motivos que levaram gramáticos de outras línguas a adotá-las como modelos de perfeição lingüística”.

Como descreve Robins (1990, p.29):

É no campo da gramática que os gregos (e romanos) fizeram seu melhor trabalho, de resultados mais efetivos e duradouros. Neste, não apenas vemos a construção intencional e frutífera das gerações posteriores sobre os resultados daquelas anteriores, mas sabemos de obras de autoridade escritas sobre as gramáticas grega e latina, muitas das quais ainda existentes, e as descrições gramaticais contidas nelas foram mantidas numa tradição contínua por toda a Idade Média e o mundo moderno para se tornarem as bases das gramáticas padrão dessas línguas hoje. Além disso, as teorias, as categorias e a terminologia desenvolvidas pelos estudiosos antigos em relação à gramática das suas próprias línguas se tornaram parte do aparato gramatical geral dos lingüistas descritivos dos nossos dias<sup>78</sup>.

A base da descrição gramatical na Antiguidade ocidental, conforme o autor, era a “palavra” e, apesar da riqueza dos estudos morfológicos clássicos, não se chegou a uma teoria dos morfemas. Os enunciados gramaticais da época, segundo ele, “exibem o vigor e a fragilidade de uma morfologia baseada na palavra”<sup>79</sup>.

Não se pode, portanto, apesar da importância dessas línguas nos estudos gramaticais de hoje, recorrer a elas ou aos seus modelos em quaisquer circunstâncias, como exemplifica Crystal (1987, *ibid*) em *Juan recibe una carta*. Seguindo-se o modelo clássico, deveríamos

---

<sup>78</sup> [It was in the field of grammar that the Greek (and the Roman) world did its best work, with the most effective and lasting influence on the future. In this we not only see the purposeful and fruitful building of later generations on their predecessors' results, but we know of authoritative books written on Greek and on Latin grammar, several of which are extant, and the grammatical descriptions provided in them were maintained by a continuous tradition through the Middle Ages and the modern world to become the basis of the standard grammars of these languages today. Moreover the theories, categories, and terminology evolved by ancient scholars in relation to the grammar of their own languages have become part of the general grammatical equipment of descriptive linguists of our own day].

<sup>79</sup> [The framework of grammatical description in western antiquity was the word and paradigm model. Despite the richness of classical morphology, a theory of the morpheme was not achieved, and the classical grammatical statements exhibit the strengths and the weaknesses of a word based morphology. [...] A word based grammar involves three main procedures: the identification of the word as an isolable linguistic entity, the establishment of a set of word classes to distinguish and classify the words in the language, and the working out of adequate grammatical categories to describe and analyse the morphology of words entering into paradigms of associated forms and the syntactic relations obtaining between words in the construction of sentences].

considerar nessa frase que *una carta* é acusativo, porém, em espanhol (e em português), os nomes não possuem flexão casual, o que demonstra, nesse caso, a não-aplicabilidade da gramática latina, sendo necessária uma terminologia metalingüística própria.

Outro exemplo: o modelo de frase do latim *Tarquino Superbo regnante Pythagoras in Italian venit*, se transposto literalmente para o português, resultaria incompreensível: “Tarquino Superbo reinante, Pitágoras veio à Itália”; pois o particípio do presente não tem para nós o mesmo valor que tem ou teve no latim. Traduzida de forma adequada, sem se adotar o modelo latino *ipsis litteris*, teríamos de fazer um certo desdobramento: “Quando Tarquino Superbo reinava...”.

### 3.5.2 Língua escrita

Em relação à língua escrita, Crystal (1987, *ibid*) ressalta que ela possui mais prestígio e permanência do que a fala, por isso, muitas vezes, exige-se que se fale da maneira como se escreve; assim, por esse critério, conforme o autor, deveria-se dizer, em espanhol, *voy* com som de [v], distinto de [b] ainda que essa distinção não seja fonologicamente pertinente.

A respeito disso, Melo (2000, p.84) escreve:

[...] os tatibitates do rádio e da televisão resolveram dizer, sistematicamente, *dômingo, sêgunda, êstar, dôente, joêlho, pôlícia, sêmbestre, Alêxandre, êscuro, gêar, futêbol, gôverno, pêdir, êstação, êspecial, sêguinte, dêsbêmprego, cômércio, fêliz, vêludo...* Escusado observar que a pronúncia espontânea normal é *dumingo, sigunda, star, duente, juelho, pulícia, simestre* etc.

O critério se aplica também à orientação de algumas gramáticas e manuais para que se atente contra a chamada “epêntese viciosa”: “inserção equivocada de um ou mais fonemas no meio de uma palavra, geralmente para facilitar a pronúncia” (COSTA, 2006), como em [adevogado], no lugar de [advogado], ou [impreguína], em vez de [impregna]<sup>80</sup>.

---

<sup>80</sup> Escreve Costa (2006):

“*Advogado, Ad(e)vogado* ou *Ad(i)vogado*?”

1) Quando se tem, em determinado vocábulo, *p+e*, pronuncia-se *pe*; já *p+i* soa, logicamente, *pi*. *P* sozinho, todavia, não seguido de vogal alguma na palavra, não é *pe* nem *pi*; constitui apenas um ruído, e não um som, uma vez que este se caracteriza pela presença de uma vogal: *a, e, i, o, u*.

Ainda que se busque uma maior aproximação entre a escrita e a fala, nenhum sistema gráfico é capaz de reproduzir todos os sons da língua falada.

### 3.5.3 Lógica

Crystal (1987, p.3) afirma que muitas pessoas acreditam que a gramática deveria seguir os princípios da lógica, segundo os quais frases como *não tenho nada* não poderiam ser ditas, uma vez que duas negações equivaleriam a uma afirmação. A primeira negação, porém, como explica o autor, é exigida pela posição pós-verbal do pronome *nada* (se o *nada* estivesse antes do verbo, como em *nada tenho*, não se usaria o *não*), e esse fato, segundo o autor, “nada tem a ver com lógica”.

Usamos a lógica para criar ou compreender palavras como *\*gigoloa* ou *\*ronalducho*, nas situações em que elas surgem, mas, ao mesmo tempo, as abandonamos ao aceitarmos *compressão*, e não *\*comprimição*, *medroso*, e não *\*medoso*, *consideração* e *fingimento*, e não *\*consideramento* e *\*fingição*. Isso porque a língua tem mais a ver, talvez, com oposições (sistema) e tradição (norma) do que com lógica.

Como lembra Rocha (2003, p.90), recebemos do latim, de fases anteriores da língua ou de línguas estrangeiras muitos “pares” já prontos, como *afligir* (de *affligere*) e *aflição* (de *afflictione*), *adotar* (de *adoptare*) e *adoção* (de *adoptione*), *agredir* (de *aggredire*) e *agressão* (de *agresione*), o que explica a “inexistência” das formas *\*afligição*, *\*adotação* e *\*agredição*.

### 3.5.4 Autoridade de escritores, academias de língua, da Corte e do Estado

Bechara (2000) fala de um “critério de autoridade” para a correção lingüística que pressupõe a “existência de um poder central donde emanam recomendações, ou mesmo determinações, que levam ou obrigam a que a comunidade se regule pelas normas fixadas”. É

---

2) Deve-se ter em mente essa realidade, quando se está diante de palavras com consoantes desacompanhadas de vogais: *absoluto*, *administração*, *admirar*, *advogado*, *captar*, *optar*, *pneu*, *psicologia*.

3) Tente o leitor, como exercício, pronunciar, diferenciando, *pe*, *pi* e simplesmente *p*. Quando notar a diferença, verá, por exemplo, que a pronúncia não será *p(i)neu* nem *p(e)neu*, mas apenas *pneu*. Em seguida, tente exercitar-se na pronúncia de outras palavras que tenham consoantes desacompanhadas de vogais, como as da lista anterior.

4) Quando isso ocorrer, há de verificar, para o caso específico da consulta, que não se pronuncia *ad(e)vogado* nem *ad(i)vogado*, mas apenas *advogado*”.

nesse critério, segundo ele, que se baseiam as academias - espanhola, francesa e italiana [sc. e o próprio Estado, por meio de leis e decretos].

A esse critério poderíamos unir aqui os critérios “literário” e “aristocrático” (mencionados pelo mesmo autor), que também pressupõem uma autoridade, a de escritores e a da Corte (francesa).

Conforme Bechara (2000), o critério aristocrático “consiste em atribuir importância à chamada ‘boa sociedade’”. O grande obstáculo desse critério, segundo ele, é determinar que fração da sociedade integra essa classe de falantes.

Ettinger (1982, p.375) chama esse mesmo critério de “sociológico” e relata que a pertinência a uma classe social prestigiada teria sido, na França, o único critério decisivo para o estabelecimento da norma prescritiva do francês. O “bom uso” antes da Revolução Francesa, conforme o autor, referia-se exclusivamente ao comportamento lingüístico dos membros da Corte.

Nos dias de hoje, essa limitação à Corte não faz mais sentido, porém o critério sociológico se mantém sob a idéia de se determinar um grupo social (por exemplo, a “camada culta da população”, isto é, que recebeu educação formal, limitada a um espaço geográfico – neste caso, temos também um “critério geográfico”, conforme mencionado à página 20), como modelo do falar ideal.

O “critério literário” a que se refere Bechara (2000) diz respeito à autoridade dos grandes escritores, como já se viu, destacando-se, mais recentemente, na língua portuguesa, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira e Érico Veríssimo (BECHARA, 2000).

### 3.5.5 A pureza da língua

Ettinger (1982, p.375) destaca critérios de “qualidade moral” de uma determinada variante lingüística a encobrir idéias elitistas que classificam os fatos lingüísticos como “bons” ou “maus”, sem que se explique como se chegou a tais conclusões, e de “qualidade histórica” a determinar que “tudo o que é antigo é bom” e “toda transformação lingüística significa decadência e deve ser contida”. Como exemplo desse pensamento, ele destaca o empenho da França em “desterrar os anglo-americanismos”.

Faraco (2001, p.137-139) afirma que “a atitude prescritiva e proscritiva com relação aos empréstimos [...] não tem propriamente um fundamento empírico (vale dizer, científico), mas tem a ver com um imaginário sociocultural que concebe a língua como uma realidade uniforme, homogênea e pura”<sup>81</sup>. Nesse imaginário, segundo ele, “a mudança, a heterogeneidade e a mistura” são “percebidas como fenômenos desviantes, como ‘erros’, como ‘vícios’, que ameaçam a integridade e o futuro da língua, cabendo, por consequência, combatê-los e eliminá-los”.

Essa crença, conforme Trask (2004, s.v. *purismo*) de que “as palavras, e outros elementos lingüísticos, de origem estrangeira são uma forma de contaminação que mancha a pureza da língua”, recebe o nome de “purismo”.

Segundo Faraco (2001, p.137-139), “a premissa do discurso purista é sempre falsa (não há, de fato, língua pura)”, assim “sua sustentação só se faz por meio de apelos emocionais diante de um difuso perigo que ameaça o que é ‘nosso’, seja a ‘nossa raça’, seja a ‘nossa religião’, o ‘nosso país’, a ‘nossa cultura, a ‘nossa língua’”.

Matus (2006, p.17) manifesta opinião semelhante sobre a língua espanhola ao considerar que ela “tem sistemas imunológicos muito poderosos e se defende sozinha; assimila o que necessita e descarta as toxinas”. Cita como exemplo o caso dos anglicismos:

Uma vez pensou-se que o anglicismo nos invadiria totalmente. Há uns cinquenta anos, toda linguagem do futebol nos países hispano-americanos era inglesa. E isso se regulou sozinho. Agora o léxico do futebol é majoritariamente em língua espanhola. Até a palavra *football* se espanholizou (MATUS, 2006, p.17)<sup>82</sup>.

Além da preocupação com a “ameaça” que um inteiro sistema lingüístico (uma língua estrangeira) possa representar para outro, também se vê um embate entre normas reais de um mesmo sistema. A propósito disso, Matus (2006, p.17) relata o que se dá nos *chats* da internet:

---

<sup>81</sup> Cf. a esse respeito a nota 66, referente à missão da Academia Francesa de Letras apresentada no site da instituição.

<sup>82</sup> [Alguna vez se pensó que el anglicismo nos iba a invadir totalmente. Hasta hace unos cincuenta años todo el lenguaje del fútbol em los países hispanoamericanos era inglés. Y eso se reguló solo. Ahora el léxico del fútbol es mayoritariamente en lengua española. Hasta la palabra *football* se españolizó.]

Ali cria-se uma situação de tipo familiar, cotidiana; é como um diálogo informal rápido, e os que se comunicam por esse meio se ajustam a um intercâmbio dessas características. Escrevem-se palavras sem acentos, usam-se encurtamentos e ‘emoticons’. É uma comunicação que não deveria influir demasiadamente em nossa comunicação verbal, já que os falantes sabem quando falar informalmente e quando devem ser formais<sup>83</sup>.

### 3.5.6 Frequência

Para Ettinger (1982, p.361-379), o único critério válido para o estabelecimento da norma ideal é o da frequência (estatístico). Não faz sentido, segundo ele, recorrer-se, nos dias de hoje, à norma de uma camada social mais elevada (como nos tempos da Corte), de modo que a norma ideal se aproxima cada vez mais de uma norma “estatística”.

A elaboração dessa norma, porém, apresenta, segundo o autor, pelo menos três grandes dificuldades:

- a) Ao se elaborar uma norma estatística parte-se da idéia de que se poderá obter uma média matemática do uso de todos os falantes de uma determinada língua. Porém, na prática, vemos que algumas áreas geográficas menos significativas numericamente constituem, na verdade, centros econômicos, culturais e políticos cuja influência lingüística no restante da população só se verá mais tarde; uma pesquisa meramente quantitativa não avaliaria corretamente a sua importância. No Brasil, a língua falada no eixo Rio-São Paulo costuma influenciar todo o falar nacional por meio da televisão.
- b) O segundo problema se refere à própria natureza do objeto de investigação. Para captá-lo de maneira representativa deve-se definir exatamente o que ele é e responder antes a perguntas bastante complexas, como as que surgem no momento de se elaborarem inventários léxicos: Língua falada ou língua escrita? Em que proporções? Até que ponto se levam em conta os tecnoletos e níveis de estilo?

---

<sup>83</sup> [Allí se crea una situación lingüística de tipo familiar, cotidiana. Es como un diálogo informal rápido. Y los que se comunican por ese medio se ajustan a un intercambio de esas características. Se escriben palabras sin acentos, se usan acortamientos y emoticones. Es una comunicación que no debería influir demasiado en nuestra comunicación verbal, ya que los hablantes sabemos cuándo hablar informalmente y cuándo debemos ser formales.]

- c) Por fim, toda descrição do uso lingüístico real de uma comunidade de falantes tende a se converter em norma prescritiva, o que faz com que os dois conceitos se misturem.

### 3.6 OUTRAS DIFICULDADES PARA O ESTABELECIMENTO DA NORMA

No Brasil, Trask (2004, s.v. *língua padrão*) relata que a tentativa de se determinar uma variedade de língua apropriada para o ensino e o uso em contextos formais levantou uma série de outros problemas:

- a) “o de definir uma variedade brasileira de língua literária”;
- b) “o de definir o português do Brasil em oposição ao português europeu e africano”;
- c) “o de escolher e apontar como português padrão uma variedade geográfica” e;
- d) “o de definir até que ponto as recomendações dos gramáticos têm respaldo em usos reais de pessoas cultas e/ou dos escritores”.

A propósito de cada um deles, faremos algumas considerações:

Os itens a) e b) estão bastante interligados, uma vez que a formação da língua literária no Brasil esteve freqüentemente relacionada a uma necessidade de independência de Portugal.

Como relata Cairo (2000, p.382), estabelece-se, no Brasil, desde o início da colonização, “uma relação tensa entre colonos e reinóis”. Essa tensão, segundo o autor, pode ser identificada em vários textos literários, como, por exemplo, alguns poemas de Gregório de Matos (1623-1696)<sup>84</sup>.

---

<sup>84</sup> Cairo (2000, 382) cita o poema intitulado “Descreve o que era realmente naquele tempo a cidade da Bahia”:

*A cada canto um grande conselheiro,  
Que nos quer governar a cabana, e vinha,  
Não sabem governar sua cozinha,  
E podem governar o mundo inteiro.*

*Em cada porta um freqüentado olheiro,  
Que a vida do vizinho e da vizinha  
Pesquisa, escuta, espreita e esquadrinha,  
Para levar à Praça e ao Terreiro.*

*Muitos mulatos desavergonhados,*

No século XIX, após as lutas da independência, a construção de uma nacionalidade brasileira se torna o centro das discussões dos nossos escritores, porém continua-se modelando o português à norma de Portugal.

No século XX, o modernismo procura fixar uma “língua brasileira” distinta daquela de origem. Elia (2000, p.87) relata o empenho de Mário de Andrade em “dar forma gramatical” ao “material vernáculo disperso pelo território brasileiro” por meio de uma “Gramatiquinha”<sup>85</sup> da fala brasileira, projeto que, mais tarde, ele abandona. Essa fala brasileira (ou “língua nacional”, como ele passa a chamá-la) seria construída a partir de fragmentos de vários falares regionais, de todas as classes sociais, e não de uma variedade específica, o que só poderia resultar, segundo Elia (2000, p.88), numa “estilização da norma”.

Naquele tempo, o que se discutia era se português brasileiro e o português de Portugal eram duas línguas distintas ou duas variedades de uma mesma língua. O entendimento que se tem hoje é de que se trata de uma mesma língua com variedades regionais ou diatópicas (que, por sua vez, podem constituir normas ideais diferenciadas dentro de uma mesma língua histórica)<sup>86</sup>.

Se antes, lamentava-se uma suposta “degeneração” da língua portuguesa em território brasileiro, em anos mais recentes, é comum encontrarem-se artigos na imprensa de Portugal e países africanos lusofalantes condenando as mudanças na língua promovidas pelas telenovelas brasileiras, que se tornaram muito populares naqueles países<sup>87</sup>.

A respeito do terceiro item, referente à identificação do português padrão com uma variedade geográfica, Leite e Callou (2002, p.9) afirmam que “a escolha de um falar local padrão sempre girou em torno de três grandes centros urbanos”, Rio de Janeiro, São Paulo e Salvador, tendo a preferência recaído sobre a primeira, por razões prioritariamente extralingüísticas: estar situada no centro de uma polaridade norte/sul, ter sido centro político

---

*Trazidos pelos pés os homens nobres,  
Posta nas palmas toda a picardia.*

*Estupendas usuras nos mercados,  
Todos, os que não furtam, muito pobres,  
E eis aqui a cidade da Bahia.*

<sup>85</sup> Segundo Elia (2000, p.87), o escritor “não se abalanchava a uma ‘gramática’, desiderato que tinha por superior à sua competência lingüística”.

<sup>86</sup> Alguns autores (, porém, discordam dessa visão, defendendo que o português do Brasil consiste numa língua diversa da de Portugal.

<sup>87</sup> Cf. “Novelas brasileiras causam danos na língua portuguesa”, disponível em <[www.angonoticias.com](http://www.angonoticias.com)>.

do país por mais tempo e apresentar menor número de marcas locais e regionais, com uma tendência universalista, dentro do país.

Para Teyssier (2001, p.98), ainda que os lingüistas distingam determinadas áreas na tentativa de elaborar um mapa dos dialetos brasileiros, “as divisões dialetais no Brasil são menos geográficas que socioculturais”:

As diferenças na maneira de falar são maiores, num determinado lugar, entre um homem culto e o vizinho analfabeto que entre dois brasileiros do mesmo nível cultural originários de duas regiões distantes uma da outra. A dialetologia brasileira será assim menos *horizontal* que *vertical*.

Biderman (2000, p.45) propõe como “português brasileiro padrão”:

[...] a variedade falada e escrita no eixo Rio-São Paulo, particularmente aquela usada nos grandes meios de comunicação de massa, a saber: as redes de televisão de alcance e audiência nacional, como a TV Globo, o SBT, a TV Cultura de São Paulo (caso de alguns programas: “Opinião Nacional”, “Castelo Rá-tim-bum”) e as principais revistas, alguns jornais do Rio e de São Paulo, que têm circulação nacional e são lidos pela classe média letrada do Brasil.

A norma proposta prevê, assim, uma variedade escrita e uma falada e, aparentemente, exclui uma variedade literária. Considera-se a “classe média letrada” como o grupo social formador da norma.

Rabanales (1984, p. 54) distingue, no espanhol, uma “norma culta formal” e uma “norma culta informal”, das quais não se depreende facilmente a que mais se aproxima da norma padrão para o português proposta por Biderman (2000, *ibid*):

Um uso culto formal – isto é, aquele que faz uma pessoa instruída em situações formais e que idealmente incluiria somente os usos genuínos, exatos e necessários do idioma – tem prestígio social, e isso porque o tem a cultura que representa, frente a um uso culto informal, próprio do trato com amigos e familiares, ou simplesmente inculto, desacreditado pelas pessoas cultas – junto com seus usuários, a gente iletrada, que se coloca em situação muito desmedrada, pelo fato de vivermos numa sociedade altamente competitiva -, uso perfeitamente viável, contudo, entre essas pessoas<sup>88</sup>.

---

<sup>88</sup> [Un uso culto formal – es decir, el que hace una persona instruida en situaciones formales y que idealmente tendría que incluir sólo los usos genuínos, exactos y necesarios del idioma – tiene prestigio social, y ello porque lo tiene la cultura que representa, frente a un uso culto informal, propio del trato con amigos y familiares, o simplemente inculto, desacreditado pelas personas cultas – junto con sus usuarios, la gente iletrada, a la cual se

Uma tentativa de se definir a norma culta no Brasil teve início no final dos anos 60, quando se criou o Projeto de Estudo da Norma Urbana Culta (NURC), que tinha como objetivo descrever o português dos falantes com grau universitário das cinco cidades maiores do país: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo e Porto Alegre” (Trask (2004, p.326-327)). De acordo com Trask (2004, p.327), “a imagem do português culto que emerge desses estudos não permite identificá-lo com o português descrito nas gramáticas tradicionais”. Ainda segundo ele, “é nesse português culto que se publicam as revistas e jornais mais lidos, que são compostas em sua maioria as letras de música popular, que se dá aula nas universidades” e que se usa no rádio e na televisão.

### 3.7 DESCRITIVISTAS X NORMATIVISTAS

A proposta de Ettinger (1982, p.361-379) de estabelecer uma norma ideal com base em critérios estatísticos (ainda que conserve a idéia do “bom uso”) reflete uma preocupação geral da lingüística moderna, que, segundo Crystal (1988, s.v *norma*), “ênfatisa a descrição do uso real na comunidade, em oposição à preocupação prescritiva de manter um conjunto de padrões lingüísticos”.

As duas posturas são, às vezes, levadas a extremos, como nos mostra Crystal (1987, p.3):

Os gramáticos descritivos têm sido apresentados como pessoas que não se preocupam com padrões, já que consideram que todas as formas são igualmente válidas, enquanto que os gramáticos normativos são representados como cegos partidários de uma tradição histórica. Esta oposição sempre foi formulada em termos quase políticos, de liberalismo radical contra conservadorismo elitista<sup>89</sup>.

Coseriu (2000, p.82) critica o “liberalismo lingüístico” declarando que “muito pior do que as normas rigorosas é a ausência de normas, que é a barbárie”.

---

coloca en situación muy desmedrada, dado que vivimos en una sociedade altamente competitiva -, pero uso perfectamente viable, sin embargo, entre tales gentes.]

<sup>89</sup> Vários autores destacaram o conservadorismo do Projeto de Lei nº 1676 de 1999, estranhando fato de que ele tenha sido proposto por um deputado “de esquerda” (Cf. Faraco (2001, p.25-26)).

Trask (2004, s.v. *mudança lingüística*), por outro lado, ironiza o conservadorismo de alguns falantes:

Algumas vezes, eles chegam a iniciar movimentos que visam a fixar sua língua numa forma particular pela qual têm admiração, como se fosse uma borboleta morta num mostruário, sem mais mudanças permitidas a não ser depois de um longo processo de decisão por parte de autoridades competentes.

Por mais que se descrevam as várias normas reais presentes numa língua e se reconheça o valor de cada uma delas como fato lingüístico, por mais também que se ampliem as bases sobre as quais se estabelece a norma ideal, fazendo com que ela acompanhe certas mudanças na língua, a fixação dessa norma ideal é sempre mais lenta e cautelosa do que a das demais normas, passa pela análise e ponderação de gramáticos e lexicógrafos.

Rabanales (1984, p.54) descreve da seguinte maneira o lugar da norma ideal em relação às demais normas:

O prestígio social da norma culta formal deriva de ser o meio pelo qual é possível expressar os conteúdos mais refinados de nossa cultura imaterial [...]. De fato, por ser a mais elaborada, reflexiva e intelectual, é a que menos difere (ainda que difira) de país a país, dentro do mundo hispânico, frente às outras normas (cultura informal e incultas), claramente distintas de uma comunidade a outra. Contudo, não se deve usá-la em qualquer circunstância, pois a norma culta informal, mais “fresca” e espontânea, supera-a em recursos de expressão da afetividade. Enquanto a maneira de falar das pessoas não instruídas ou com baixo nível de escolaridade carece de prestígio do ponto de vista sociocultural, do ponto de vista lingüístico é também importante, já que incide no destino da língua, pois seus usos com frequência terminam, ao longo do tempo, por se incorporar aos das pessoas cultas, adquirindo um novo status<sup>90</sup>.

A norma ideal, portanto, é um patrimônio construído historicamente e socialmente, que tem uma função integradora numa sociedade complexa, constituída de várias outras normas.

---

<sup>90</sup> [El prestígio social de la norma culta formal deriva de ser el medio por el cual es posible expresar los contenidos más refinados de nuestra cultura inmaterial [...]. De hecho, por ser la más elaborada, reflexiva e intelectual, es la que menos difiere (pero difiere) de país en país, dentro del mundo hispánico, frente a las otras normas (cultura informal e incultas), claramente distintas de una comunidad a otra. Con todo, no es para usarla en toda circunstancia, pues la norma culta informal, más “fresca” y espontánea, la supera en recursos de expresión de la afectividad. En cuanto a la manera de hablar de las personas no instruídas o de bajo nivel de escolaridad, si bien desde el punto de vista sociocultural carece de prestígio, desde el punto de vista lingüístico es también importante ya que incide en el destino de la lengua, pues sus usos con frecuencia terminan, con el tiempo, por incorporarse a los de la gente culta, adquiriendo un nuevo estatus.]

### 3.8 RESUMO DE COMO SE CONSTITUI A NORMA

Recapitulando o que se viu, servem de modelo para a elaboração dessa norma ideal os usos:

- de escritores consagrados;
- dos meios de comunicação social, impressos e falados; e
- das pessoas cultas, isto é, com grau universitário, que, por sua vez, também são influenciadas pelo modo de falar das pessoas “incultas”.

Quem sistematiza esses usos na forma de uma norma padrão (ideal) são:

- gramáticos;
- lexicógrafos;
- a academia de língua, com a publicação do VOLP, por exemplo; e
- o Estado, especialmente na questão ortográfica.

Quem os reforça e os propaga são:

- o sistema de ensino;
- os meios de comunicação social; e
- as pessoas cultas.

Esses mesmos falantes cultos, escritores e meios de comunicação também questionam e modificam a norma, revelando a natureza dinâmica da língua. Pouco a pouco, as mudanças são ou devem ser incorporadas à norma “oficial”, padrão, ideal, necessariamente mais conservadora, sistematizada por aqueles que acompanham, descrevem e estudam a língua em sua totalidade, e então “devolvida” à sociedade. Quando esse trabalho não é feito, isto é, quando a norma padrão se congela num passado remoto, e não se desenvolvem mecanismos para sua atualização, a própria sociedade pode questioná-la. Isso não significa, no entanto, que

se deva dispensá-la, pelo contrário, deve-se retomá-la e procurar definir os ajustes necessários para que ela continue servindo como língua supra-regional, integradora.

Como fazer esses (re)ajustes? Como e em que momento integrar o novo, o neologismo (seja este lexical, sintático ou outro) à língua ideal, estática sincronicamente? Existe aqui um problema metodológico, que consiste em conciliar a mudança, o novo, que é inerente à língua, e o já dito, o tradicional, a norma.

O primeiro passo é justamente aceitar a mudança, o neologismo, como um fenômeno natural, inerente à língua, conforme se viu no primeiro capítulo. A partir da descrição que se fez, dos tipos de neologismos identificados, pode-se tentar então determinar o “lugar” de cada um deles em torno da norma padrão, com o auxílio de marcas de uso.

Palavras formadas internamente com novo significante, como *mensalão*, podem receber num dicionário ou manual de redação a marca “neologismo” para que se saiba que se trata de uma unidade nova, ainda instável na língua. Palavras importadas, como *impeachment*, podem ser marcadas também como “genuínas” ou “falsas” e “necessárias” ou “desnecessárias”.

Antes desse exame, porém, será necessário abordar a diferença entre dicionários normativos e dicionários prescritivos e também a semelhança que existe entre eles na prática, uma vez que eles são percebidos como depositários da norma ideal.

## 4 O DICIONÁRIO E A NORMA

Ainda que se encontre no sistema de ensino e nos meios de comunicação social uma forte tendência normativa, atendendo a um anseio legítimo<sup>91</sup>, dificilmente um dicionário de língua geral assume abertamente essa postura.

Diferentemente de dicionários de épocas anteriores, que procuravam fixar o “uso correto” na língua a partir dos textos de escritores clássicos, as obras mais recentes tendem a ser mais cautelosas em suas declarações, procurando “descrever” a língua em seus diversos níveis e estilos.

Na prática, porém, por mais descritivo que se declare, um dicionário é sempre tido por seus usuários como uma obra de referência, isto é, como “norma ideal”, pois recorre-se a ele para se esclarecerem dúvidas – quanto a pronúncia, ortografia, significado e uso de determinada palavra.

### 4.1 DICIONÁRIOS NORMATIVOS

A criação de academias de língua em vários países, a partir do século XVII, marca a publicação dos primeiros dicionários normativos, que procuravam reunir e “prescrever” os “melhores usos” da língua.

O primeiro dicionário normativo de que se tem notícia foi o *Vocabulario degli Accademici della Crusca* (Veneza, 1612), que fixou as bases de uma língua literária italiana sobre o uso toscano, especialmente dos três grandes poetas florentinos, Dante, Petrarca e Boccaccio (HAENSCH, 1982, p.112). Em 1694, a Academia Francesa publicou o *Dictionnaire de l'Académie Française*, renunciando às citações de autores clássicos e criando ela própria, a partir dos usos lingüísticos da época, os exemplos a serem utilizados. Nessa mesma linha, Samuel Johnson publicou, em 1755, o *Dictionary of the English Language*. Entre 1726 e 1739, a Real Academia Espanhola apresentou o *Diccionario de autoridades*, buscando fixar o “uso correto” na língua com base nos textos de autores clássicos (as autoridades).

---

<sup>91</sup> O fato de se venderem obras normativas, que buscam ensinar o “certo” e o “errado”, indica que existe, de fato, um anseio das pessoas em falar e escrever “bem” ou “corretamente”.

No século seguinte, destacaram-se os dicionários de Noah Webster (norte-americano, 1828), dos irmãos Grimm (alemão, 1852-1961), de Tommaseo, Bellini e Meini (italiano, 1858-1879), de Littré (francês, 1863-1873) e de James A. H. Murray (inglês, 1884-1928).

Crystal (1987, 2) afirma que os gramáticos (e lexicógrafos) daquele tempo perseguiram um triplo objetivo:

- a) “codificar os princípios que regiam as línguas para demonstrar que havia um sistema por detrás do caos aparente do uso”;
- b) “ter um meio que lhes permitisse resolver as disputas sobre o uso” e;
- c) “assinalar quais os erros comuns a fim de ‘melhorar’ a língua”.

Não havia, segundo o autor, meio termo; a tarefa do lingüista era emitir um valor, determinar o “certo” e o “errado”.

Nos dias de hoje, Welker (2004, p.183), citando Melkiel, apresenta a seguinte tipologia para os dicionários normativos, de acordo com:

a) a intenção:

- o dicionário é elaborado com intenções normativas, mostrando extratos de discursos exemplares e omitindo fatos lingüísticos tidos como inadmissíveis ou;
- chamando atenção para os erros e indicando as formas corretas.

b) a autoria:

- a norma proposta pelo dicionário emana do autor ou;
- de instituição reconhecida.

c) a abrangência da norma:

- o caráter normativo do dicionário compreende somente a nomenclatura (por exemplo, exclui estrangeirismos) ou;
- também a ortoepia, a ortografia e a sintaxe.

d) o modelo:

- a função normativa do dicionário se baseia no uso dos melhores autores do passado ou;

- os dicionaristas dispensam tais modelos.

Assim, temos, em relação ao primeiro item, dicionários:

- a) abertamente normativos e;
- b) veladamente normativos.

Martínez de Souza (1995, s.v. *diccionario normativo*) define o dicionário normativo, prescritivo ou preceptivo simplesmente como aquele “que registra o léxico que se considera padrão”<sup>92</sup>, não importando aqui, portanto, o modo como esse padrão é apresentado, se é declarado ou não.

Glatigny (apud WELKER, 2004, p.185), porém, dá alguns exemplos desses modos, retirados de dicionários franceses dos séculos XIX e XX:

- a) expressões emprestadas ao vocabulário da moral, como *errado* ou *proibido*;
- b) termos que denotam o desvio de uma regra, como *correto* ou *incorreto*;
- c) palavras que expressam a idéia de que o lexicógrafo não concorda com o uso, como *anomalia*, *anormal*, *não convém*;
- d) termos que exprimem uma obrigação, como *deve-se dizer*, *não se deve usar*;
- e) julgamentos positivos, como *é bom dizer*, *pode-se muito bem dizer*.

## 4.2 DICIONÁRIOS DESCRITIVOS

Welker (2004, p.186) divide os dicionários “declaradamente descritivos” em dois tipos:

- a) aqueles que, na medida do possível, realmente são descritivos e;
- b) aqueles que são veladamente normativos pelo fato de privilegiarem certos usos, omitindo, por exemplo, certos lexemas, ou apresentando, como abonações, apenas textos de determinados grupos sociais.

---

<sup>92</sup> [Diccionario que registra el léxico que se considera estándar.]

Num sentido amplo, todo dicionário é inerentemente normativo. Por mais que se proponha a descrever a realidade lingüística, sempre haverá uma margem de escolha e julgamento, seja na seleção do léxico, seja na decisão do que deve ser marcado.

Quanto à seleção do léxico, um dicionário descritivo teria de informar se a descrição proposta concerne apenas a língua padrão ou inclui outras línguas funcionais. Quando se detiver à língua padrão, poderá incluir outras formas alheias a ela desde que devidamente marcadas, com indicações de “popular”, “vulgar”, “regional” etc. Caso se declare descritivo, mas não informe que “parte” da língua privilegia, estará sendo veladamente normativo ao incluir apenas unidades padronizadas, como *eletricista*, *balde* e *mendigo*, e não *\*eletrecista*, *\*barde* e *\*mendingo*.

HouE (2001) afirma que não privilegia determinada faixa cronológica ou geográfica da língua: versa diacronicamente sobre fenômenos não apenas do português contemporâneo do Brasil e de Portugal, mas ainda, embora de forma seletiva, sobre vocábulos da língua antiga e da arcaica, cujo registro se justifica pelo percentual de sua ocorrência na história da literatura portuguesa.

Au (1999, XI) considera-se um “dicionário médio, ou inframédio, etimológico, com razoável contingente vocabular [...], atualizado (dentro dos seus limites), atento não só à língua dos escritores [...], senão também à língua dos jornais e revistas, do teatro, do rádio e televisão, ao falar do povo, aos linguajares diversos – regionais, jocosos, depreciativos, profissionais, giriescos”.

Nem um nem outro se autocaracterizam como normativos ou descritivos, mas se constata que tratam prioritariamente da língua culta, isto é, ideal, prescritiva - somada a realizações informais, populares, regionais, gíriáticas e outras. Se tivessem um propósito exclusivamente descritivo (de representar a língua portuguesa como um todo), talvez unidades “incultas” com equivalentes na norma culta, como as supracitadas *\*eletrecista*, *\*barde* e *\*mendingo*, teriam de ser incluídas em suas macroestruturas, o que não ocorre.

No aspecto ortográfico, o dicionário pode e deve ser normativo, já que existem inclusive leis que regulamentam a questão<sup>93</sup>. Ainda que o uso indique um determinado caminho, os dicionários e instrumentos lexicográficos em geral devem seguir as orientações previstas em lei. Como exemplo, Moreno (disponível em:

---

<sup>93</sup> Cf. *Formulário Ortográfico*, Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, em Au (1999, XX-XXV).

<[http://www.sualingua.com.br/06/06\\_xopin.htm](http://www.sualingua.com.br/06/06_xopin.htm)> Acesso em dez.2006) justifica a opção por uma forma e não outra:

[...] prefiro a tradução "**centro comercial**" ao aportuguesamento "**xópin**". Contudo, tenho certeza de que a maioria dos falantes não gosta de "centro comercial". Nesse caso, assim como aconteceu com **football** > **futebol**, a tendência é passarmos de **shopping** para **xópin**.

Por que "**x**", e não "**ch**"? A resposta é simples: porque é com "**x**" que costumamos nacionalizar os vocábulos estrangeiros grafados com "**sh**": **shilling** > **xelim**; **shampoo** > **xampu**; **shaman** > **xamã**; **Shangai** > **Xangai**; **Sherazade** > **Xerazade**; **Hiroshima** > **Hiroxima**. Celso Pedro Luft aponta como um raro caso divergente o nosso **chutar**, proveniente do Inglês **shoot**, que deveria ter dado "\*xutar", mas não deu, e agora é tarde. Se um dia vencermos nossas resistências e aportuguesarmos "**show**", a forma resultante vai ser "**xou**" - a mesma usada pela Xuxa em seu famoso programa de televisão, que tantos bois-cornetas criticavam (cá para nós, mil vezes essa grafia, por esquisita que seja, do que a original, com seu "**sh**" e o seu "**w**!").

Quanto à possibilidade de usar "**m**" no final, confesso que não me parece totalmente absurda a hipótese. Entretanto, prefiro o "**n**" pelo fato de todos os vocábulos terminados em "**-im**" serem oxítonos: **capim**, **aipim**, **espadim**, etc.

Para evitar que formas menos conformes ao costume da língua se estabeleçam, as obras de referência às vezes se antecipam ao uso corrente.

Ainda que o *Google* apresente 83.500 ocorrências para a forma *skatista*, HouE (2001), AuE (2004) e VOLP não a registram. Acolhem apenas as formas *skater* (HouE (2001) e VOLP), igual ao original, e *esqueitista*, aportuguesada<sup>94</sup>, numa postura claramente normativa.

Quadro 2: *Skatista, skater, esqueitista*

Unidades	Google	VOLP	HouE (2001)	AuE (2004)
<i>skatista</i>	83.500	não	não	não
<i>skater</i>	92.800	sim	sim	não
<i>esqueitista</i>	377	sim	sim	não

<sup>94</sup> Cf. o quadro ampliado no item 6.1.1 (Quadro 10).

Esse comportamento, porém, em relação aos derivados de nomes estrangeiros não é regra. HouE (2001)<sup>95</sup> assim se manifesta a respeito:

Os termos derivados de nomes próprios estrangeiros com grafias estranhas ao português (com w, y, ll, th etc.) preservam, neste dicionário, as características da grafia original, de acordo com praticamente todas as convenções de simplificação ortográfica do português tentadas historicamente no Brasil e em Portugal: *byroniano*, *kepleriano*, *beaufórtia*, *wagneriano*, *behaviorismo* etc. O dicionário também registra, quando existentes, as formas equivalentes mais aportuguesadas, mas como entradas remissivas (*boemita* -> *boehmita*). A regra só é quebrada no caso de vocábulos que desceram ao nível zero da língua, popularizando-se: *dália* (e não *dahlia*, embora o epônimo seja um botânico sueco de nome A. Dahl).

A exceção, portanto, parece ser (além dos “vocábulos que desceram ao nível zero da língua”) os derivados “híbridos” (como *skatista*) que se confrontam com formas originais e/ou aportuguesadas, independentemente das estatísticas de uso de uns e outros.

#### 4.3 ONDE SE INSEREM OS MANUAIS

Os manuais de redação jornalística são tipos de dicionários abertamente normativos. Dizem como deve e não deve ser, baseando suas justificativas ora nos dicionários, ora no uso, ora na opinião de uma autoridade. Não abordam a língua como um todo, mas as partes que costumam suscitar dúvidas, as formas recentes, os usos que estão se modificando e algumas formas há muito presentes mas ainda capazes de gerar confusão por semelhança a outras formas vernáculas ou estrangeiras.

Discutiremos no capítulo seguinte como os manuais (e os dicionários) abordam o novo na língua, a que anseios atendem ao tratá-los do modo como o fazem e qual o mérito deste modo.

---

<sup>95</sup> No item “Conhecendo o dicionário, detalhamento do verbete e outras informações técnicas”, nº 20.

## 5 LINGUAGEM JORNALÍSTICA E NEOLOGISMO

### 5.1 A LINGUAGEM JORNALÍSTICA

O texto jornalístico tem características próprias que o configuram como tal e o distinguem de outros tipos de texto: “existe um ‘modo de fazer’ jornalístico, claramente diferenciável do modo próprio do estilo literário puro, do didático, do filosófico, do científico e até da fala popular ou coloquial”<sup>96</sup> (VIVALDI, 1993, p.23). Para Lage (2005, p.73), o que o caracteriza “é o volume de informação factual”. O texto básico do jornalismo, segundo o autor, é a “notícia”, que “expõe um fato novo ou desconhecido, ou uma série de fatos novos ou desconhecidos do mesmo evento, com suas circunstâncias”.

É escrito numa linguagem definida no MaESP (1997, p.15) como um “meio-termo entre a linguagem literária e a falada”. Segundo o MaFSP (2006, s.v. *linguagem coloquial*), “o texto de jornal deve ter estilo próximo da linguagem cotidiana, sem deixar de ser fiel à norma culta, evitando erros gramaticais, gíria, vulgaridade e deselegância”<sup>97</sup>.

Já na primeira orientação do MaESP (1997, p.15) se apresentam os principais elementos dessa linguagem: “seja **claro, preciso, direto, objetivo e conciso**”.

Para Vivaldi (1993, p.29), a **clareza** é a “condição primeira do texto jornalístico”<sup>98</sup>: deve-se escrever, segundo ele, para que todos entendam: “o douto e o menos douto, o erudito e o não erudito, o especialista na matéria e o leigo, o muito inteligente e o menos inteligente”<sup>99</sup>, o que exige do escritor “clareza de idéias e transparência expositiva”<sup>100</sup>.

Isso significa que, quando a informação provém de uma área especializada do conhecimento, ela deve ser “traduzida” por meio de palavras mais simples; não basta nem se deve simplesmente reproduzir as declarações de um cientista, de um político, de um economista, se estas não forem facilmente compreendidas. Conforme o MaFSP (2006, s.v.

---

<sup>96</sup> [existe um “modo de hacer” periodístico, claramente diferenciable del modo propio del estilo literario puro, del didáctico, del filosófico, del científico y hasta del habla popular o coloquial]

<sup>97</sup> Como se viu no capítulo anterior, nem sempre é fácil definir o que é essa “norma culta”. Se a entendemos como “norma padrão”, como norma da maioria dos dicionários e gramáticas, temos de lembrar, no entanto, que o próprio manual se encarrega de infringi-la ao sugerir formas padronizadas desconformes àquelas do dicionário *Aurélio* (cf. MaFSP (2006, s.v. *palavras padronizadas*)).

<sup>98</sup> [condición primera de la prosa periodística]

<sup>99</sup> [el docto y el menos docto; el erudito y el no erudito; el especialista en la materia y el profano; el muy inteligente y el menos inteligenter]

<sup>100</sup> [claridad en las ideas y transparencia expositiva]

*linguagem coloquial*), “palavras difíceis e construções rebuscadas dificultam a comunicação e tornam o texto pedante”, assim “*ele não sabe quanto gastou na compra é melhor que ele não dispõe dos custos exatos da transação comercial*”.

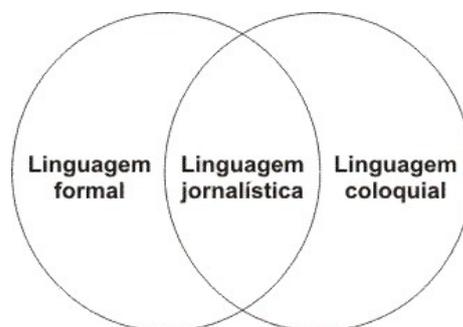
A maioria dos manuais de redação apresenta exemplos similares para ilustrar a questão. O MaESP (1997, p.15) determina: “Em qualquer ocasião, prefira a palavra mais simples: *votar é sempre melhor que sufragar, pretender é sempre melhor que objetivar, intentar ou tencionar; voltar é sempre melhor que regressar ou retornar, tribunal é sempre melhor que corte, passageiro é sempre melhor que usuário; eleição é sempre melhor que pleito; entrar é sempre melhor que ingressar*”.

O MaOGI (2001, p.25) afirma que “quando o policial diz *viatura*, cabe ao jornalista traduzir para *carro, caminhonete* ou o que for. O economista se preocupa com *reversão negativa de expectativas*; o jornalista resumirá para *decepção*. O advogado faz rapapé com *egrégia corte*; o jornalista secamente dirá *tribunal*”.

Lage (2001a, p.71-73) situa o texto jornalístico entre dois pólos: de um lado um grupo social influente, com liderança econômica, política e intelectual, empenha-se em preservar o que chama de vernáculo; de outro, o compromisso com a eficácia da comunicação exige a linguagem mais coloquial possível. O próprio autor lembra, porém, que “a questão tem outros aspectos relevantes”: “a adoção do coloquialismo como critério implicaria rápidas mudanças e regionalização dos idiomas nacionais”, o que afetaria “o próprio conceito de nação (a difusão de leis, regulamentos, expressão de direitos)” e “também o aprendizado de ciências e artes e a durabilidade dos documentos”. E acrescenta: “Se, do ponto de vista lingüístico, a língua real, primeira, é oral [...], do ponto de vista sociopolítico, as sociedades modernas, com seu aparato tecnológico e cultural, fundam-se justamente na relativa durabilidade e amplitude geográfica dos idiomas – na preservação, enfim, de certo nível de formalidade”.

Lage (2001a, *ibid*) distingue dois conjuntos de itens léxicos e formas gramaticais: “o do *registro formal da linguagem*, construído pelas palavras e usos gramaticais consagrados, que aponta para a modalidade escrita, âmbito nacional, a postura solene e o passado recente da língua”; e “o *registro coloquial de linguagem*, próximo do enunciado oral, da comunicação expressiva, regional ou dialetal, e, muitas vezes, do futuro imediato do idioma”. A conciliação desses dois conjuntos, segundo ele, é atingida “toda vez que a comunicação utiliza como linguagem básica aquela composta dos itens léxicos e formas gramaticais possíveis tanto no registro coloquial quanto no registro formal da língua”. Lage (2001a, p.73) os representa da seguinte maneira:

## Esquema 2: Registros de linguagem



Embora se busque a simplicidade - o “meio-termo entre a linguagem literária e a falada” -, a **precisão** também é um elemento fundamental no texto jornalístico. De acordo com o MaOGI (2001, p.28), uma palavra é “imprecisa” quando seu significado não corresponde exatamente à idéia que se quer transmitir, e “ambígua” quando corresponde a mais de uma idéia. Segundo o MaESP (1997, p.17), deve-se desconfiar dos “sinônimos perfeitos” e de “termos que sirvam para todas as ocasiões”, pois, “em geral, há **uma palavra** para definir **uma situação**”. Pode-se recorrer, segundo o manual, aos termos técnicos quando estes forem indispensáveis.

Além de claro e preciso, o texto jornalístico, como lembra o MaESP (1997), deve ser “direto, objetivo e conciso”. Sobre a **concisão**, o MaFSP (2006, s.v. *concisão*) afirma que “tudo o que puder ser dito em uma linha não deve ser dito em duas”. Expressões como *por outro lado, enquanto isso, ao mesmo tempo, não obstante* são consideradas vícios lingüísticos pelo MaESP (1997, p.18), que recomenda dispensá-las.

Ser direto e objetivo significa eliminar comentários e opiniões, deixando que o leitor tire dos fatos relatados suas próprias conclusões. Adjetivos como *feio, bonito, gordo, magro, inteligente* e outros dependem da subjetividade de quem os profere, por isso, como explica Lage (2005, p.131), é preferível, por exemplo, alinhar os bens de uma pessoa para demonstrar que ela é rica ou reproduzir depoimentos de entendidos sobre a beleza para provar que é bela.

O texto jornalístico costuma ser estruturado de forma que o elemento mais importante da notícia venha sempre em primeiro lugar. É o que se chama de técnica da “pirâmide invertida”. As informações vão sendo alinhadas em ordem decrescente de importância. O primeiro parágrafo constitui o que se chama no jargão jornalístico de *lead* (inglês) ou *lide*

(aportuguesado). É a abertura do texto e contém as informações mais importantes do fato em questão. Deve responder às perguntas essenciais relativas ao acontecimento (ou à maioria delas): o quê, quem, quando, onde, como, e por quê?<sup>101</sup>

Essas orientações configuram uma linguagem jornalística básica, mais voltada para o texto noticioso, informativo. Porém, o texto jornalístico também se caracteriza pela variedade: apresenta-se em diferentes veículos (rádio, jornal, televisão), categorias (opinativo, informativo, interpretativo, diversional) e gêneros (nota, notícia, reportagem, artigo), e, em cada um deles, as regras se aplicam com maior ou menor rigor, dependendo da função que se quer privilegiar (informativa ou opinativa, por exemplo). É por essa razão que Vivaldi (1993, p.29-35) apresenta qualidades e requisitos de um bom estilo jornalístico que, por vezes, parecem se chocar: clareza, concisão, densidade, exatidão, precisão, simplicidade, naturalidade, brevidade, detalhismo, correção e propriedade, ao lado de originalidade, variedade, atratividade, ritmo, cor e sonoridade. A originalidade se refere à sinceridade expressiva, à autenticidade (“o escritor original é aquele que não imita ninguém e que ninguém consegue imitar”). A variedade significa evitar a monotonia, a pobreza de vocabulário (o que não significa, por exemplo, empregar *causídico* ou *doutor*, no lugar de advogado (Cf. MaFSP, 2006, s.v. *repetição de palavras*). A atratividade é contrário de um estilo “torpe”, “cinza”, “insosso”.

O autor de um artigo assinado terá mais liberdade na escolha do léxico do que o autor de um texto informativo, um relato de interesse humano tenderá a ser mais leve e “colorido” do que uma matéria sobre a alta do dólar.

A seguir, falaremos desses gêneros e categorias.

## 5.2 GÊNEROS JORNALÍSTICOS

Como se disse, o texto jornalístico não é uniforme. Costuma ser dividido em gêneros, de acordo com a sua finalidade, estilo, modo de escrita, natureza do tema, articulações interculturais (Melo, apud PENA, 2005, p.67), entre outros.

A primeira tentativa de classificação dos gêneros ocorreu, segundo Melo (1994, p.37), no início do século XVIII, quando o editor inglês Samuel Buckeley, do jornal *Daily Courant*,

---

<sup>101</sup> Alguns autores ampliam o número de perguntas básicas: Quem fez? O quê? A quem? Quando? Por Quê? Para quê? Onde? Como? Com que desdobramentos? (Cf. PENA, 2005, p.42).

decidiu separar as notícias (*news*) dos comentários (*comments*) ou, em outras palavras, a informação da opinião. Essa divisão, conforme Pena (2005, p.66), levou quase duzentos anos para ser efetivamente aplicada pelos jornalistas e ainda hoje causa divergências, já que a objetividade pretendida no texto informativo a rigor não existe (ainda que o jornalista deva procurar ser o mais objetivo possível)<sup>102</sup>. De acordo com Melo (1994, p.182) (1985, p.148), um dos autores, ao lado de Beltrão (1980), que mais se dedicaram ao estudo dos gêneros jornalísticos no Brasil:

a fronteira entre a informação e a opinião, metodicamente implantada pelo jornalismo inglês e levada às últimas conseqüências pelo jornalismo norte-americano, nunca existiu entre nós. Praticamos sempre formas de expressão jornalística que, a não ser residualmente, deixaram de seguir o exacerbado panfletarismo francês e tampouco absorveram o receituário da objetividade norte-americana.

Após apresentar um apanhado de classificações dos gêneros jornalísticos em diversos países, Melo (1994, p.64-65) chega ao seguinte modelo para a realidade brasileira, distinguindo duas categorias principais (jornalismo informativo e jornalismo opinativo) e doze gêneros:

Quadro 3: Categorias e gêneros jornalísticos

Categorias	Jornalismo informativo	Jornalismo opinativo	
Gêneros	Nota	Editorial	Coluna
	Notícia	Comentário	Crônica
	Reportagem	Artigo	Caricatura
	Entrevista	Resenha	Carta

<sup>102</sup> Cf. MaFSP (2006, s.v. *objetividade*).

Melo (1994, p.62-64) leva em conta dois parâmetros para determinar essas duas grandes categorias: a intencionalidade determinante dos relatos de *reproduzir o real* e de *ler o real*; e a natureza estrutural desses relatos.

Quanto ao primeiro parâmetro, o jornalismo se articula, conforme o autor, em função de dois núcleos de interesse: “a informação (saber o que se passa) e a opinião (saber o que se pensa sobre o que se passa)”.

Quanto ao segundo parâmetro, os gêneros informativos “se estruturam a partir de um referencial exterior à instituição jornalística”, isto é, a partir da eclosão e evolução dos eventos; enquanto os gêneros opinativos são determinados por variáveis controladas pela instituição jornalística e que assumem duas feições: “de autoria (quem emite a opinião) e angulação (perspectiva temporal ou espacial que dá sentido à opinião)” (MELO, 1994, p.65-66).

Segundo Melo (1994, p.65), no **jornalismo informativo**:

- a nota “corresponde ao relato de acontecimentos que estão em processo de configuração e por isso é mais freqüente no rádio e na televisão”;
- a notícia<sup>103</sup> “é o relato integral de um fato que já eclodiu no organismo social”;
- a reportagem “é o relato ampliado de um acontecimento que já repercutiu no organismo social e produziu alterações que são percebidas pela instituição jornalística”;
- e a entrevista “é um relato que privilegia um ou mais protagonistas do acontecer, possibilitando-lhes um contato direto com a coletividade”.

No **jornalismo opinativo**:

- o editorial “expressa a opinião oficial da empresa”<sup>104</sup> perante os fatos;
- o comentário “explica as notícias, seu alcance, suas circunstâncias, suas conseqüências”<sup>105</sup> e exige uma especialização por parte de quem o faz;
- o artigo é um texto assinado por personalidade representativa da sociedade civil<sup>106</sup>;
- a resenha ou crítica corresponde a “uma apreciação das obras de arte ou dos produtos culturais, com a finalidade de orientar a ação dos fruidores ou consumidores”<sup>107</sup>;

---

<sup>103</sup> A notícia é gênero e também fato jornalístico, o texto básico do jornalismo.

<sup>104</sup> Melo (1994, p.95)

<sup>105</sup> Melo (1994, p.109,111)

<sup>106</sup> Melo (1994, p.111-125)

- a coluna é a “seção especializada [...] publicada com regularidade, geralmente assinada e redigida em estilo mais livre e pessoal do que o noticiário comum”<sup>108</sup>, “tem como espaço privilegiado os bastidores da notícia, descobrindo fatos que estão por acontecer, pinçando opiniões que ainda não se expressaram”;

- a crônica é para alguns “um gênero tipicamente brasileiro, não encontrando equivalente na produção jornalística de outros países”, que “designa uma composição breve, relacionada com a atualidade”<sup>109</sup>;

- a caricatura é “uma forma de ilustração que a imprensa absorve com sentido nitidamente opinativo”<sup>110</sup>;

- e a carta é a opinião dos leitores.

Os dois últimos - a caricatura e a carta - têm seu peso e seu espaço no conteúdo editorial do jornal, porém, do ponto de vista lingüístico, não nos são relevantes.

Outros autores citados por Melo (1994, p.36-66) identificam, ao lado do jornalismo informativo e do jornalismo opinativo, um jornalismo *interpretativo*, que “procura mostrar ao leitor o background dos acontecimentos, bem como explicar sua gênese e delinear possíveis desdobramentos”, e um jornalismo *diversional*, *ameno* ou de *entretenimento*, que abrange notas pitorescas, segundo alguns autores, e caricatura, quadrinhos, nota policial, nota esportiva e nota da sociedade, segundo outros; isto é, além de *informar* e *opinar*, a intenção do autor (ou a finalidade do texto) pode ser também de *interpretar* ou *entretener*. Melo (1994, p.63), porém, entende que essas categorias não se aplicam à realidade brasileira. Segundo ele, “a interpretação (enquanto procedimento explicativo, para ser fiel ao sentido que lhe atribuem os norte-americanos) cumpre-se perfeitamente através do jornalismo informativo”; e a diversão é um “mero recurso narrativo que busca estreitar os laços entre a instituição jornalística e o seu público e não transcende a descrição da realidade”<sup>111</sup>.

### 5.2.1 Os gêneros e editoriais nos jornais

---

<sup>107</sup> Melo (1994, p.125).

<sup>108</sup> Melo (1994, p.136-137).

<sup>109</sup> RÓNAI, Paulo. *Um gênero brasileiro: a crônica* (apud MELO, 1994, p.146).

<sup>110</sup> Melo (1994, 164).

<sup>111</sup> Melo (1994, 63).

O MaFSP (2006, s.v.) identifica como *gêneros jornalísticos*:

- 1) a análise: contém a interpretação do autor e é sempre assinada;
- 2) o artigo: contém a opinião do autor e é sempre assinado;
- 3) o editorial: expressa a opinião do jornal e nunca é assinado; deve ser enfático, equilibrado e informativo, apresentar a questão tratada e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e refuta os contrários;
- 4) a crítica: avalia trabalho artístico, acadêmico ou desempenho esportivo e é sempre assinada;
- 5) a crônica: aborda assuntos do cotidiano de maneira mais literária do que jornalística e é sempre assinada;
- 6) o “feature”: apresenta a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal; pode ser o perfil de um personagem ou uma história de interesse humano;
- 7) a resenha: faz o resumo crítico de um livro e é sempre assinada;
- 8) a notícia: relata a informação da maneira mais objetiva possível; raramente é assinada;
- 9) a reportagem: traz informações mais detalhadas sobre notícias, interpretando os fatos; é assinada quando tem informação exclusiva ou se destaca pelo estilo ou pela análise.

Esses gêneros se distribuem nas páginas do jornal, conforme a natureza do tema, em sete editorias principais<sup>112</sup>:

- Brasil;
- Mundo;
- Dinheiro;
- Cotidiano;
- Ilustrada;
- Ciência;

---

<sup>112</sup> Conforme o dia da semana, inclui-se uma ou outra editoria, como o caderno *Folhinha*, de sábado, mas detivemo-nos somente àquelas editorias presentes em todas as edições.

- Esporte.

O MaESP (1997) não apresenta os gêneros nos quais se enquadram as matérias do jornal, mas podemos distinguir as seguintes editorias:

- Nacional;
- Internacional;
- Vida;
- Esportes;
- Caderno 2;
- Cidades;
- Economia & Negócios.

O tratamento dispensado aos neologismos não é o mesmo para todos os gêneros, categorias e veículos, conforme mostraremos mais adiante.

Os veículos - rádio, tevê, jornal, revista, internet - possuem peculiaridades, que se refletem na linguagem adotada: o que difere o texto do rádio dos textos da imprensa é a instantaneidade do meio: o ouvinte só tem uma chance para entender o que está sendo dito (BARBEIRO, 2001, p.62), não pode ler de novo o que não compreendeu, por isso o cuidado deve ser dobrado com a cacofonia, o ordenamento, a escolha e a pronúncia das palavras. Em relação ao texto televisivo, o texto veiculado no rádio (e também na imprensa) deve ser mais completo e descrever de forma clara o que o ouvinte não está vendo: na tevê, as imagens, muitas vezes, “falam mais do que as palavras”. Deteremo-nos, porém, aos jornais, cujos manuais de redação nos servem de mote.

### 5.3 MANUAIS DE REDAÇÃO E ESTILO

#### 5.3.1 Os precursores

O primeiro manual de imprensa no Brasil foi escrito em 1950 pelo então chefe de redação do jornal *Diário Carioca*, Pompeu de Souza. Denominado *Regras de Redação do Diário Carioca*, baseava-se nos *stylebooks* americanos e em leituras de jornais ingleses e franceses. Como relata Souza (apud MACHADO, 2003):

Meu objetivo era de criar ou adaptar para nós a técnica redacional baseada no *copy-desk*<sup>113</sup>. Estabelecer as linhas mestras de uma redação objetiva, com informações objetivas, sem nenhum comprometimento com a opinião. Foi então que surgiu o *lead*, logo em seguida o *sublead*<sup>114</sup>, e com eles o *copy-desk*.

Segundo MACHADO (2003), “antes da implantação dessas novas técnicas a apresentação das matérias jornalísticas era feita à base de *nariz-de-cera*, ou seja, criava-se primeiro todo um contexto, e a notícia mesmo só aparecia no pé da matéria”.

Lage (2005, p.58) descreve o manual como um “documento sintético”:

Contém algumas concessões ao espírito da época: não se admitia chamar uma mulher casada, pelo menos as da classe dominante, pelo nome; era necessário precedê-lo de *d*. Da mesma forma, o pronome para o Papa não era *ele*, mas *Sua Santidade*, e temia-se que fosse impossível suprimir inteiramente o *Exa.* do nome de alguns personagens. Esses preceitos tiveram que ser modificados ao longo do tempo, à medida que a evolução dos costumes ia permitindo as mudanças.

Pouco depois da adoção das *Regras de Redação do Diário Carioca*, ainda na década de 50, o jornalista Carlos Lacerda lançou o manual da *Tribuna da Imprensa*, também inspirado nos *stylebooks* da imprensa americana.

Dos veículos atuais – não só jornais, mas também emissoras de rádio e de televisão –, a maioria possui regras escritas divulgadas internamente e/ou também externamente.

O jornal *O Globo* editou seu primeiro manual de redação no início da década de 60. De circulação interna, foi mais tarde sucedido por novas edições atualizadas.

O jornal *A Folha de S. Paulo* foi o primeiro a apresentar suas normas ao público em geral com o lançamento do *Manual da redação* em 1984. Seguiram-no os manuais da *Editora*

---

<sup>113</sup> O *copy-desk* ou *copidesque*, conforme Lage (2005, p.69), é o profissional na empresa jornalística que tem a incumbência de revisar originais.

<sup>114</sup> O *sublead*, segundo Lage (2005, p.77), é o segundo parágrafo de um texto jornalístico, que contém informações adicionais ao *lead*.

*Abril*, em 1990, do *Estado de S. Paulo*, em 1990, d'O Globo, em 1992, da *Zero Hora*, em 1994, e outros.

### 5.3.2 A preocupação com a norma

O surgimento e a permanência de manuais de redação nos principais jornais do país demonstra uma preocupação com um modelo ideal de língua (ainda que esse modelo se choque, por vezes, com o modelo ideal das gramáticas e dos dicionários) que possibilite a descrição dos fatos do dia-a-dia de forma compreensível para o maior número possível de pessoas. Não serve à empresa jornalística que cada profissional escreva do modo que lhe convier, pois isso revelaria desorganização e ausência de critérios, existe a necessidade de se manter uma linha, um “nível elevado”, que represente planejamento, observação, cuidado e rigor.

No capítulo denominado “Padronização e estilo”, o MaFSP (2006, p.50) é explícito a respeito da necessidade e da busca de um ideal: “Neste capítulo, na forma de verbetes, resumem-se as recomendações que a Folha faz a seus jornalistas para a elaboração de textos de acordo com os critérios de excelência do jornal”. Em HouE (2001, s.v.), *excelência* (“qualidade do que é excelente, qualidade muito superior”) está ligada a *ideal*, em sua quinta acepção (“modelo de perfeição ou excelência”).

O MaAbr (1990, p.9) inicia o prefácio com a pergunta “Por quê um Manual de Estilo?”. E responde:

[...] nosso objetivo tem sido sempre o mesmo: transmitir notícias corretas, informação confiável, conhecimento, entretenimento e reflexões da maneira mais precisa, mais agradável e mais clara possível. Isso é muito mais difícil do que pode parecer à primeira vista. Pois não há regras para definir o que seja “escrever bem”, nem escolas para ensinar a fazê-lo. No máximo – e já é muito – consegue-se ajudar os interessados a escrever *corretamente*. [...] precisávamos de algum instrumento para codificar e transmitir os padrões desenvolvidos e as lições aprendidas.

Novamente se vê a necessidade de se guiar por certos padrões, descritos no manual:

Há, felizmente, algumas normas práticas e testadas para nos orientar. Elas nasceram do bom senso, da inteligência, da experiência e do sofrimento de jornalistas e escritores que já passaram pelo pior. O presente Manual de Estilo procura sintetizar várias observações como essas, que de um jeito ou de outro influenciaram os textos de qualidade que têm sido publicados nas revistas da Editora Abril.

Assim como fizeram e vêm fazendo gramáticos e lexicógrafos ao longo dos séculos, também os jornalistas e autores de manuais de redação procuram reunir e sistematizar o que se considera “certo” ou “errado”, “desejável” ou “indesejável” na língua e na comunicação.

O MaOGI (2001, p.75) informa que “é responsabilidade exclusiva do autor zelar pela integridade gramatical de seu texto [...] por brio profissional [...] e por duas outras razões”:

1. O mau português freqüentemente mutila a informação e torna difícil entendê-la; e sempre ofende o senso estético de quem lê. Para o jornalista, os erros mais graves estão nos capítulos do vocabulário (uso de palavras erradas, inadequadas ou inexpressivas) e da sintaxe (problemas de organização e relacionamento das palavras dentro da frase e do período). Mas todos os tropeços são desmoralizantes. Se um texto revela ignorância sobre algo tão simples como o uso da crase, o leitor tem direito a considerar o autor desleixado (porque não quis aprender) ou intelectualmente deficiente (porque não conseguiu aprender). Não se poderá acusar esse leitor de injusto se concluir que a notícia mal escrita é irmã da apuração claudicante.

2. O jornal é a única leitura habitual de milhões de cidadãos e, se a imprensa não tem a pretensão de ensinar o povo a falar e escrever corretamente, tem pelo menos a obrigação de não deseducá-lo.

As mesmas preocupações básicas se revelam no prefácio do MaESP (1997, p.9): “O Manual não pretende [...] tolher a criatividade de editores, repórteres e redatores, nem impor camisas-de-força aos jornalistas da empresa. Seu objetivo é claro: definir princípios que tornem uniforme a edição do jornal”.

### 5.3.3 As autoridades empregadas

Os manuais de redação e estilo recorrem a diferentes “autoridades” para justificar suas escolhas. São elas:

- o dicionário *Aurélio*
- o dicionário *Houaiss*
- o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*
- a gramática (sem especificar qual)
- estudiosos do idioma
- a própria instituição jornalística ou o autor do manual

Na apresentação do MaESP (1997, p.5), depara-se com a autoridade do próprio autor, que tem “a experiência de quem chefiou incontáveis editorias no jornal, foi seu secretário de Redação e já por oito anos auxilia a direção na qualidade dos textos publicados”. No prefácio, salienta-se a colaboração do filólogo Celso Cunha e da professora Flávia de Barros Carone. Dicionários e gramáticas são apresentados na bibliografia. Na macroestrutura da obra, porém, a autoridade mais freqüentemente mencionada é o dicionário, quando se determina que não se usem certas palavras por não estarem dicionarizadas.

O MaFSP (2006, p.146) determina que se siga a orientação do dicionário *Houaiss* a respeito da palavra *mini* (com hífen e sem acento antes de palavra iniciada por *h*: *mini-hospital*, *mini-helicóptero*) e do *VOLP* a respeito da aceitação das formas *anti-sepsia*, *anti-sepsiar* e *anti-séptico* e *antissepsia*, *antissepsiar* e *antisséptico*. Determina, porém, que se infrinja a norma do dicionário *Aurélio* em alguns casos, como, por exemplo, *black tie*, *dona-de-casa* e *hot dog*, no lugar de *black-tie*, *dona de casa* e *hot-dog*.

O MaAbr (1990, p.11) recomenda que se conheça bem o idioma e suas regras gramaticais, “até para quebrá-las”.

#### 5.3.4 A quebra da norma: o neologismo

Ainda que se reforce sempre a necessidade de se seguir e de se conhecer um padrão, sabe-se que a linguagem jornalística freqüentemente se caracteriza também por quebrar essas regras. Seja por falta de espaço num título, seja por uma necessidade expressiva (por exemplo, chamar a atenção do leitor com uma expressão “mais forte” ou irônica), seja pela ausência de um termo vernáculo a representar uma nova realidade, criam-se palavras constantemente.

Lage (2005, p.129) admite os neologismos como parte da linguagem jornalística:

Criam-se neologismos e atualizações necessárias (*malufista, petista*), formas condensadas que se originam da circunstância de os títulos terem letras contadas (*desarme* por *desarmamento*), bem como incorporam-se expressões populares e de gíria que se generalizam (*bumbum, bicheiro* etc.) (LAGE, 2005, p.129).

[...] a linguagem jornalística incorpora, eventualmente grifadas, expressões de criação recente, que nela se marcam pelo exotismo (*frescões*, “ônibus com ar refrigerado”; *fusca*, “sedã Volkswagen”) (LAGE, 2001a, p.74).

Da mesma forma, surgem denominações transpostas de jargões científicos ou siglas para designar novos objetos (*radar, leiser*), com intenção crítica (senadores *biônicos, marajás* do serviço público), atualizações necessárias (*castelista, petistas*). Expressam-se, nessas criações, realidades do poder; é o caso da incorporação de termos surgidos na televisão, que é veículo hegemônico, ou da introdução recente de expressões técnicas dos economistas (*insumo, estagflação*) no vocabulário dos meios de comunicação social (LAGE, 2001a, *ibid*).

Assim, segundo o autor, os neologismos no texto jornalístico nascem de:

- a) atualizações necessárias (*malufista, petista*);
- b) formas condensadas que se originam da circunstância de os títulos terem letras contadas (*desarme* por *desarmamento*);
- c) expressões populares e de gíria que se generalizam (*bumbum, bicheiro*);
- d) expressões “exóticas” (*frescões*, “ônibus com ar refrigerado”; *fusca*, “sedã Volkswagen”);
- e) jargões científicos ou siglas para designar novos objetos (*radar, leiser*);
- f) expressões técnicas dos economistas (*insumo, estagflação*);
- g) expressões com intenção crítica (senadores *biônicos, marajás* do serviço público).

Como vimos no primeiro capítulo, essas configurações decorrem de duas causas: necessidades expressivas e economia discursiva.

As expressões populares e de gíria que se generalizam, as expressões exóticas e as expressões com intenção crítica (itens *c*, *d* e *g*) decorrem de uma necessidade expressiva e representam uma economia discursiva ao sintetizarem uma idéia.

As formas condensadas em função do título também se dão por uma economia discursiva, bem como as atualizações necessárias e os jargões técnicos e científicos (itens *a*, *b*, *e* e *f*). Como se viu à página 3 do primeiro capítulo, é mais fácil criar uma palavra, como *petista*, por exemplo, do que dizer “filiado ou simpatizante do PT”.

Vivaldi (1993, p.367) não só prevê o uso do neologismo no texto jornalístico como o estimula, ao defini-lo:

[...] vocábulo ou acepção novos numa língua ou idioma; palavra de nova criação que brota da imperiosa necessidade vital de dar nomes a coisas novas (objetos ou conceitos). Exemplos: todos, ou quase todos, os vocábulos da Astronáutica ou da Eletrônica: *cosmonauta*, *satélite artificial*, *radar*, *computador* etc. A linguagem jornalística, por sua obrigatória proximidade à fala popular, é – deve ser – criadora e divulgadora de neologismos. Todo o novo – e o jornalismo é essencialmente “novidoso” – há de contar com o vocábulo expressivo que o designe. Só se impõe ao jornalista uma certa atitude crítica ante o neologismo quando a palavra nova for cacofônica, quando, morfológicamente, repugnar o sentido do idioma ou quando não for absolutamente indispensável por haver já outra ou outras palavras em pleno uso que designem o que o novo vocábulo pretende expressar.

Assim como palavras novas são incorporadas à linguagem jornalística, outras palavras, novas e velhas, são vetadas, banidas por tempo indeterminado. Lage (2001a, p.76), citando Eduardo Prado Coelho, enumera alguns itens lexicais “interditados na imprensa durante os 46 anos” do regime salazarista em Portugal: *comunista*, *fascista*, *luta de classes*, *orgasmo*, *virgem*, *censura*, *Partido Comunista Português*, *tortura*. No Brasil, segundo LAGE (2001a, *ibid*), estiveram banidas no noticiário palavras como *camponês* (em seu lugar, *lavrador*), *latifundiário* (*grande fazendeiro*), *amante* (*parceiro*), *Partido Comunista* (salvo se precedido da palavra *extinto* ou referido a países remotos), *greve* (*paralisação*), *burguesia* (*classes produtoras*), *parentes* (*familiares*) e *pobre* (*modesto*, *humilde*).

Lage (2001a, p.77) ressalta também as “invenções politicamente corretas”, pela qual se vetam determinadas palavras e se sugerem outras para substituí-las, como *afro-americano*,

no lugar de *negro*, ou *gênero*, no lugar de *sexo*. Segundo ele ainda, “deve-se ter cuidado com o modismo recente de trocar denominações para ‘melhorar a imagem’ dos entes nomeados”:

Chamar uma pessoa de “idosa” pode ser gentil, mas dizer que ela está “na melhor idade” pode ser tomado como escárnio. Como a lepra é hoje curável, tem cabimento chamá-la de *hanseníase*, suprimindo o estigma associado ao nome. Mas certamente não basta trocar o nome de uma favela para “vila operária” ou “condomínio popular” para que as pessoas que lá moram vivam, ou suponham que vivem, menos mal (LAGE, 2005, p.130).

A situação inversa parece se dar na imprensa sensacionalista, quando, em vez de se “suavizar” uma idéia, empregam-se palavras “fortes” para dar mais importância à notícia do que ela realmente tem.

Os neologismos, embora previstos e estimulados por alguns autores e encontrados em profusão nos textos jornalísticos, são tratados pelos manuais de redação, de maneira geral, como algo a se combater.

### 5.3.5 O neologismo nos manuais de redação

Nos manuais de redação existe uma preocupação com as palavras novas na língua, os neologismos, porém eles não costumam ser identificados como tais. A preocupação dessas obras consiste quase sempre em combatê-los, evitar o seu uso, como se fossem um mal por si só. Por não constarem nos dicionários, são considerados “palavras inexistentes”, porém sua “existência” se torna inequívoca pelo fato mesmo de serem lembrados e combatidos. O MaESP (1997) considera inexistentes as palavras *agilizar*, *sediar* e *disponibilizar*, todas hoje dicionarizadas. No próprio site do jornal *O Estado de S. Paulo* (disponível em <[www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)>), uma busca por cada uma delas registra diversas ocorrências.

Os manuais de redação apresentam um comportamento estritamente normativo, como se percebe pelas orientações imperativas e/ou categóricas: “a palavra não existe”, “nunca use”, “palavra vetada; use...”, “prefira... a...”, “evitável; prefira...”, “desnecessária”, “substitua por...”, “só pode ser usada (de tal forma)”.

O MaFSP (2006. s.v. *palavras padronizadas*) afirma que, em geral, “adota a ortografia recomendada pelos dicionários de língua portuguesa mais conceituados”, porém, em alguns casos, opta por contrariar a norma dos dicionários<sup>115</sup>:

Quadro 4: Palavras padronizadas no MaFSP (2006)

Palavras padronizadas	
Use (forma indicada pela <i>Folha</i> )	Não use (forma admitida pelo <i>Aurélio</i> )
<i>“babysitter”</i>	<i>baby-sitter</i>
<i>birô</i>	<i>bureau</i>
<i>“black tie”</i>	<i>black-tie</i>
<i>dona-de-casa</i>	<i>dona de casa</i>
<i>estresse</i>	<i>stress</i>
<i>“fair play”</i>	<i>fair-play</i>
<i>faits-divers”</i>	<i>fait divers</i>
<i>free-lance</i>	<i>freelance</i>
<i>garagem</i>	<i>garage</i>
<i>grife</i>	<i>griffe</i>
<i>habeas corpus</i>	<i>habeas-corporis</i>
<i>hot dog</i>	<i>hot-dog</i>
<i>jeton</i>	<i>jeton</i>
<i>jiu-jitsu</i>	<i>jiu-jítsu</i>
<i>livre comércio</i>	<i>livre-comércio</i>
<i>long play</i>	<i>long-play</i>
<i>manicure</i>	<i>manicura/manicuro</i>
<i>poeta (feminino)</i>	<i>poetisa</i>
<i>quórum</i>	<i>quorum</i>
<i>Réveillon</i>	<i>réveillon</i>
<i>striptease</i>	<i>strip-tease</i>
<i>trólebus</i>	<i>tróleibus</i>
<i>videogame</i>	<i>video game</i>
<i>“welfare state”</i>	<i>welfare State</i>
<i>xerox</i>	<i>xérox</i>

<sup>115</sup> Em edições anteriores, o manual determinava que não se utilizasse mais o trema e, de fato, aboliu-o nos textos do jornal, desprezando a lei ortográfica em vigor; mais tarde, porém, voltou a adotá-lo.

No MaESP (1997), fala-se de “estrangeirismos”, “palavras vetadas” e “palavras inexistentes”, sem identificá-las, no entanto, como neologismos, nos casos em que o são.

O MaFSP (2006) apresenta o verbete *neologismos*, mas segue na mesma linha, sugerindo apenas que se os “evite em textos noticiosos”, pois “podem ser de entendimento restrito”. No verbete *palavras estrangeiras*, porém, adota uma postura menos cautelosa: “A Folha considera sua função criar [...] equivalentes [no português] sempre que possível ou aportuguesar a grafia de palavras de outras línguas”.

Diante de uma unidade nova na língua, os manuais se apressam em vetá-la e declará-la inexistente, quando, na realidade, caberia dizer “aguarde maior estabilidade do termo”, “neologismo desnecessário” ou outra recomendação mais adequada a cada caso. O tratamento simplista que se observa nos manuais resulta da ausência de um entendimento – inclusive por parte dos dicionários, como se verá adiante – sobre o que representam essas novas unidades na língua, como lidar com elas, como recebê-las e marcá-las.

### 5.3.6 Análise do mérito da prescrição

Diante das contradições apresentadas – na regra geral, os manuais determinam que se evitem os neologismos, enquanto, em casos particulares, vetam-nos ou os aceitam, sem, no entanto, reconhecê-los como neologismos –, como levar em conta ou mesmo entender as instruções desse tipo de manual? Ou, em outras palavras, qual o mérito da prescrição que contêm?

Para Rossi (2000, p.31), é questionável a padronização segundo normas que são “mais empíricas do que científicas”, afinal “há exemplos de publicações bem-sucedidas tanto na faixa das que seguem rígidas padronizações como daquelas que preferem deixar ampla margem à criatividade e ao estilo pessoal de seus jornalistas”. Ele aponta a extinta revista *O Cruzeiro* (o maior sucesso editorial de revista semanal) como exemplo deste último modelo, e a revista *Veja* (também um grande sucesso editorial) como exemplo daquele. Segundo o autor, a revista *Veja* segue uma padronização tão rigorosa que procura dar a impressão de ser escrita pela mesma pessoa da primeira à última linha (como as norte-americanas *Time* e *Newsweek*). Rossi (2000, p.32) menciona ainda o êxito do *Jornal da Tarde*, à época de seu lançamento, em 1966, como argumento para se posicionar mais a favor da não-padronização. Porém, em seguida, relata um “pecado grave” do próprio *Jornal da Tarde*, que, numa determinada

ocasião, em busca da originalidade e do lado humano dos acontecimentos, dedicou amplo espaço a uma corrida de de automóveis, falando do público, dos personagens, do espetáculo, sem informar, no entanto, o vencedor da corrida.

Nunes (1994, p.8-9) acredita que hoje os jornalistas sejam mais despreparados que antigamente (“lêem pouco (e lêem mal”), por isso a necessidade de um manual:

Até meados dos anos 60, tivemos muitos jornalistas brilhantes, mas pouquíssimos jornalistas profissionais. Hoje, sobram jornalistas profissionais, mas poucos são efetivamente brilhantes – sobretudo se prevalecer, entre os critérios utilizados nessa avaliação, o domínio da língua portuguesa. [...] Se mesmo quem supostamente vive da palavra escrita não consegue poupá-la de socos e pontapés, deduz-se que o brasileiro médio também não trate o idioma com a necessária clemência. Tal suposição amplia a abrangência deste Manual.

Despreparados ou não, um certo conjunto de regras, por mínimo que seja, torna-se de fato necessário. Erros como o citado no *Jornal da Tarde* afetam a credibilidade do jornal, que constitui uma empresa mantida por seus leitores e anunciantes.

Os manuais de redação e estilo, conforme Lage (2001b, p.50), surgiram com a finalidade de generalizar procedimentos de técnica de redação e solucionar problemas, especialmente ortográficos, como o uso de maiúsculas e grafias de nomes estrangeiros. O manual, bem como os dicionários, não pode, naturalmente, abranger todas as palavras em circulação, que surgem todos os dias, mas pode, porém, oferecer instruções gerais para que seus usuários saibam como lidar com elas. É justamente nesse momento que falham. Pois as instruções gerais que dão estão em desacordo com o que se observa na prática e com o que eles próprios demonstram por meio de exemplos.

A idéia que passam é que suas instruções não são feitas para serem compreendidas, apenas para serem seguidas, caso a caso. Utilizam fórmulas rápidas e fáceis, porque é o que os jornalistas (sempre pressionados pelo fechamento da edição) supostamente necessitam para se comunicarem de forma eficiente. Porém, mais eficiente seria se procurassem explicar o funcionamento da língua, mostrando os neologismos como algo natural, a partir de sua tipologia, das funções que desempenham no texto e das razões pelas quais eles devem ser estimulados em alguns casos e noutros não.

Uma prescrição rígida pode ser útil em questões controversas, porém ela deve ser coerente com as instruções gerais do manual (ou se não for, que este fato esteja assinalado no

manual), para que não se perca a fé neste tipo de orientação e todas as suas instruções sejam desconsideradas.

As deficiências que se observam nos manuais não são exclusivas deles, pois os próprios dicionários nos quais eles muitas vezes se baseiam apresentam inconsistências, ou melhor, não assinalam os neologismos como tais, nem prevêm um tratamento diferenciado para o seu acolhimento, como veremos a seguir.

#### 5.4 O NEOLOGISMO NOS DICIONÁRIOS

HouE (2001), ainda que apresente a datação dos verbetes, não faz qualquer referência a neologismos em suas páginas de apresentação. No item “registro diacrônico”, assinala apenas o que chama de “arcaísmo”, “vocábulo antigo na língua”, “obsoleto” ou “obsolescente” e “arqueologia verbal”.

Au (1999), no prefácio à terceira edição, afirma que “um dicionário é, por excelência, uma obra dinâmica” e que: “A expansão da informação, nos dias atuais, é constante, e, conseqüentemente, o surgimento de novas tecnologias; a língua se modifica por exigência das várias áreas científicas, literárias, etc., e ainda pela boca do povo”. Diferentemente de HouE (2001), apresenta em sua lista de abreviaturas a rubrica “neologismo”, porém, sua utilização no corpo do dicionário é extremamente rara<sup>116</sup>.

Em ambos, o que se percebe é que não há uma preocupação específica com esse tipo de unidade, não se diz ao usuário que a palavra que ele busca é nova e, por isso, mais instável na língua. Ela é simplesmente inserida no dicionário num dado momento, sem a informação de que estava ausente em edições anteriores. Aparentemente, essa inserção só ocorre quando se aposta na permanência da nova palavra na língua, isto é, quando ela já adquiriu certa “estabilidade” – e, pelos critérios cronológico e psicológico, deixou de ser um neologismo.

Apesar de não dispensar um tratamento especial aos neologismos, HouE (2001) menciona uma “gradação normativa” que se poderia aplicar a eles e, muitas vezes, se lha aplica. Distingue formas “preferenciais” e “não preferenciais”, formas “mais corretas” e “menos corretas” e palavras ou formas “a evitar” - além de formas “mais usadas” e “menos usadas” e “uso impróprio” (como se viu, o uso também pode ser um “critério de correção”).

---

<sup>116</sup> Das unidades apresentadas como neológicas neste trabalho, somente *agilizar* apresenta a rubrica “neologismo” em AuE (2004, s.v.).

Por “forma não preferencial” entende “aquela julgada *menos boa* que outra ou outras [grifo nosso], geralmente por estar mais afastada morfológica ou graficamente de seu étimo do que estas”. “Mais correto” e “menos correto”, explica, “foram fórmulas criadas para caracterizar vocábulos diferentes, e não formas variantes de um mesmo vocábulo, como no caso da forma preferencial e forma não preferencial”. Em seu grau mais elevado de normatividade, está a “palavra ou forma a evitar” – “por preferência de ordem terminológica” ou “por vício de formação”. Neste caso, HouE (2001) sequer apresenta definição, apenas escreve “palavra a evitar” e indica outra forma para substituí-la. No verbo *rebutar*, por exemplo, encontramos o seguinte: “palavra a evitar, [sc. substituir] por **reinicializar** □ GRAM/USO verbo malformado e inútil, por a língua já contar com os vernáculos *religar*, *repôr em funcionamento*, *reiniciar* etc”.

Podemos comparar essas expressões utilizadas em HouE (2001) – formas preferenciais, formas mais corretas, palavras a evitar etc. - à proposta classificatória de Rabanales (1984, p.53), examinada no terceiro capítulo deste trabalho (item 3.2.4). Aquilo que HouE (2001) chama de “palavra a evitar por preferência terminológica ou vício de formação” poderia se enquadrar nas categorias “exato/inexato” ou “necessário/desnecessário” do autor. Os estrangeirismos e formas aportuguesadas corresponderiam às classificações de “falso” e “genuíno”.

Já um paralelo entre o que cada um chama de “formal/informal” exigiria algumas ressalvas.

A linguagem formal em HouE (2001) é aquela “de uso culto, literário ou não literário, empregada no vocabulário poético e no vocabulário solene (oratória acadêmica, religiosa etc.) ou na linguagem dita esmerada”. A linguagem informal em HouE (2001) é a “denominação genérica para as palavras, locuções ou acepções classificadas em outras fontes como popularismos, plebeísmos, gíria, linguagem familiar e linguagem infantil”.

Para Rabanales (1984, p.53), porém, a categoria “formal” existe apenas em oposição à categoria “informal”, isto é, o “formal” corresponde a tudo o que não é “informal”, a todo o conteúdo neutro, não-marcado, do dicionário. Por exemplo, *relaxamento* seria formal para ele, já que *relax* contemplaria a categoria informal; enquanto, para HouE (2001), *relaxamento* seria neutro, reservando-se a categoria formal, como já disse, para aquelas unidades de “uso culto [...], empregada[s] no vocabulário solene [...] ou na linguagem dita esmerada”.

Em relação à categoria “culto/inculto”, podemos dizer que HouE (2001) registra apenas o que se tem por “culto” (incluindo os registros formal e informal, isto é, popularismos, plebeísmos etc.). Unidades “incultas”, como *\*mendingo* (em vez de *mendigo*), *\*tauba* (em vez de *tábu*a), *\*fumo* (em vez de *fomos*) e *\*vortemo* (em vez de *voltamos*), não constam em suas páginas.

As duas propostas aparecem confrontadas na tabela a seguir:

Quadro 5: Propostas em HouE (2001) e Rabanales (1984)

HouE (2001)			Rabanales (1984, p. 53)	
<b>menos correto:</b> <i>basquetebol</i>	<b>mais correto:</b> <i>bola-no-cesto</i>	vocábulos e formas variantes de um mesmo vocábulo <sup>117</sup> julgados mais ou menos bons que outro(s), geralmente por estarem mais afastados morfológica ou graficamente de seus étimos do que este(s).	Propõe substituir os termos “mais correto” e “menos correto” pelos termos abaixo:	
<b>forma não-preferencial:</b> <i>abreugráfico</i> <i>absenteísta</i>	<b>forma preferencial:</b> <i>abreográfico</i> <i>absentista</i>			
<b>[fr.]<sup>118</sup>:</b> <i>bureau</i>	<b>forma aportuguesada:</b> <i>birô</i>		<b>falso:</b> <i>carnet, box</i>	<b>genuíno:</b> <i>carné, boxeo</i>
<b>forma ou palavra a evitar:</b>  <i>flavorizante</i>    <i>rebutar</i>	<b>[substituir por:]</b>  <i>aromatizante, condimentante, odorizante</i>    <i>reinicializar, religar, reiniciar</i>	formas a evitar, ou não, por preferência terminológica ou por vício de formação	<b>inexato:</b> <i>antiproyecto, antidiluviano, restrospectivo</i>	<b>exato:</b> <i>anteproyecto, antediluviano, retroactivo</i>
			<b>desnecessário:</b> <i>explotar, concretar/ explosar e esplosionar, concretizar</i>	<b>necessário:</b> <i>explotar, concretar</i>
<b>mais usado:</b> <i>basquetebol</i> <i>absenteísta</i> <i>azaléia</i>	<b>menos usado:</b> <i>bola-no-cesto</i> <i>absentista</i> <i>azálea</i>			
[todo o conteúdo do dicionário, formal e informal]	—		<b>culto:</b> <i>anduve, anduvier</i>	<b>inculto:</b> <i>andé, andara</i>
<b>formal:</b> <i>lucíssonos</i>	<b>informal:</b> <i>bumbum, salafrário</i>		<b>formal:</b> <i>dinero, bello, deglutir</i>	<b>informal:</b> <i>plata, lindo, tragar</i>

<sup>117</sup> “Forma preferencial” e “forma não-preferencial” se referem a formas variantes de um mesmo vocábulo (ex: *abreográfico* e *abreugráfico*) e “mais correto” e “menos correto”, a vocábulos diferentes (ex: *bola-no-cesto* e *basquetebol*).

<sup>118</sup> Neste caso, o exemplo é de um francesismo, mas poderia ser [am.], de americanismo, ou outro.

No verbete *bola-no-cesto*, temos, em HouE (2001), as indicações “mais correto” e “menos usado” que *basquetebol*. Porém, se o uso, a frequência, também é um critério de “correção”, a indicação “mais correto” não nos parece adequada. HouE (2001) não informa que a forma reduzida *basquete* é ainda mais usada que as formas *basquetebol* e *bola-ao-cesto*; apenas a remete à *basquetebol*.

HouE (2001), como se disse, não explica o seu entendimento sobre os neologismos (nem sequer contempla marcas de uso para eles), porém dois exemplos nos mostram a forma incoerente com que os trata:

a) Classifica o verbete *aistórico*, com datação de 1930, como uma “forma neológica controversa”:

**aistórico.** /a-is/ adj. (c1930) menos cor. e mais us. que *anistórico* □ ETIM form. neológica controversa; propõe-se como forma alternativa *anistórico*, vocábulo calcado no pressuposto de que o *a-* privativo grego toma a forma *an-* antes de vogal, o que é verdade quando não se trata de vogal aspirada - precisamente o caso de *histórico*, do gr. *Historikós*

b) Identifica como “neologismo” o verbete *lucivelo*, do século XIX:

**lucivelo.** s.m. (sXIX cf. AGC) B m.q. *abajur* □ ETIM lat. *luci*, de *lúx, lúcis* 'luz' + lat. *velo*, abl. de *vélum, í 'véu'*; segundo AGC, este neologismo foi proposto em 1889 por Antônio de Castro Lopes (1827-1901, filólogo brasileiro), para traduzir o fr. *abat-jour* □ SIN/VAR *lucivéu*; ver tb. sinonímia de *abajur*

Por outro lado, uma forma que poderíamos classificar como neológica não recebe marcação alguma<sup>119</sup> em HouE (2001):

**agilizar.** v. 1 t.d. e pron. fazer de maneira ágil ou tornar-se mais ágil; imprimir rapidez, velocidade a <a. o trabalho> <agilizaram-se sem perder a eficiência> 2 t.d. fig. tornar desembaraçado, leve, vivo <precisava a. o diálogo da peça> 3 t.d. fig. produzir, provocar o desenvolvimento de <a ginástica agiliza o corpo> <a leitura agiliza o espírito> □ f. menos us.: *agilizar* □ USO a forma canônica *agilizar* tende, no Brasil, a arcaizar-se □ ETIM ágil + *-izar*; a formação *adj.* + *izar*, esp. em *adj.* terminado em *-l* + *-izar* - *pluralizar*, *rivalizar*, *finalizar* etc. - acusa uma frequência quase dez vezes maior que *adj.* terminado em *-l* + *itar*: *facilitar*, *debilitar*, *habilitar*, *possibilitar*, *reabilitar*; ver *ag-* □ SIN/VAR ver sinonímia de *estimular* □ ANT ver antonímia de *estimular*

<sup>119</sup> Em AuE (2004, s.v.), *agilizar* está marcada como “neologismo”.

Em nossa opinião, os dicionários deveriam apresentar de forma clara a marcação “neologismo” acompanhada de outras marcações, como as sugeridas por Rabanales (1984, p.53) e as próprias marcações já utilizadas em HouE (2001) e AuE (2004).

Esse reconhecimento é importante para que o usuário do dicionário saiba que determinada unidade é recente e, portanto instável, e possa escolher utilizá-la ou não com consciência desse fato.

## 6 PROPOSTAS

Os manuais de redação e estilo dos grandes jornais adotam uma postura claramente normativa em relação aos neologismos (ou a tudo aquilo que não consta no dicionário). Instruem o jornalista a evitá-los de maneira geral<sup>120</sup> e particular<sup>121</sup>, porém, em muitas situações, contradizem sua própria determinação, como, por exemplo, ao sugerirem as formas *mi* e *bi* (não dicionarizadas), no lugar de *milhão* e *bilhão* (MaFSP (2006, s.v.)). Além disso, a regra geral que condena os neologismos contraria o que se observa na prática jornalística, isto é, nas páginas dos jornais, nas quais se vê diariamente a proliferação de novas palavras, como *albergueiro*, *burkini* (ZH, 06/12/06, p.1-2), *superbombearam*, *manchetou*, *mascalzone*, *superpasta*, *mensalão*, *personal trainer* e *torpedear* (FSP, 02/12/06, p.A1-A4).

Os manuais não conseguem, nem poderiam, apresentar todos os casos controversos um a um, todas as palavras novas à medida que elas surgem. Assim, por mais “confortante” que possa ser para o jornalista encontrar neles pelo menos algumas dessas palavras com seus respectivos “receituários”, isto é, com a indicação de como devem ser utilizadas (ou de quando devem ser vetadas), as soluções simplistas por vezes apresentadas e a incoerência de alguns argumentos acabam por anular o alento inicial.

Uma visão mais ampla do problema, no entanto, como se tem tentado apresentar neste trabalho, poderá levar a orientações mais claras.

No primeiro capítulo, após a introdução, identificamos tipos de neologismos quanto a:

- a) sua procedência;
- b) os algoritmos que os produzem.

No capítulo anterior, constatamos que o tratamento dispensado a essas unidades difere conforme o gênero jornalístico, a categoria, a editoria e o veículo<sup>122</sup>.

Temos, desse modo, o seguinte conjunto de variáveis:

---

<sup>120</sup> Cf. MaFSP (2006, s.v. *neologismos*) e MaESP (1997, s.v. *palavras inexistentes*).

<sup>121</sup> Cf. MaFSP (2006, s.v. *falsas traduções*) e MaESP (1997, s.v. *agilizar, apoioamento, sediar*).

<sup>122</sup> Detivemo-nos ao veículo jornal.

Categorias e gêneros jornalísticos:

Quadro 6: Categorias e gêneros

Categorias	Jornalismo informativo	Jornalismo opinativo
Gêneros	Nota Notícia Reportagem Entrevista	Editorial Coluna Comentário Crônica Artigo Resenha

Editorias (divisão por temas) identificadas em dois jornais de circulação nacional:

Quadro 7: Editorias

<i>Folha de S. Paulo</i>	<i>O Estado de S. Paulo</i>
Brasil	Nacional
Mundo	Internacional
Dinheiro	Vida
Cotidiano	Esportes
Ilustrada	Caderno 2
Ciência	Cidades
Esporte	Economia & Negócios

Tipos de neologismos quanto à sua procedência:

Quadro 8: Procedência

Vernáculos	Estrangeiros
------------	--------------

Tipos de neologismos quanto aos algoritmos que os geram:

Quadro 9: Algoritmos

Tipos de neologismos	
Por processos formais (novo significante)	Combinação Conjuntos finitos: derivados (formados por afixos)  Conjuntos infinitos: compostos por integração: homolexêmicos ou heterolexêmicos por integração parcial: morfêmicos ou não-morfêmicos  Redução "abreviação", "truncação", "derivação regressiva"
Por processos sêmicos (novo significado)	Figuras de linguagem, etimologia popular, atração homonímica, empréstimo semântico
Por processos de incorporação de signo	Estrangeirismos, empréstimos, onomatopéias, decalques sintagmáticos, gírias, regionalismos, idioletos, termos (os quatro últimos, dependendo do enfoque)
Por transposição funcional	Substantivos que se tornam adjetivos, verbos e advérbios que se tornam conjunções, qualquer palavra que se torna substantivo etc.

Trataremos de cada um desses tipos a seguir; primeiramente, quanto à sua procedência e, mais detidamente, quanto aos algoritmos que os geram, confrontando-os com categorias, gêneros jornalísticos e editoriais.

### 6.1 PROPOSTAS DE ACORDO COM A PROCEDÊNCIA

Em relação à sua procedência, os neologismos podem ser vernáculos ou estrangeiros.

### 6.1.1 Estrangeiros

Quando o neologismo que tivermos em mente for estrangeiro, devemos primeiramente levar em conta se existe já um equivalente para ele na língua, isto é, se o elemento forâneo é “necessário” ou “desnecessário”, conforme a terminologia de Rabanales (1984, p.53). Às vezes, uma palavra estrangeira parece ser a única (ou a melhor) opção para exprimir um conteúdo numa determinada situação. Porém, se a palavra já tiver um equivalente em português, a escolha do estrangeirismo pode ser tomada como de “mau-gosto”. Segundo Bechara (2004, p.2):

Hoje o fator impulsionador [*sc.* para o emprego excessivo de expressões de língua inglesa] é o esnobismo, a imaturidade, a inconsciência da cidadania, que vê, no termo ou expressão estrangeira, o esforço de marcar a superioridade do outro em detrimento e menosprezo do nacional. É o traço, aparentemente inocente, da falência da cidadania, que não mede a distância de chamar *mouse* ao que seria *rato* ou *ratinho* e dar nomes estrangeiros, como ultimamente foi divulgado pela imprensa, a ruas de favelas do Rio (*Hide Park*), de títulos de prédios residenciais e comerciais. Chamar a um edifício *Green Park* parece mais elegante ou enganador do que outra denominação com a prata da casa. Faltou aqui bom senso e bom gosto que sobraram a quem a prédio recém-construído no Rio de Janeiro deu o nome de *Varandas de Olinda*.

Bechara (2004, p.1-2) distingue esse fenômeno atual (decorrente, segundo ele, do esnobismo e da infantilidade) de outros movimentos anteriores na história da língua impulsionados então pelo contato cultural e artístico natural entre nações. Para ele, portanto, não é mero purismo lingüístico o esforço de se conter o excesso de estrangeirismos na língua portuguesa. O autor exagera, porém, a nosso ver, ao defender como oportuna e louvável “qualquer medida legal que ponha cobro a essa pletora de estrangeirismos que não nos chegam pela via do progresso cultural, artístico e tecnológico”. Usando as palavras de Matus (2006, p.16), a língua se defende sozinha (cf. também FARACO, 2001).

Os jornalistas podem, é claro, utilizar unidades estrangeiras em seus textos – ou aportuguesamentos – e os manuais podem e devem orientá-los para que o façam de maneira consciente, como um recurso expressivo conforme aos princípios da linguagem jornalística (explicitados no capítulo anterior), em decorrência do domínio do idioma e não de sua ignorância. Nem sempre é isso que fazem, como se viu também no capítulo anterior.

Assim, constatamos as seguintes possibilidades:

a) A unidade estrangeira pode ser incorporada à língua tal qual em seu idioma de origem e ser necessária, por não possuir equivalente na língua receptora, como *piercing*.

b) A unidade estrangeira pode ser incorporada e adaptada morfológicamente à língua receptora, como *escâner*, e, ao mesmo tempo, conviver nesta mesma língua com a forma original (*scanner*). Neste caso, será papel dos manuais e dos dicionários indicar qual a forma mais usual ou recomendada em dado momento.

Quando ainda não há uma forma aportuguesada em outros meios (trabalhos científicos, peças publicitárias, livros), uma maneira de a imprensa sugerir-la é grafar sua pronúncia entre parênteses, ao lado da forma original.

O MaFSP (2006, s.v. *palavras estrangeiras*) declara que é função do jornalista criar equivalentes sempre que possível ou aportuguesar a grafia de palavras de outras línguas. Porém, se tomada esta orientação literalmente, os jornalistas poderiam se sentir livres para escrever *imeil* e *ouié*, em vez de *e-mail* e *oh yeah*, como o faz, de fato, o colunista Davi Coimbra, conforme se viu no capítulo 2 (item 2.3.1.3), por questões de estilo. Não se trata, nesse caso, de uma linguagem jornalística, mas de um idioleto. Ele pode julgar que o “seu leitor” conhece o seu estilo e entende os temas abordados e, por isso, será capaz também de entender ou aceitar certas formas inventadas. Naturalmente, ao adotar essa postura, o colunista também assume o risco de não ser compreendido ou receber desaprovação.

Já em um texto informativo, noticioso, impessoal, dirigido ao maior número possível de leitores e no qual a assinatura do autor não tem importância, a orientação do manual de se aportuguesarem palavras estrangeiras só pode significar, a nosso ver, que: diante de duas unidades que convivem na língua, uma aportuguesada e outra não, opte-se pela primeira; e não que se promovam aportuguesamentos *ex-nihilo*. Mesmo assim, se a forma original estrangeira já estiver sendo amplamente usada, o jornal estará indo contra o princípio da máxima clareza ao escolher uma forma aportuguesada pouco reconhecida entre os falantes. As unidades *skate* e *esqueite* ilustram a questão: HouE (2001, s.v.) registra ambas as formas, sem informar, no entanto, qual a mais usada (embora preveja marcas de uso para tais situações em sua introdução, como vimos no item 5.4). Pela maneira como são apresentadas no dicionário, supõe-se, porém, que a forma mais usada seja *esqueite*, uma vez que em sua microestrutura encontra-se a definição da palavra, enquanto em *skate* há apenas uma remissão para a forma aportuguesada. Uma pesquisa no *Google* (e a própria intuição dos falantes)

desfaz essa suposição, revelando 1.050.000 ocorrências para *skate* e apenas 378 para *esqueite*<sup>123</sup>.

Para efeito de comparação, mostramos na tabela a seguir o número de ocorrências no Google e a presença ou ausência em obras de referência lexicográfica das palavras citadas (*skate*, *scanner*, *staff* e *stress*), cujas propostas de aportuguesamento de certo modo se assemelham, e de seus respectivos derivados.

---

<sup>123</sup> É interessante notar que *skate* gera os substantivos *skatista* (83.500 ocorrências no *Google*, ausente no *VOLP*) e *esqueitista* (377 ocorrências no *Google*, presente no *VOLP*), mas verificam-se apenas 42 ocorrências para *skatear* (ausente no *VOLP*) e duas para *esqueitear* (ausente no *VOLP*), enquanto *scanner* registra 1.130.000 ocorrências no *Google*, contra 31.600 para *escâner*, que gera *escanear* (190.000 ocorrências), *escanerizar* (45 ocorrências), *escaneador* (780 ocorrências), *escaneadora* (22.200 ocorrências), *escaneamento* (65.800 ocorrências), *escanado* (142 ocorrências), *escanar* (126 ocorrências) todas presentes no *VOLP*, e *escaneado* (23.200 ocorrências, ausente no *VOLP*).

Quadro 10: Ocorrência de empréstimos e estrangeirismos em obras de referência<sup>124</sup>:

Unidades	Google <sup>125</sup>	VOLP	HouE (2001)	AuE (2004)
<i>skate</i>	1.050.000	sim	sim	sim
<i>skatista</i>	83.500	<b>não</b>	<b>não</b>	<b>não</b>
<i>skatear</i>	42	<b>não</b>	<b>não</b>	<b>não</b>
<i>skater</i>	92.800	sim	sim	<b>não</b>
<i>esqueite</i>	378	sim	sim	<b>não</b>
<i>esqueitista</i>	377	sim	sim	<b>não</b>
<i>esqueitear</i>	2	<b>não</b>	<b>não</b>	<b>não</b>
<i>scanner</i>	1.130.000	sim	sim	sim
<i>escâner</i>	31.600	sim	sim	<b>não</b>
<i>scanear</i>	37.000	<b>não</b>	<b>não</b>	<b>não</b>
<i>escanear</i>	190.000	sim	sim	sim
<i>escanar</i>	126	sim	sim	<b>não</b>
<i>escanerizar</i>	45	sim	sim	<b>não</b>
<i>escaneado</i>	23.200	<b>não</b>	sim	<b>não</b>
<i>escanerização</i>	536	sim	<b>não</b>	<b>não</b>
<i>escaneirização</i>	5	<b>não</b>	sim	<b>não</b>
<i>escaneador</i>	780	sim	sim	Sim
<i>escaneadora</i>	22.200	sim	sim	<b>não</b>
<i>escaneamento</i>	65.800	sim	sim	sim
<i>staff</i>	1.130.000	sim	sim	sim
<i>estafe</i> <sup>126</sup>	9.100	sim	sim	não
<i>stress</i>	1.660.000	sim	sim	sim
<i>estresse</i>	1.340.000	sim	sim	sim

<sup>124</sup> Evidentemente, o Google não tem o mesmo sentido de referência lexicográfica dos demais instrumentos citados por não apresentar definições nem dados sistematizados, mas o incluímos aqui por acreditarmos que ele pode oferecer pistas relevantes do uso de unidades léxicas.

<sup>125</sup> Número de ocorrências em páginas em português. Acesso em dez.2006.

<sup>126</sup> Esta forma está presente em AuE (2004, s.v. *estafe*) como: “Massa composta de gesso-crê, gesso-estruque e estopa [...]”, e o número de ocorrências no *Google* reflete também essa significação e não apenas aquela da forma portuguesa de *staff*.

As diferenças verificadas indicam que o critério para o acolhimento dessas unidades nos instrumentos mencionados não é necessariamente o uso real; tampouco é o mesmo para todos, já que, para o VOLP e para HouE (2001), por exemplo, as unidades *skate*, *scanner* e *staff* já foram aportuguesadas para *esqueite*, *escâner* e *estafe*, enquanto AuE (2004) registra apenas os originais estrangeiros.

Diante desse quadro de divergências, acreditamos que o jornalista possa fazer uso de um instrumento como o Google e de sua própria intuição de nativo falante ao optar por uma forma ou outra.

c) Às vezes, uma unidade estrangeira é adaptada morfológicamente, porém de forma desnecessária (como *nominado*<sup>127</sup> e *customizar*, do inglês *nominated* e *to customize*), já que existem equivalentes para ela na língua receptora (*indicado* e *personalizar*), ainda que, numa coluna social, por exemplo, possa-se, eventualmente, considerar mais “charmoso” *customizar camisetas* do que *personalizá-las*.

d) A unidade estrangeira (por exemplo, *to realize*) também pode ser traduzida equivocadamente gerando falsos cognatos (*realizar*), que os manuais devem apontar e tentar conter, evitando confusão entre os leitores.

e) A unidade pode ser traduzida literalmente quando possuir um conteúdo metafórico que se pretende manter na língua receptora, como *hard disk*, cujo equivalente em português se torna *disco rígido*, e *mouse*, que, em espanhol, vira *ratón*.

Essas possibilidades, vistas nos itens *a*, *b*, *c*, *d* e *e*, estão representadas na tabela a seguir:

---

<sup>127</sup> A forma *nominado* teria sua origem nas transmissões ao vivo da cerimônia do Oscar, quando os profissionais contratados para narrar o evento muitas vezes confundem-se ao realizar a tradução simultânea e criam formas desconhecidas no português a partir do inglês. Assim *nominated* é apressadamente “traduzido” como “nominado”, no lugar de “indicado”.

Quadro 11: Estrangeirismos e empréstimos necessários e desnecessários conforme a identificação de equivalentes na língua receptora e o uso

Exemplos	Originadas a partir de:	Equivalentes em português	Uso ( <i>Google</i> ) em relação ao equivalente <sup>128</sup>	Necessidade
<i>piercing</i>	<i>piercing</i>	–	–	necessário
<i>scanner</i>	<i>scanner</i>	<i>escâner</i>	1.130.000 ocorrências, contra 31.600 para <i>escâner</i>	aparentemente desnecessário por ter equivalente, mas mais usado, mais reconhecido entre os falantes
<i>skate</i>	<i>skate</i>	<i>esqueite</i>	1.050.000 ocorrências, contra 378 para <i>esqueite</i>	aparentemente desnecessário por ter equivalente, mas muito mais usado, muito mais reconhecido entre os falantes
<i>nominado</i>	<i>nominated</i>	<i>indicado</i>	178.000 ocorrências	desnecessário
<i>customizar</i>	<i>to customize</i>	<i>personalizar</i>	95.500 ocorrências	desnecessário, exceto em situações especiais
<i>assumir</i>	<i>to assume</i>	<i>supor, considerar</i>		desnecessários
<i>realizar</i>	<i>to realize</i>	<i>perceber</i>		
<i>disco-rígido</i>	<i>hard disk</i>	–		necessários
<i>cachorro-quente</i>	<i>hot dog</i>			

O exemplo *piercing* revela que a palavra é necessária por não possuir equivalente na língua portuguesa.

O dicionário deveria se limitar a registrar os estrangeirismos e empréstimos na língua receptora, em vez de sugerir formas com pouco ou nenhum respaldo no uso. A criação de

<sup>128</sup> Em páginas em português.

palavras parte dos falantes comuns da língua, conforme o seu conhecimento e as suas necessidades, e não da vontade ou do gosto dos estudiosos da língua, que é feita de consenso. Assim, apesar de uma possível “preferência” em HouE (2001), como vimos à página 99, pela forma *esqueite*, a original *skate* continua sendo mais usada – ainda que, futuramente, graças ao efeito normativo que os dicionários exercem (v. capítulo 4) – esta situação possa vir a se modificar.

As duplas *scanner/escâner* e *skate/esqueite* são dois casos bastante similares. Houve em cada um a dicionarização da forma original e da forma aportuguesada, porém observa-se um número bem mais significativo de ocorrências para a forma *escâner* do que para *esqueite* (apesar de as duas datarem do mesmo ano, conforme HouE (2001, s.v.)). O não-reconhecimento da forma aportuguesada *esqueite* pelos falantes acaba tornando o original *skate* “necessário”.

*Nominado* e *customizar* também parecem refletir uma mesma situação (a de palavras “desnecessárias” por já possuírem equivalentes na língua), mas dizer *customizar*, em vez de *personalizar*, é já em si uma forma mais “personalizada” de se expressar e, por isso, preferida (e “necessária”) em certas situações.

### 6.1.2 Vernáculos

Quando tratarmos de neologismos vernáculos, devemos ter em mente duas forças que podem se manifestar em direções opostas:

a) a criatividade, a atratividade, a originalidade, que são bem vindas no texto jornalístico (v. capítulo anterior);

b) a necessidade de compreensão, de entendimento, de clareza, de se atingir o maior número possível de pessoas, fundamentais no jornalismo.

Naturalmente, a criatividade, a originalidade das formas, a inovação são qualidades positivas, que enriquecem um texto. Na linguagem literária, são próprias dos grandes escritores, como Guimarães Rosa, cujo léxico singular chega a dar origem a dicionários

dedicados exclusivamente a explicá-lo. No texto jornalístico, porém, como se salientou muitas vezes, o entendimento, a clareza estão acima desses valores. A palavra mais simples, mais fácil é quase sempre a preferencial. Por isso, deve-se ponderar no momento de se optar por um neologismo se este vai facilitar o entendimento ou dificultá-lo. Isso vai depender do tipo de neologismo, do tipo de texto jornalístico de que se está tratando e do leitor que se pretende atingir<sup>129</sup>, como procuraremos detalhar adiante. Não basta, portanto, uma regra geral banindo os neologismos do texto jornalístico, como apresentam os manuais de redação.

## 6.2 PROPOSTAS DE ACORDO COM OS ALGORITMOS

Quanto aos tipos de neologismos identificados a partir dos algoritmos que os produzem, temos, como se viu no primeiro capítulo:

- processos formais (mudança de significante);
- processos sêmicos (incorporação de significado);
- processos de incorporação de signo;
- processos de transposição (mudança de função).

É importante separá-los por tipos para que possamos apresentar formas diferenciadas de se lidar com eles no texto jornalístico.

### 6.2.1 Mudança de significante

No caso dos neologismos nos quais ocorre uma mudança de significante, apoiada nos significados dos morfemas, está-se, em geral, enriquecendo a língua, utilizando-se os seus múltiplos recursos para se expressar uma idéia nova. Assim, opta-se por chamar o profissional que prepara banquetes de *banqueteiro*<sup>130</sup> e o universo dos blogs de *blogosfera*<sup>131</sup>, já que estes sintetizam um significado que, de outro modo, só poderia ser expresso por uma paráfrase.

---

<sup>129</sup> A rigor, escreve-se para **todos** os tipos de leitor – cf. MaESP (1997, 15) –, porém alguns textos especiais – como os de certos colonistas – pressupõem também um tipo especial de leitor, mais educado. A questão volta a se referir, portanto, ao tipo de texto.

<sup>130</sup> HouE (2001, s.v.).

<sup>131</sup> ZH, 20/03/2006.

O mesmo se dá com as palavras *sediar*, *agilizar*, *disponibilizar* (hoje já dicionarizadas) e *desgauchização*<sup>132</sup>.

Porém, o abuso de palavras inéditas pode ser equivalente ao que se verifica num texto rebuscado: não é errado, porém pode ser inadequado. Num texto informativo, o que conta é justamente a informação, o fato que se está relatando, por isso utiliza-se uma linguagem funcional, sem determinadas “novidades” ou termos obscuros que possam dificultar minimamente o entendimento.

Como se viu, a linguagem jornalística se situa no limite da norma culta informal com a norma culta formal e assimila, portanto, expressões populares e de gíria, capazes de aproximar o leitor. Uma expressão popular é, muitas vezes, mais atraente e expressiva do que outra mais tradicional. Por exemplo, *panelaço*<sup>133</sup>, *apitaço*<sup>134</sup> e *sapataço*<sup>135</sup> são mais expressivos do que *protesto ruidoso com* (respectivamente) *panelas*, *apitos* e *sapatos*. O mesmo se pode dizer de *projeto “pizza”* (ou *projeto-pizza*), mais expressivo e econômico em um título do que *projeto de resolução que poderia beneficiar deputados processados no Conselho de Ética*<sup>136</sup>. A expressividade, no entanto, decorre, neste caso, de um conteúdo irônico, pejorativo, que encerra uma crítica e já é, portanto, opinativo<sup>137</sup>.

O excesso de coloquialismo e a mistura de opinião e informação revelada por certas escolhas léxicas devem ser controlados porque, se todo o jornal adotar essa postura, de usar palavras “apelativas”, chamativas, o recurso acaba perdendo o efeito ou, pior, causando o efeito contrário, isto é, afastando o leitor, já que não se pode enganá-lo ou desviá-lo da informação por meio de jogos de palavras, que ele pode buscar em outros tipos de texto. Desse modo, a “regra geral” acaba sendo de se “evitar a novidade”, ainda que escrita desta maneira, num manual de redação e estilo, sem distinções ou explicações adicionais, possa causar inibição e tornar o texto jornalístico extremamente “chato” e “burocrático” (ou, nas palavras de Vivaldi (1993, 34), “torpe, cinza e insosso”), o que é um outro extremo que não se deve tampouco almejar.

---

<sup>132</sup> ZH, 19/03/2007, p.6.

<sup>133</sup> Dicionarizada em HouE (2001).

<sup>134</sup> FSP, 02/12/2006, p.A20. Não consta em HouE (2001), nem em AuE (2004).

<sup>135</sup> ZH, 04/05/2006, p.14.

<sup>136</sup> www.terra.com.br, em 12/12/2006.

<sup>137</sup> A questão que se levanta, portanto, em muitos casos não se refere apenas à possibilidade de se criarem palavras ou não, mas à velha e permanente indagação quanto aos limites entre a opinião e a informação. O jornal *Zero Hora*, por exemplo, adotou a expressão *albergueiros* para se referir aos deputados estaduais acusados de manter albergues em troca de votos; já o site da Assembléia Legislativa, que, de certa forma, representa os deputados, não utiliza esse termo por considerá-lo pejorativo.

O jornalista pode, portanto, utilizar novos significantes em textos informativos, porém com o cuidado de que esses significantes tornarão o texto mais claro e atraente, sem prejudicar, modificar ou ocultar a informação.

Em 15 textos opinativos da edição de 02/12/06 de OESP, observamos 18 novas unidades formadas a partir de elementos já existentes na língua portuguesa e, em 89 textos informativos, apenas 8; isto é, procura-se realmente evitar as novidades formais em textos noticiosos, preferindo-se formas já conhecidas do leitor. Nos textos opinativos, no entanto, os autores parecem se sentir mais livres para explorar os múltiplos recursos da língua<sup>138</sup>.

### 6.2.2 Incorporação de significado

Em relação aos neologismos formados por incorporação de significado, temos: aqueles em que essa mudança decorre de uma confusão com outra forma semelhante (atração homonímica) ou da reinterpretação de uma forma semelhante (etimologia popular); aqueles em que o conteúdo semântico de unidades estrangeiras é transferido para formas que já existem na língua receptora com outras significações; e aqueles criados a partir de figuras de linguagem, em que são explorados os amplos recursos da língua.

No primeiro caso, está-se dizendo uma coisa por outra. Seu uso não se dá por uma necessidade expressiva, nem por economia discursiva, mas por um engano, por desconhecimento da língua. É o que exemplifica Moreno (2006) ao falar de *jovial*:

---

<sup>138</sup> Em cinco editoriais de OESP (02/12/06), temos as seguintes unidades formadas por mudança de significante: *não-evento*, *reunismo*, *bolsa-família*, *emessetista* e *logotipados*. Em três artigos: *antineoliberalismo*, *anticapital*, *psico-política*, *pedagiadas* e *PPPs*. Em dois comentários: *auto-explicável*, *neo-adesistas* e *ultralight*. Em uma crítica, nenhuma. Em duas crônicas: *homem-árvore*, *galhadas*, *encariocando* e *malucão*. Em duas colunas: *Aerolula*.

Em treze notícias e reportagens nacionais, temos nenhuma. Em nove internacionais: *apitação* e *chavistas*. Em quatorze de Vida&, temos: *intergeracional* e *subnotificada*. Em dez de esportes: *pole* (redução de *pole position*). Em doze do Caderno 2: *temas-tabus* e *micro-ações*. Em quatorze de Cidades: *megaempreendimento*. Em dezessete de economia, nenhuma.

Para nós, é um adjetivo que significa "alegre, folgazão, divertido, espirituoso". Aqui está presente Júpiter (ou Jovis), o rei dos deuses, chamado de Zeus pelos gregos. Sua entrada na língua se deu através das duas irmãs, a Astrologia e a Astronomia, que eram muito mais próximas na Antiguidade Clássica do que hoje. [...] Os Romanos acreditavam que as pessoas nascidas sob a influência de um planeta apresentariam as características do deus correspondente. Júpiter era classificado pelos astrólogos como feliz, exuberante, alegre; daí o adjetivo *jovialis*, do Latim tardio, pai de nosso *jovial* e avô de *jovialidade*, *jovializar*, *jovializante*. Friso que este vocábulo e seus descendentes nada têm a ver com *jovem* e *juventude*, que vêm de família completamente diferente; no entanto, a grande semelhança entre os dois radicais (e o desconhecimento da origem mitológica de *jovial*) está fazendo muita gente usar um pelo outro! Todo dia encontro artigos que falam de "pele jovial", "roupa jovial", "corte de cabelo mais jovial", onde está clara a referência a "jovem". Evolução? Não mesmo; a perda de uma diferença na língua sempre será um momento de luto, porque nos empobrece. Mirem a clareza do bom Moraes: "Jovial - amigo de rir, e fazer rir"! E o Machado, então? O exemplo que trago, do conto *Uma Noite*, fala mais que qualquer dicionário: "Isidoro não se podia dizer triste, mas estava longe de ser jovial". Precisa mais?

Muitas vezes, ocorre, a longo prazo, um “esquecimento” do significado de certos termos; isso não significa, no entanto, que, a curto prazo, deva-se simplesmente aceitar esse novo significado (que temos, por exemplo, nos falsos amigos). Como explica AuE (2004):

Eventualmente, um uso equivocado de início pode generalizar-se e fazer esquecer o sentido tradicional. O adjetivo *patético* deriva-se do vocábulo grego *páthos* (radical *pato-*), “sentimento, dor”. Designaria algo muito sentido, muito doído. Uma cena terrivelmente humana, de grande apelo emocional, como o sofrimento causado pela guerra ou pela fome, seria, literalmente, *patética*. Entretanto, o uso coloquial associa o termo ao substantivo *pateta*, derivado de *pato*. *Patético* passa a ser algo “grotesco, ridículo”. O sentido não só se alterou como chegou a ser antagônico ao original.

**Mas tais casos, apesar de facilmente observáveis em períodos maiores da história da língua, não impedem que, em cada época, haja sentidos válidos e sentidos condenados para o conjunto de palavras do idioma [grifo nosso].**

Do ponto de vista normativo, o desconhecimento do sentido-padrão de um vocábulo pode levar a que nossos enunciados não “signifiquem exatamente o que queremos dizer”, de modo que nossas palavras serão ou poderão ser compreendidas (até por cinismo) em sentido diferente do que foi nossa intenção.

No limite, esse desconhecimento pode constituir-se um problema social e político para o indivíduo ou o grupo que dele sofram.

A unidade *patético* é um exemplo de palavra cuja mudança de significado se tornou inevitável a longo prazo. *Jovial* poderá ter o mesmo destino, mas no momento, isto é, a curto prazo, ainda reconhecemos seu significado original e devemos observá-lo.

Os neologismos formados por atração homonímica são um fenômeno comum na língua, porém devem ser evitados pelo jornalista, já que expressam um conteúdo diverso daquele pretendido. O mesmo se dá com alguns decalques ou empréstimos semânticos que podem ser considerados traduções mal-feitas, como *nominar* (no lugar de “indicar”), *assumir* (no lugar de “admitir”) e *realizar* (no lugar de “perceber”).

As palavras criadas por etimologia popular no significado que lhes atribui Melo (2001, p.227-228; v. item 2.3.1.2 deste trabalho) também expressam um conteúdo diverso do pretendido, ainda que haja um esforço de interpretação por parte de quem as formula para que façam algum sentido.

As figuras de linguagem são um mecanismo que, assim como as mudanças por significante, exige e revela criatividade e conhecimento da língua e de seus recursos, enriquece o texto, por isso não pode ser condenada no texto jornalístico. Deve-se, porém, estar atento a duas questões:

a) Novamente, deve-se ter em mente se a figura não confunde mais do que esclarece a mensagem a ser dada. Em literatura, pode ser aceitável fazer o leitor pensar e descobrir mensagens subentendidas; no texto informativo, porém, esse recurso deve ser usado com alguma parcimônia, pois, a informação deve chegar de forma rápida e direta para o leitor. A figura deve facilitar o entendimento do texto e não dificultá-lo. Se o relato for, por exemplo, de uma experiência científica complexa, que em sua origem, teria muitos termos técnicos, vale simplificá-la por meio de imagens equivalentes, por meio de metáforas, como exemplifica o MaFSP (2006, “padronização e estilo”, s.v. *metáfora*): “Placas tectônicas são balsas que carregam os continentes sobre um mar de rocha incandescente”. Quando usadas por uma personalidade, costumam ser reproduzidas pelo impacto ou “colorido” que dão à notícia: “o PMDB é um *elefante com dislexia*” (declaração do deputado Ciro Gomes (OESP, 02/12/06, p.A7)) ou “é como se fôssemos cinco *ararinhas azuis*” (Aguinaldo Silva, em entrevista a OESP, 02/12/06, p.D3). Num texto informativo, impessoal, esses mesmos exemplos (*elefante com dislexia* e *ararinhas azuis*) estariam inadequados ou por lhe conferirem um caráter opinativo ou por dificultarem o entendimento.

b) No entanto, o uso de figuras de linguagem pode cair no que os manuais chamam de lugar comum, cacoetes, clichês, chavões ou modismos. A expressão *cardápio da reunião* como metáfora para o “conjunto de temas em discussão em uma reunião” pode ser atrativa e interessante quando usada pela primeira vez numa coluna assinada, por exemplo. Porém, a mesma expressão repetida várias vezes ou usada em um texto mais formal pode soar pouco

séria, superficial. A diferença de unidades como *cardápio da reunião* e *usina de idéias* de outras apresentadas ao lado delas como “expressões desgastadas pelo uso” no MaFSP (2006, s.v. *cacoetes de linguagem*), como *caixinha de surpresas*, *trocar figurinhas*, *a toque de caixa* e *abrir com chave de ouro* é que estas já estão praticamente lexicalizadas, isto é, ainda que suas origens metafóricas possam ser percebidas, os conteúdos originais – literais, denotativos – foram já suplantado pelos conotativos.

Não se pode, portanto, falar de uma regra única para esse tipo de neologismo – por incorporação de significado. Como se trata de formas que já existem na língua, deve-se verificar se elas mais esclarecem ou mais confundem o leitor. As atrações homonímicas, as etimologias populares e alguns empréstimos semânticos mais o confundem, pois, em geral, significam algo diferente do pretendido e se confrontam com outras formas que já cobrem esse significado pretendido. Alguns empréstimos semânticos, porém, são necessários por trazerem consigo da língua original um conteúdo metafórico que não se utilizava na língua receptora, mas que era possível, enquanto as figuras de linguagem são necessárias quando auxiliam a compreensão de um tema e desde que não se tornem lugar-comum – caso contrário, afastariam o leitor.

### 6.2.3 Incorporação de signo

Quanto aos neologismos criados a partir de uma incorporação de signo, temos aqueles provenientes de outras línguas históricas, os estrangeirismos, e aqueles vernáculos, de outras línguas funcionais que não a língua padrão. Os primeiros podem manter a grafia original (*e-mail*, *spam*, *chat*, *roller*), adaptar-se fonológica e graficamente (*iene*, *escâner*, *xampu*) ou ser traduzidos (*disco rígido* (do inglês *hard disk*), *cachorro-quente* (do inglês *hotdog*)). Neste último caso, temos uma incorporação de significado, que difere, porém, das traduções mal-feitas mencionadas anteriormente por não se confundirem com outras unidades da língua de destino e conservarem nesta o mesmo conteúdo metafórico da língua de origem.

Podemos considerar neologismos vernáculos os elementos de gíria, os regionalismos, idioletos e termos técnicos e científicos.

A gíria, muitas vezes, aproxima-se da linguagem coloquial, informal, que, por sua vez, constitui a base da linguagem jornalística, por isso pode, eventualmente, ser absorvida e

ampliar seu “raio de ação”, deixando de ser gíria de um grupo restrito e passando à linguagem coloquial geral (como *baratinado*, v. nota de rodapé 60 (item 3.2.4)).

Palavras próprias de determinados grupos profissionais ou áreas específicas podem entrar na linguagem jornalística quando o tema a que se referem se torna importante e recorrente no noticiário. Num primeiro momento, o termo costuma ser apresentado entre aspas e com uma explicação a respeito do seu significado (por exemplo, “‘spintrônica’, um tipo de eletrônica que usa uma propriedade quântica dos elétrons diferente da carga, como ocorre em aparelhos comuns”<sup>139</sup>). Pouco a pouco, porém, à medida que o termo se torna mais familiar, esses cuidados se tornam desnecessários (*nanodispositivos*, *nanométrica*, *nanofios*<sup>140</sup>).

Palavras novas, sejam vernáculas, sejam estrangeiras, provenientes de grupos restritos ou mesmo de um só indivíduo devem ser usadas no texto jornalístico quando não houver termo equivalente na língua geral e também quando se pretende atrair a atenção do leitor, aproximá-lo do universo que se está descrevendo. Seria adequado, por exemplo, utilizar-se de uma gíria de novela em um texto sobre novelas ou da expressão de um ministro ao se descrever uma reunião ministerial, mas o contrário provavelmente não o seria, isto é, a expressão da novela no texto sobre a reunião de governo e a fala do ministro no texto sobre novelas.

No entanto, frequentemente os jornalistas se especializam num determinado tema e assimilam a linguagem técnica ou restrita, esquecendo-se desse seu caráter específico. Castro (2002, p.152) relata que, no início dos anos 90, os ferros-velhos receptores de carros roubados passaram a ser chamados “insistentemente”, na televisão, de “desmanches” – o que incomodava muitos telespectadores, já que essa palavra “não existia na língua portuguesa” (isto é, não estava dicionarizada); havia apenas *desmancho* e *desmancha*. Segundo o autor, *desmanche* seria um “termo do jargão dos ladrões, assimilado pelos policiais, fonte em que provavelmente foram beber os repórteres que o utilizavam”. Contratado pela TV Globo para fazer um relatório diário dos telejornais, que incluía observações sobre a linguagem, o autor sugeriu aos repórteres que passassem a usar o substantivo *desmonte*, uma vez que os veículos “nascem” numa montadora e, “quando morre[m], vítima[s] dos ladrões”, são desmontados. Apesar da recomendação adequada (i.e. substituir o jargão dos ladrões por um equivalente da língua geral), a forma *desmanche* já estava assimilada e continuou a ser utilizada. Mais tarde,

---

<sup>139</sup> FSP, 02/12/06, p.A30.

<sup>140</sup> FSP, 02/12/06, ibid.

passou a constar também nos dicionários (cf. HouE (2001, s.v.) e AuE (2004, s.v.), ao passo que *desmante* conservou apenas suas acepções originais.

O exemplo demonstra, novamente, que a língua é feita de consenso e, se os manuais de redação podem orientar os jornalistas a tomarem decisões em relação a novas palavras, eles têm um limite, não constroem a língua *a priori*, podem apenas procurar aproximá-la de um ideal, sem afastá-la demais da linguagem coloquial.

#### 6.2.4 Mudança de função

Os neologismos por mudança de função são criações bastante recorrentes, já que qualquer palavra pode mudar de função para atender a uma necessidade expressiva específica indicada pelo contexto. Geralmente, são utilizados nos títulos, sintetizando expressões mais longas.

Temos, por exemplo:

Quadro 12: Neologismos por mudança de função

Títulos	Corpo da matéria
<p><b>Federais</b> estudam fim do vestibular (OESP, 02/12/06, p.A36)</p>	<p>Reitores, diretores e professores das 57 <b>Instituições Federais de Ensino Superior do Brasil</b> [...]</p>
<p>País importa menos que <b>emergentes</b> (FSP, 02/12/06, p.B4)</p>	<p>O Brasil importa pouco, comparado aos demais <b>países emergentes</b>.</p>
<p>Futebol esfria no Brasil e reacende sonho de atletas do clube dos <b>sem-equipe</b> (FSP, 02/12/06, p.D2)</p>	<p>Enquanto isso, dirigentes tentam agendar duelos amistosos dos atletas <b>“sem time”</b> contra clubes de todos os Estados e divisões do Brasil.</p>
<p><b>Mínimo</b> deverá ter ganho real (ZH, 20/12/06, p.22)</p>	<p>O governo quer incluir na Constituição uma regra permanente para o reajuste do <b>salário mínimo</b> [...]</p>
<p><b>Aérea</b> obriga passageiros obesos a comprar duas passagens (www.terra.com.br, em 20/12/06)</p>	<p>A <b>companhia aérea</b> Air France está sendo processada por um passageiro obeso que foi obrigado a comprar duas passagens por <b>“ser gordo demais”</b>.</p>

Chamar as “universidades federais” apenas de “federais” é algo corrente entre estudantes e professores, mas talvez não o seja para o público em geral, o leitor comum. Por outro lado, se a matéria está numa página com a cartola “ensino superior” e logo em seguida, no corpo do texto, lê-se “universidades federais”, o recurso se torna aceitável no título para se poupar espaço, mas não ainda no corpo do texto. O mesmo se pode dizer em relação a “emergentes” e “sem-equipe”. Neste caso, porém, a expressão não reaparece – apenas na 39ª

linha do texto é que se se faz referência aos “atletas ‘sem time’”. No último exemplo, retirado de site na internet, a redução de “companhia aérea” para apenas “aérea” ainda causa estranhamento, podendo-se confundir “Aérea” com o nome de alguma empresa. No entanto, novamente a escolha é feita para se poupar espaço. Algumas alternativas seriam:

Quadro 13: Opções de redação

Empresa obriga passageiro obeso a comprar duas passagens
Empresa obriga obeso a comprar duas passagens para voar
Empresa aérea faz passageiros obesos pagarem por dois
Empresa aérea obriga passageiros obesos a pagar por dois
Obeso é obrigado a comprar duas passagens para voar
Air France exige duas passagens de passageiro obeso
Obeso processa empresa aérea que o fez pagar por dois
(Aérea obriga passageiros obesos a comprar duas passagens)

Às vezes, inicia-se a matéria com a expressão completa para depois então reduzi-la:

Quadro 14: *Seminovos*

Primeiro parágrafo	Mais adiante
Um feirão com 5 mil <b>veículos seminovos</b> oferece até amanhã modelos de todas as marcas [...]  (OESP, 02/12/06, p.B3)	Muitos consumidores preferem comprar um <b>seminovo</b> com opcionais a um <b>popular</b> zero quilômetro básico por preço similar.

Nesse caso, independentemente de constar ou não apenas “seminovos” no título, o corpo da matéria reúne a expressão completa “veículos seminovos”. Mais tarde, porém, quando já está esclarecido que o assunto são “veículos”, reduz-se apenas para “seminovo” e “popular”, que já são familiares ao leitor em virtude, principalmente, de textos publicitários, que muito freqüentemente utilizam essas formas.

Pelos exemplos, verifica-se que a mudança de função (especialmente, de mudança de adjetivo para substantivo) é bastante comum, porém deve ocorrer de forma gradativa. Primeiro, a forma é apresentada em um contexto em que esteja claro a que ela se refere, é necessário que se fixe no corpo da matéria a expressão integral até que o leitor consiga entender a redução (e a conseqüente transposição funcional) pretendida - para que não ocorra o estranhamento que se verifica em *(companhia) aérea*. *(Atletas) sem-equipe* e *(atletas) sem-time* não passam por esse processo porque, além de estarem na página de esportes, são compreendidos facilmente por confrontação (analogia) com outras formas já lexicalizadas: *sem-terra*, *sem-teto* etc.

### 6.3 RESUMO DAS PROPOSTAS

Quadro 15: Propostas

QUADRO-RESUMO DE COMO LIDAR COM OS NEOLOGISMOS NO TEXTO JORNALÍSTICO	
QUANTO À PROCEDÊNCIA, os neologismos podem ser:	
VERNÁCULOS	<p>A aceitação de novas unidades depende do balanço das seguintes características:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• criatividade, originalidade, atratividade, de um lado;</li> <li>• clareza, simplicidade, entendimento, de outro.</li> </ul>
ESTRANGEIROS	<p>Se houver um equivalente vernáculo, este é preferível ao estrangeirismo, que se torna desnecessário ou tido como de “mau-gosto”. Ex: <i>indicado</i>, em vez de <i>nominado</i>.</p> <p>As vezes, porém, estrangeirismos aparentemente desnecessários podem ser necessários em determinados tipos de textos, mais informais. Ex: <i>customizar</i>, num texto de moda.</p> <p>Outras vezes ainda, o equivalente vernáculo indicado no dicionário não é reconhecido pelos falantes, sendo mais indicado no texto jornalístico o estrangeirismo original, mais familiar. Ex: <i>skate</i>, em vez de <i>esquete</i>.</p> <p>Se não houver um equivalente vernáculo e o estrangeirismo for pouco conhecido e de difícil tradução, se o utiliza acompanhado de explicação. Ex: <i>glasnost</i> (“transparência informativa”).</p>
QUANTO AOS ALGORITMOS QUE OS GERAM	
NOVO SIGNIFICANTE	<p>Necessários quando designarem um conceito novo que, de outro modo, só poderia ser expresso por uma paráfrase. Ex: <i>sediar</i>.</p> <p>Não recomendados, se prejudicarem o entendimento da informação.</p> <p>Às vezes, conferem caráter opinativo ao texto. Ex: <i>albergueiro</i>.</p>
NOVO SIGNIFICADO	<p>Recomendados no caso de figuras de linguagem que sirvam para esclarecer idéias complexas, mas tomando-se o cuidado de não se recair em clichês.</p> <p>Não recomendados quando seu emprego significar dizer uma coisa por outra. Ex: alguns casos de etimologia popular, atração homonímica e empréstimos semânticos.</p>
NOVO SIGNO	<p>Necessários no caso de estrangeirismos que designem um conceito novo para o qual ainda não há tradução.</p> <p>Necessários gírias que aproximem o leitor e termos acompanhados de explicação.</p>
NOVA FUNÇÃO	<p>Necessários quando resumirem um conteúdo sem prejudicar o entendimento do texto.</p>

## CONCLUSÃO

Na introdução deste trabalho e em várias páginas subseqüentes, apresentamos uma situação comum no dia-a-dia e nos manuais de redação jornalística: aquela de se dizer que uma determinada palavra não existe, porque não consta no dicionário, e que, por isso, não deve ser utilizada, mesmo que todos os interlocutores a tenham compreendido. Por serem novos, os neologismos não aparecem nos dicionários, mas nem por isso devem ser imediatamente condenados.

Como vimos no terceiro capítulo, existe uma norma ideal que reflete os usos de escritores consagrados, das pessoas cultas e também das pessoas incultas que interferem no modo de falar daquelas. Dicionaristas, gramáticos, acadêmicos e até mesmo o Estado sistematizam e atualizam essa norma.

A partir da exposição de como se constitui essa língua ideal (no terceiro capítulo) e da classificação dos tipos principais de neologismos (no segundo capítulo), pudemos constatar que:

a) Os neologismos são um fenômeno natural na língua e como tal devem ser encarados. Essa constatação é o primeiro passo para que eles possam ser integrados à norma ideal. Não há nada de errado em se usarem neologismos nos textos jornalísticos; pelo contrário, eles são, muitas vezes, indispensáveis para que se compreenda uma idéia, diferentemente do que os manuais de redação afirmam em determinados momentos, como vimos no item 4.3.5 do quarto capítulo.

b) Os neologismos, evidentemente, diferem entre si. Alguns são tidos como necessários por sintetizarem um conteúdo que, de outro modo, só poderia ser expresso por uma paráfrase (ex: *mensalão*); outros são tidos como desnecessários, supérfluos (ex: *nominar*) por já haver na língua unidades equivalentes. Outros ainda, mesmo necessários em determinadas situações, são tidos como desnecessários por se avaliá-los superficialmente, como se existissem por si sós, separados do contexto (ex: *customizar*, cujo uso, eventualmente, pode ser justificado, de acordo com o tipo de texto no qual se insere).

O jornalista pode e deve se apoiar nos manuais de redação e nos dicionários, até certo ponto, para ampliar seu conhecimento das palavras, mas sabe que não as encontrará todas nesses instrumentos e terá de fazer suas próprias escolhas, com base nos elementos que apresentamos neste trabalho.

Um desses elementos é o princípio de clareza da linguagem jornalística, isto é, o neologismo deve servir para promover a comunicabilidade, para complementar a informação e não para “enfeitá-la” ou dificultar o seu entendimento.

Esse princípio de clareza é fundamental em todo texto jornalístico, mas ainda mais no texto essencialmente informativo. Em textos opinativos, assinados, existe uma liberdade maior na utilização das palavras.

## RETOMADA DOS QUESTIONAMENTOS INICIAIS

Em resposta aos questionamentos iniciais que apresentamos na introdução do trabalho, vimos que os jornalistas lidam com a língua de forma bastante contraditória. Ora os neologismos são condenados, ora aceitos, sem questionamento.

Os neologismos devem, de fato, ser estimulados em alguns casos e vetados em outros, mas de acordo com certos critérios, com os tipos que configuram e com o texto em que se inserem, como vimos no capítulo anterior.

Além disso, dicionaristas, autores de manuais de redação jornalística e jornalistas lidarão com essas unidades neológicas de diferentes maneiras, por isso fazemos as seguintes considerações:

Para os **dicionaristas**, cabe salientar que:

a) Os neologismos devem ser reconhecidos como tais. Vimos que nos dicionários esse reconhecimento é bastante deficiente. De modo geral, os neologismos passam despercebidos, não existe uma preocupação em marcá-los.

b) O dicionário não deve se antecipar à norma real, registrando palavras não observadas no uso. Deve registrá-las tais como elas se apresentam na fala das pessoas, marcando-as com os registros correspondentes, isto é, pode dizer se uma forma é de uso popular/coloquial ou mais recomendada no uso culto, mas não sugerir aportuguesamentos *ex-nihilo*, por exemplo.

c) A marcação dos neologismos poderá ser feita pela identificação dos tipos apresentados neste trabalho: neologismos por mudança de significante, por mudança de

significado, por incorporação de signo ou por mudança de função e os subtipos que identificamos no interior desses tipos: etimologia popular, figuras de linguagem etc. A partir desses tipos e subtipos, é possível dizer preliminarmente se um neologismo é necessário ou desnecessário, genuíno ou falso, culto ou popular, mas só o texto em que se insere poderá confirmar ou não sua real necessidade – isto é, ainda que identifiquemos a unidade *customizar*, por exemplo, como desnecessária por já haver na língua um equivalente para ela (*personalizar*), o tipo de texto (mais informal, voltado para um público jovem, que aprova e utiliza estrangeirismos, por exemplo) poderá indicar a validade de sua utilização.

Para os autores de **manuais de redação jornalística**, destacamos que:

a) Assim como o dicionário, o manual de redação jornalística também não deve se antecipar à norma real indicando formas não observadas no uso ou criações *ex-nihilo*.

b) Pode contrariar a orientação do dicionário quando este não cumpre sua função, por exemplo, quando apresenta contradições ou difere de outro dicionário. Exemplo: o MaFSP (2006) orienta seus usuários a escreverem *babysitter*, *black tie* e *poeta*, em vez de *baby-sitter*, *black-tie* e *poetisa*, admitidas em AuE (2004).

c) Poderá manter uma lista a ser atualizada periodicamente, por exemplo, ano a ano, com os principais neologismos observados na língua do dia-a-dia, devidamente classificados (conforme os tipos descritos neste trabalho) e acompanhados de recomendações quanto a seu uso, inspiradas nas orientações dadas no capítulo anterior.

Para o **jornalista**, ressaltamos que:

a) Deverá conhecer a língua profundamente, pois tem responsabilidade na constituição da língua padrão, cuja necessidade está ligada ao conceito de nação.

b) Quando tiver dúvida a respeito de uma unidade, deverá consultar o dicionário ou o manual de redação.

c) Se a palavra não constar nessas obras, isso não significa que se deva condená-la ou descartá-la automaticamente. Primeiramente, é necessário avaliar:

c<sub>1</sub>) que tipo de neologismo ela configura.

c<sub>2</sub>) se é necessária, exata, se atende à necessidade expressiva que se deseja e, no caso de ser estrangeira, se não há outra na própria língua, ou se revela um desconhecimento desta.

c<sub>3</sub>) Em que tipo/gênero de texto se insere. Se é um texto opinativo, a liberdade lingüística do autor é maior, ainda que se recomende a clareza em todo tipo de texto jornalístico.

## AValiação DAS HIPÓTESES

Nossa hipótese de trabalho de que os neologismos recebem tratamento assistemático nos dicionários e manuais de redação jornalística se confirma facilmente pelos exemplos apresentados no quinto capítulo.

Como se viu, diante de uma nova unidade léxica, os manuais se apressam em vetá-la ou declará-la inexistente, como se a língua fosse uma entidade estática, imutável; porém, ao mesmo tempo, os jornais parecem ignorar essa orientação, uma vez que apresentam palavras novas a todo momento.

Nos dicionários, os neologismos não recebem marcação própria, são inseridos ao lado de unidades já consagradas há séculos na língua, como se tivessem a mesma estabilidade destas.

No mesmo capítulo, explicamos porque esse tratamento assistemático acaba anulando o mérito dos manuais e enfraquecendo a confiança que se deposita nos dicionários. Os manuais e dicionários não podem, evidentemente, conter todas as palavras em circulação no exato momento em que elas surgem, porém deveriam prever formas de lidar com elas.

A confirmação de nossa outra hipótese – de que os neologismos devem ser tratados de forma diferenciada, conforme o caso – dá-se a partir do próprio desenvolvimento e aprofundamento da primeira hipótese. O tratamento assistemático ao qual nos referimos, isto é, as contradições identificadas, ocorrem justamente porque não se pode aplicar a todos os neologismos uma mesma regra. Eles devem ser distinguidos, como fizemos no primeiro capítulo, para que então se possa avaliá-los de forma mais precisa e apresentar propostas de integração deles à norma ideal, como buscamos fazer no capítulo 6.

## LIMITES DO ESTUDO E PERSPECTIVAS

Embora tenhamos apresentado, neste trabalho, uma proposta de como os dicionários, os manuais de redação e os jornalistas devem lidar com os neologismos, nosso objeto de estudo (isto é, a dinamicidade da língua) é extremamente complexo, o que torna difícil uma sistematização total.

Uma palavra pode entrar na língua num dado momento, ser registrada nos dicionários e, pouco tempo depois, esquecida. O termo *desgauchização*, por exemplo, surgiu nos anos 1970, em razão da compra de empresas gaúchas por empresas de fora do Estado. Foi então deixado de lado, até retornar aos noticiários, recentemente, por ocasião da compra de uma empresa<sup>141</sup>. Por um lado, não podemos dizer que *desgauchização* seja, em sentido estrito, um neologismo, uma vez que não é inédito. Por outro, tampouco podemos considerá-lo integrado, fato, à língua, já que sua frequência é muito baixa.

O neologismo se caracteriza pela instabilidade, é temporário. Assim, qualquer tentativa de se classificá-lo, seja como necessário, culto, formal ou outro, será também temporária. Será necessário reexaminá-lo, mais tarde, quando já deixou de ser um neologismo, para conferir a adequação desse exame preliminar.

Além disso, um mesmo fato léxico pode ser examinado sob mais de um enfoque: uma palavra pode ter se originado a partir de um processo de incorporação de signo (por exemplo, uma gíria “importada” de uma língua funcional específica de um pequeno grupo de falantes) e, ao mesmo tempo, por um processo de mudança de significado (essa mesma gíria ter se originado de uma metáfora no interior dessa língua funcional).

É preciso conhecer a língua, avaliar oposições, comparar palavras já existentes, consultar obras de referência e perceber sutilezas. Não existem linhas divisórias bem delimitadas. Uma palavra aparentemente desnecessária, muitas vezes adquire especificidades que acabam tornando-a única em determinado contexto.

Acreditamos ter apresentado, neste trabalho, instrumentos capazes de facilitar essa avaliação, mas, naturalmente, esses instrumentos não eliminam as dificuldades de se lidar com um objeto tão complexo como a língua.

---

<sup>141</sup> “Desgauchização é tendência” (ZH, 19/03/07, p.6).

Em relação às perspectivas que este estudo oferece, identificamos: a necessidade ou a importância de uma formação lingüística mais rigorosa nos cursos de comunicação social, que auxiliaria os jornalistas a compreenderem melhor o fenômeno neológico; e a necessidade de uma maior fundamentação teórica quanto aos fatos da língua nos manuais de redação jornalística.

Julgamos ser necessária uma revisão dessas obras e um planejamento de como lidar com as novas unidades lingüísticas à medida que estas são detectadas. Parte dessa tarefa, parece-nos, já vem sendo realizada por meio do Observatório de Neologismos Técnicos e Científicos do Português Contemporâneo da Universidade de São Paulo – projeto, que, desde 1988, “procura observar, analisar e difundir aspectos da criatividade lexical”<sup>142</sup>.

Este trabalho reafirma uma série de princípios jornalísticos e estudos lingüísticos, de modo a unir ambas as atividades – jornalismo e lingüística. Pensamos, com isso, atenuar dúvidas e fortalecer a confiança de quem precisa da língua para se comunicar da melhor maneira possível, mas se sente inseguro ao encontrar contradições nas obras de referência que deveriam orientá-lo. Evidenciadas muitas dessas contradições e explicadas suas origens, os usuários dispõem de critérios para fazerem suas próprias escolhas.

---

<sup>142</sup> Conforme o texto disponível em <[www.fflch.usp.br/dlc/neo/](http://www.fflch.usp.br/dlc/neo/)>. Acesso em mar.2007.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Ieda Maria. *Neologismo: criação lexical*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola Editorial, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Preconceito lingüístico. O que é, como se faz*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.
- BARBEIRO, Heródoto; LIMA, Paulo Rodolfo de. *Manual do radiojornalismo*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BECHARA, Evanildo. *A norma culta face à democratização do ensino*. Conferência proferida no dia 4 de julho de 2000, em ciclo de palestras promovido pela Academia Brasileira de Letras. Disponível em < <http://www.portrasdasletras.com.br/pdtl2/sub.php?op=artigos/docs/normaculta> > Acesso em: jul. 2006.
- \_\_\_\_\_. Ainda outra vez: o que se entende por correção idiomática – 2. In: *Na ponta da língua*, vol. 7. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2005, 147-149.
- \_\_\_\_\_. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 2002.
- \_\_\_\_\_. Imexível não exige imexer. In: *Idioma*, nº 18. Rio de Janeiro: UERJ, 1996.
- \_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- BELTRÃO, *Jornalismo opinativo*. Porto Alegre: Sulina/ARI, 1980.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Aurélio: sinônimo de dicionário? In: *Alfa*, Revista de lingüística, v. 44. São Paulo: Unesp, 2000, 27-55.
- CAIRO, Luiz Roberto. Memória cultural e construção do cânone literário brasileiro. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, nº 25-26. Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. Salvador: Universidade Federal da Bahia, jan.-dez.2000, 381-391.
- CARVALHO, Herculano de. Correção e norma lingüística – 1. In: *Na ponta da língua*, vol. 5. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2003, 155-158.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira. Variação Dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002.
- CASTRO, Marcos de. *A imprensa e o caos na ortografia*. Com um pequeno dicionário de batatadas da imprensa. 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- COSERIU, Eugenio. A língua literária. In: MELO, Gladstone Chaves (org.). *Na ponta da língua*, vol. 2. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2000, 79-82.

\_\_\_\_\_. A perspectivação funcional do léxico. In: *Problemas da Lexicologia e Lexicografia*. Companhia Editora do Minho – Barcelos, 1979.

\_\_\_\_\_. Do sentido do ensino da Língua Literária. In: *Confluência*. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, nº 5. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 1993, 29-47.

\_\_\_\_\_. *Lições de lingüística geral*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

\_\_\_\_\_. *Sincronía, diacronía e historia* – el problema del cambio lingüístico. Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias: Montevideo, 1958.

\_\_\_\_\_. *Teoría del lenguaje y lingüística general* – cinco estudios. Madrid: Gredos, 1973.

COSTA, José Maria da. *Gramatigalhas: as migalhas gramaticais*. Disponível em: [http://www.migalhas.com.br/mig\\_gramaticais.aspx?cod=26096&lista=S](http://www.migalhas.com.br/mig_gramaticais.aspx?cod=26096&lista=S). Acesso em: 13 set.2006.

CRYSTAL, David. *Enciclopedia del lenguaje*. Ed. española Juan Carlos Moreno Cabrera. Cambridge: Taurus, 1987.

CUNHA, Celso, CINTRA, Luís F. *Nova gramática do português contemporâneo*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DAMIM, Cristina. *Parâmetros para uma avaliação do dicionário escolar*. Dissertação (Mestrado em Letras). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

DUARTE, Inês. *Gramática descritiva, língua padrão e variação*. Departamento de Lingüística Geral e Românica. Faculdade de Letras. Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2004.

ELIA, Sílvio. A língua literária 3. In: *Na ponta da língua*, vol. 4. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2002, 96-98.

\_\_\_\_\_. Mário de Andrade e a língua brasileira. In: *Confluência*. Revista do Instituto de Língua Portuguesa do Liceu Literário Português, nº 17 e 18. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português, 2000, 83-93.

ETTINGER, S. La variación lingüística en lexicografía. In: HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, 359-394.

FARACO, Carlos Alberto. Empréstimos e neologismos: uma breve visita histórica. In: *Alfa*, Revista de lingüística, vol. 45. São Paulo: Unesp, 2001, 131-148.

\_\_\_\_\_. *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. São Paulo: Parábola, 2001.

\_\_\_\_\_. Norma-padrão brasileira. Desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, Marcos (org.). *Lingüística da norma*. São Paulo: Loyola, 2002, 37-61.

FERRAZ, Aderlande Pereira. A inovação lexical e a dimensão social da língua. In: SEABRA, Maria Cândida (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

HAENSCH, G. Tipología de las obras lexicográficas. In: HAENSCH, G. et al. *La lexicografía: de la lingüística teórica a la lexicografía práctica*. Madrid: Gredos, 1982, 95-187.

KIESLER, Reinhard. La tipología de los préstamos lingüísticos: no sólo un problema de terminología. In: *Zeitschrift für romanische Philologia*. 1993.

LAGE, Nilson. *Ideologia e técnica da notícia*. 3ª ed. rev. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Linguagem jornalística*. Série Princípios. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Teoria e técnica do texto jornalístico*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LEITE, Yonne; CALLOU, Dinah. Como falam os brasileiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

LOBO ET AL. A norma culta brasileira e as prescrições gramaticais: colocação dos pronomes átonos. In: *Estudos Lingüísticos e Literários*, nº 11. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Ago.1991.

MACHADO, Izamara Bastos. *A reforma do Diário Carioca na década de 50*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. Disponível em < [http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/gt1\\_imprensa/a%20reforma%20do%20diario%20carioca%20na%20decada%20de%2050.doc](http://www.jornalismo.ufsc.br/redealcar/anais/gt1_imprensa/a%20reforma%20do%20diario%20carioca%20na%20decada%20de%2050.doc) > Acesso em out. 2006.

MATUS, Alfredo. Entrevista concedida ao jornal El Mercurio de Valparaíso. Valparaíso: El Mercurio de Valparaíso, 29 jan. 2006, 16, 17.

MEC compra 4,6 milhões de dicionários para o ensino fundamental. FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Disponível em: [www.fnde.gov.br/home/](http://www.fnde.gov.br/home/) Acesso em dez.2006

MELO, Gladstone Chaves de. Etimologia popular. In: *Confluência*, revista do Instituto de Letras do Liceu Literário Português, nº 22, 2º semestre. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

MELO, Gladstone Chaves (org.). *Na ponta da língua*, vol. 2. Rio de Janeiro: Liceu Literário Português / Lucerna, 2000, 59-60, 82-84, 89-91.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2ª ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.

\_\_\_\_\_. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: ed. Paulinas, 1985.

MORENO, Cláudio. *Sua língua*. Disponível em <[www.sualingua.com.br/06/06\\_xopin.htm](http://www.sualingua.com.br/06/06_xopin.htm)> Acesso em dez.2006.

NEVES, Maria Helena de Moura. Heranças: a gramática. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, 2002, 43-52.

NICOLA, José, INFANTE, Ulisses. *Gramática contemporânea da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1989.

NOSSA LÍNGUA PORTUGUESA? Revista *Veja*, 16 set.1998, 113.

NOVELAS brasileiras causam danos na língua portuguesa. Disponível em: <[www.angonoticias.com](http://www.angonoticias.com)> Acesso em out. 2006.

OESTERREICHER, Wulf. *El problema dde los territorios americanos*. III Congreso Internacional de la Lengua Española. Aspectos ideológicos y sociales de la identidad lingüística. 2004 Disponível em [http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/rosario/ponencias/aspectos/oesterreicher\\_w.htm](http://cvc.cervantes.es/obref/congresos/rosario/ponencias/aspectos/oesterreicher_w.htm). Acesso em dez. 2006.

PENA, Felipe. *Teoria do jornalismo*. Rio de Janeiro: Contexto, 2005.

PRETI, Dino. Oralidade e gíria: como tratá-las no ensino. In: BASTOS, Neusa Barbosa (org.). *Língua portuguesa: uma visão em mosaico*. São Paulo: IP-PUC-SP/EDUC, 2002, 193-199.

RABANALES, Ambrosio. ¿Que es hablar correctamente? In: *Revista de Educación*, nº 119, ago. 1984, 49-58.

REBELO, Aldo. *Culta bela e ultrajada: um projeto em defesa da língua portuguesa*. 2ª ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

REY, A. Usages, jugements et prescriptions linguistiques. In: *Langue Française* 16, Paris: Larousse, 1972, 4-28.

ROBINS, R. H. *A short history of Linguistics*. 3ª ed. London: Longman, 1990.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português*. 2ª reimpressão. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ROSSI, Clóvis. *O que é jornalismo*. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Lingüística Geral*. São Paulo: Cultrix, 1998.

SCHIFKO, Peter. Lexicología y semática. In: HOLTUS, Günther, METZELTIN, Michael, SCHMITT, Christian (ed.). *Lexicon der romanistischen Linguistik*, VI, 1 Tübingen: Max Niemayer Verlag, 132-148, 1992.

SILVA, Maria Emília Barcellos da. A fala nossa de cada dia. In: *Cadernos do CNLF*, Série V, nº 03. Estudos Filológicos - DE/EM Textos Literários. Anais do V Congresso Nacional de Lingüística e Filologia. Rio de Janeiro, 27 a 31 de agosto de 2001. Disponível em <[http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ3\\_01.htm](http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ3_01.htm)>.

TEYSSIER, Paul. *História da Língua Portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VIVALDI, G. Martín. *Géneros periodísticos*. Reportaje, crónica, artículo. 5ª ed. Madri: Paraninfo, 1993.

WELKER, Herbert Andreas. *Dicionários: uma pequena introdução à lexicografia*. Brasília: Thesaurus, 2004.

## **SITES**

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa. Disponível em <[www.academia.org.br/vocabulario.apresentacao.htm](http://www.academia.org.br/vocabulario.apresentacao.htm)>.

ACADEMIA FRANCESA. Disponível em <[www.academie-francaise.fr](http://www.academie-francaise.fr)>.

GOOGLE. Disponível em <[www.google.com](http://www.google.com)>.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. Disponível em <[www.rae.es](http://www.rae.es)>.

TERRA. Disponível em <[www.terra.com.br](http://www.terra.com.br)>.

## **JORNAIS E REVISTAS**

Folha de S. Paulo

O Estado de S. Paulo

O Sul

Revista Veja

Zero Hora

## **DICIONÁRIOS**

BLACKBURN, Simon. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Dicionário de lingüística e gramática: referente à língua portuguesa*, 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DUBOIS, Jean et al. *Dictionnaire de linguistique et des sciences du langage*. Paris: Larousse, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário Eletrônico Aurélio: versão 5.0*. Rio de Janeiro: Positivo, 2004.

\_\_\_\_\_. *Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3ª ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa: versão 1.0.5a*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

SOUZA, Martínez de. *Diccionario de Lexicografía Práctica*. Barcelona: Bibliograf, 1995.

TRASK, L. R. *Dicionário de linguagem e lingüística*. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.

## **MANUAIS DE REDAÇÃO**

GARCIA, Luiz (org.). *O Globo Manual de redação e estilo*. 28ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

MANUAL DA REDAÇÃO: Folha de S. Paulo. São Paulo: Publifolha, 2006.

MANUAL DE ESTILO EDITORA ABRIL: Como escrever bem para nossas revistas. 15ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MARTINS, Eduardo. *Manual de redação e estilo de O Estado de S. Paulo*. 3ª ed. revista e ampliada. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

NUNES, Augusto. *Manual de redação de Zero Hora*. Porto Alegre, 1994.